



CÁTIA PIRES DOS
SANTOS MATAMBA

**O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DO
TERCEIRO SETOR NO APOIO À
REINSERÇÃO LABORAL DE
MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Relatório de Dissertação do projeto de
investigação do Mestrado em Gestão Estratégica
de Recursos Humanos

ORIENTADOR

Professor Doutor António José Almeida

Outubro de 2022

CÁTIA PIRES DOS
SANTOS MATAMBA

**O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DO
TERCEIRO SETOR NO APOIO À
REINSERÇÃO LABORAL DE
MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL**

JÚRI

Presidente: (Professora Coordenadora, Anabela
Gomes Correia, ESCE/IPS)

Orientador: (Professor Doutor, António José Almeida,
ESCE/IPS)

Vogal: (Professora Adjunta, Lina Fortes Ferreira,
ESCE/IPS)

Outubro de 2022

“Eu venho de lugar nenhum...eu vim do chão!...

Reconhecimento para alguém que veio de lugar nenhum, sem dúvida, é um motivo de inspiração para outra geração”.

Pauline Chizine, moçambicana, escritora e
vencedora do Prémio Camões 2021

Agradecimentos

A decisão de ter voltado a estudar e realizar este mestrado, surgiu numa altura em que o mundo se confrontou com um acontecimento cuja marca já está na história das nossas vidas e ao qual ninguém ficou indiferente, provocado pela pandemia do vírus covid19. Este acontecimento condicionou fortemente o quotidiano de cada um/a de nós e daí resultaram inúmeras adversidades.

Vivenciar estes desafios fez-me alargar horizontes e, sem dúvida, contribuir para trilhar um novo caminho e atingir esta etapa. Por isso, quero desde já, agradecer à minha família, em particular à minha mãe e ao meu sobrinho. E as todas as pessoas que me acompanharam nesta jornada.

De igual modo, agradecer às mulheres com quem já trabalhei e continuo a trabalhar na instituição SEIES e no Centro de Cidadania Activa (Cd'CA), em Setúbal, onde o questionamento de certezas tem dado lugar a novos possíveis.

De facto, tem sido um enorme privilégio integrar uma instituição onde o respeito pela liberdade individual é o princípio potenciador do crescimento pessoal. Estes são os motivos pelos quais estarei sempre grata, principalmente pela oportunidade de continuar a crescer enquanto pessoa, mulher e profissional.

Além de me desafiar contra todas as probabilidades, foi no apoio incondicional da minha família, das minhas amigas e amigos, das minhas colegas de equipa que encontrei a força e o incentivo que me conduziram na construção deste trabalho.

Também presto o meu especial agradecimento ao coletivo de sócias da SEIES, incluindo uma das suas fundadoras, Isabel Rebelo, à atual presidenta, Patrícia Patrício, e às colegas técnicas que gentilmente colaboraram neste estudo, através da disponibilidade para serem entrevistadas.

Apresento o meu profundo agradecimento ao professor doutor António José Almeida, que além de orientar este trabalho, demonstrou desde sempre o seu enorme apoio, generosidade, paciência e voto de confiança. E que, acima de tudo, me incentivou para que eu conseguisse atingir esta etapa tão especial no meu percurso de vida.

A todas as mulheres da minha vida, às presentes e às ausentes.

Às mães, às avós, às tias, às primas, às amigas, às colegas, e a todas as mulheres com quem tive a oportunidade de conviver e crescer.

Às mulheres com quem me cruzei, cruço e continuo a cruzar ao longo do meu caminho.

Às mulheres que atendo e escuto, que continuam a desafiar-me todos os dias. E que nas suas vozes e estórias de vida, encontrei a motivação para tornar real este trabalho.

Resumo

O tema central deste estudo discute o papel representado pelas instituições do terceiro setor no apoio prestado à reinserção laboral de públicos em situação de vulnerabilidade social, em particular das mulheres. Deste modo, torna-se relevante destacar que, historicamente e independentemente dos períodos de crise política, social e económica, as mulheres continuam a representar um dos grupos mais expostos às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, se acrescentarmos condicionantes de vulnerabilidade social e económica.

Partindo deste pressuposto, torna-se fundamental explorar as formas de apoio à reinserção laboral deste grupo de mulheres que é protagonizado pelo setor social, assim como nos seus contributos a promoção de estratégias de apoio e na criação de políticas e de programas de suporte à sua inclusão social e à sua empregabilidade.

No que se refere aos objetivos, o nosso estudo consiste em analisar o papel das instituições sociais no apoio à reinserção laboral de mulheres em situação de vulnerabilidade e pretende caracterizar as dificuldades com que estas mulheres se deparam nas suas vidas. Por outro lado, pretendemos discutir as medidas e/ou programas de ocupação e emprego promovidas pelas instituições sociais e pelo trabalho desempenhado pelos/as profissionais desta área, tendo em vista a reinserção laboral destas mulheres.

Na elaboração deste estudo optamos por uma metodologia de natureza qualitativa, e a técnica de recolha de dados privilegiada foi a aplicação de entrevistas semi-diretivas a uma amostra por conveniência composta por cinco mulheres pertencentes a coletivos de vulnerabilidade social, utilizadoras de uma IPSS, bem como duas profissionais que trabalham na respetiva instituição. A técnica de tratamento de dados privilegiada foi a análise de conteúdo.

Tendo em consideração a síntese da problemática, a revisão da literatura, e os resultados obtidos nas entrevistas, constatamos que os fatores de vulnerabilidade condicionam fortemente a entrada e permanência no mercado de trabalho, a médio e longo prazo destas mulheres.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade Social, Igualdade de Género, Reinserção Laboral, Empregabilidade, Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Abstract

This study discusses the role played by the institutions of the third sector in the support provided to the labour market reintegration of publics with social vulnerability, in particular women. This it is important to highlight that, historically and regardless of periods of political, social and economic crisis, women continue to represent one of the most exposed social groups to the difficulties in the integration in the labour market, if we add constraints of social and economic vulnerability.

Based on this assumption, it is essential to explore the ways of supporting labour market reintegration of this group of women, which is led by the social institutions, as well as in its contributions to the promotion of support strategies and in the creation of policies and programs to support their social inclusion and employability.

According with the objectives, our study consists in the analysis of the role played by the social institutions in supporting the reintegration of women in vulnerable situations and aims to characterise the difficulties faced by these women in their lives.

On the other hand, we discuss the measures and programs of occupation and employment promoted by social institutions and the work performed by professionals in this area, viewing the reintegration of these women.

This study is based in a qualitative methodology, and the data collection technique used was the semi-directive interviews with a convenience sample composed by five women belonging to collectives of social vulnerability, users of a Social Institution, as well as two social professional workers from the same institution. The data analysis was the content analysis.

Considering the synthesis of the problem, the literature review, and the empirical results, we found that vulnerability factors strongly affect the entry and permanence in the labour market of these women.

Key-words: Social Vulnerability, Gender Equality, Labour Market Reintegration, Employability, Private Institutions of Social Solidarity.

Índice

Introdução	1
1. Revisão da Literatura	3
1.1. A perspetiva de género	6
1.2. As mulheres e o mercado de trabalho	9
1.3. O papel das IPSS	12
1.4. Políticas públicas de apoio social.....	14
2. Objetivos do estudo e metodologia adotada	19
2.1. Objetivos do estudo.....	19
2.2. Opções metodológicas	20
2.3. Técnicas de recolha de dados	22
2.4. Técnicas de tratamento de dados	23
3. Enquadramento institucional e apresentação e discussão dos resultados	25
3.1. Caraterização da Instituição	25
3.2. Áreas de atuação da Instituição	27
3.3. Caraterização do público-alvo	31
3.4. Tipos de vulnerabilidades identificadas	33
3.5. Tipos de intervenção social.....	36
3.6. Formação e empregabilidade	38
3.7. Relação com a Instituição	43
3.8. Parcerias e dificuldades no trabalho técnico	45
Considerações finais	49
Referências bibliográficas.....	52
Apêndices	57
Apêndice 1: Guião de entrevistas das mulheres	58
Apêndice 2: Guião de entrevistas das Técnicas	60
Apêndice 3: Transcrição das entrevistas das mulheres	62
Apêndice 4: Transcrição das entrevistas das Técnicas	85
Apêndice 5: Fichas de análise de conteúdo das mulheres entrevistadas	94
Apêndice 6: Fichas de análise de conteúdo das Técnicas entrevistadas.....	97

Índice de figuras

Tabela 1 – Equipa de profissionais da SEIES

Tabela 2 – Caracterização sociodemográfica das entrevistadas

Tabela 3 – Caracterização das condições de vida das entrevistadas

Tabela 4 - Caracterização da situação face à formação e ao emprego/formação

Lista de siglas

CCP – Certificado de Competências Pedagógicas

Cd'CA – Centro de Cidadania Activa

CEI – Contrato Emprego Inserção

CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

DLD – Desempregados de Longa Duração

EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza

EFA – Educação e Formação de Adultos

EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GTES – Grupo de Trabalho para a Empregabilidade de Setúbal

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

ISE – Incubadora Social de Emprego

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

OIT – Organização Internacional de Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PSI – Prestação Social para a Inclusão

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RSI – Rendimento Social de Inserção

SEIES – Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social

SIGA – Setúbal Interinstitucional Gera Ação

VOA - Vontade, Otimismo e Autonomia

Introdução

O tema central deste estudo foca a discussão do papel desempenhado pelas instituições do terceiro setor no apoio prestado à reinserção socio laboral de públicos em situação de vulnerabilidade social, em particular às mulheres. Pois, considera-se um tema bastante atual e relevante considerando que a empregabilidade se apresenta numa das condições necessárias à integração social assim como, a força motriz do desenvolvimento económico das sociedades. Por este motivo, torna-se relevante destacar que, independentemente dos períodos em que se agudizam fases de crise política, social e económica, as mulheres continuam a representar, um pouco por todo o mundo, um dos grupos mais expostos às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, a que acrescem condicionantes de vulnerabilidade social e económica.

Partindo deste pressuposto, muito enraizado nas desigualdades, tanto de género como sociais, torna-se igualmente relevante explorar as formas de apoio à reinserção laboral deste grupo baseadas no suporte psicossocial que é desempenhado pelo setor social, e nos seus contributos na promoção de estratégias de apoio e na criação de mecanismos, políticas e de programas de suporte à inclusão social e de promoção da empregabilidade.

Nesta perspetiva, a inserção pelo trabalho é o mote principal que nos possibilita interligar o papel das instituições do setor social como recurso no apoio às mulheres que vivenciam circunstâncias de vulnerabilidade social, decorrentes tanto das suas necessidades enquanto mulheres como das suas condições sociais determinadas por características como a idade, a doença (física e/ou mental), a pertença étnico-racial, a nacionalidade, as habilitações escolares, o contexto familiar e o desemprego.

No que se refere aos objetivos, o nosso estudo consiste em analisar o papel das instituições sociais no apoio à reinserção laboral de mulheres em situação de vulnerabilidade social e pretende caracterizar as dificuldades com que estas mulheres se deparam ao longo do processo de acompanhamento para a empregabilidade. Por outro lado, pretendemos caracterizar os recursos, as políticas, as medidas, os programas de ocupação, formação e emprego, incluindo práticas e técnicas de apoio e facilitação, promovidas pelas instituições sociais, como recurso de promoção da reinserção laboral destas mulheres.

Na elaboração deste estudo optamos por uma metodologia de natureza qualitativa, em que as técnicas de recolha de dados se basearam na realização de entrevistas semi-diretivas a uma amostra por conveniência de mulheres pertencentes a coletivos de vulnerabilidade social, utilizadoras de uma instituição de solidariedade social e a

técnicas de apoio social da mesma instituição, bem como na recolha e análise documental. A técnica de tratamento de dados utilizada foi a análise de conteúdo.

A estrutura deste relatório, apresenta-se organizada em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à revisão da literatura, no qual constam a abordagem aos conceitos base, aos estudos e aos/às autores/as que contribuem para a apresentação e enquadramento da problemática. O segundo capítulo refere-se à pergunta de partida, aos objetivos gerais e específicos do estudo empírico, bem como, à abordagem metodológica aplicada, incluindo as técnicas de recolha e de tratamento dos dados alcançados. E no terceiro capítulo, descreve-se a apresentação e discussão dos resultados obtidos, decorrentes da análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

1. Revisão da Literatura

O ponto de partida para desenvolver este estudo tem como principal objetivo discutir o papel desempenhado pelas instituições do terceiro setor no apoio prestado à reinserção laboral de públicos em situação de vulnerabilidade social, em particular das mulheres.

As mulheres constituem por si só um grupo social particularmente vulnerável, do ponto de vista socioeconómico, devido à perpetuação dos papéis tradicionais de género que através do contrato sexual (Pateman, 1988) mantém a divisão sexual do trabalho e a tradicional dicotomia das esferas pública e privada. Desta forma, e historicamente, as mulheres continuam a constituir um grupo com menos recursos educativos, formativos e económicos, o que implica menos possibilidades de êxito social e profissional (OIT, 2021) e, simultaneamente, se traduz em dificuldades em aceder a postos de trabalho em condições de igualdade e em dificuldades em obter os mesmos direitos e remuneração que os homens.

Às dificuldades inerentes à condição feminina, e introduzindo uma perspetiva interseccional (Crenshaw, 1989), há que somar outros eixos de opressão como a classe social, a etnicidade, a condição de imigrante, a religião ou outras dimensões que, isoladamente ou combinadas, configuram uma identidade social concreta atravessada por um conjunto de exclusões e discriminações.

A pandemia por covid19 constitui um exemplo paradigmático desta realidade, ao revelar-se como as mulheres foram mais afetadas por esta infeção devido ao facto de ainda serem as que mais acumulam trabalhos feminizados nos sectores do cuidado quer formal, quer informal. Segundo dados da ONU (2020), as mulheres ao ganharem menos, terem trabalhos mais precários, serem as principais cuidadoras no caso das famílias monoparentais e terem mantido as suas funções de cuidado das pessoas dependentes ou doentes ao longo da pandemia, sofreram consequências negativas desproporcionais por comparação com os homens.

De facto, não é por acaso que as mulheres continuam na linha da frente mesmo nas situações em que continuam invisíveis, como é o caso das situações relacionadas com a prestação de cuidados, muitas vezes em casos de grande precaridade por falta de condições e de não reconhecimento desse papel.

Esta é ainda luta em curso pois elas continuam a ser as mais precárias na esfera da empregabilidade, por ser quem abandona o emprego ou a carreira para tomar conta dos filhos ou familiares em situação de dependência. Além de ganharem menos e de ao chegarem à idade da reforma as suas pensões serem em média mais baixas devido às

interrupções na carreira contributiva. Existem, portanto, várias formas de discriminação e de exclusão em vários domínios. Acrescente-se que as mulheres continuam a não ser envolvidas em decisões que lhes dizem respeito.

Outro exemplo de como a desigualdade de género afeta as mulheres e impede o seu pleno desenvolvimento em todas as esferas de vida é a situação da violência de género que continua a ser uma constante e um problema transversal cada vez mais visível numa sociedade desigual, atingindo as mulheres independentemente do seu rendimento, classe social, nacionalidade ou etnia.

A existência de Diretivas Europeias que tentam contribuir para colmatar as desigualdades de género existentes em todos os países europeus, principalmente a Diretiva 2006/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego e profissão, tem vindo a ganhar maior expressividade, contribuindo para o aumento da presença das mulheres em cargos de direção nas empresas, de chefia política, bem como a nomeação no exercício da democracia e da diplomacia, esferas tradicionalmente masculinizadas e das quais dependem, em larga medida, as políticas sociais que afetam as mulheres.

No entanto, muitos são os âmbitos nos quais ainda se verificam importantes desigualdades de género nos países europeus, em geral, e em Portugal, em particular. Centrando-nos no âmbito formativo-laboral, sobre o qual versa a presente investigação, embora as mulheres estejam em maioria como estudantes no ensino superior desde 1986 (DGEEC/ME-MCTES - DIMAS/RAIDES)¹, também é certo que do total de pessoas sem qualquer nível de alfabetização em 2021, cerca de 71% são mulheres (INE, PORDATA)².

As constantes transformações da sociedade ocidental colocam em evidência mudanças inevitáveis que abalam estruturas fundamentais da sociedade, como é o caso da igualdade de direitos. Simultaneamente, estas mudanças fazem-se acompanhar cada vez mais por movimentos sociais com maior intensidade na luta pela igualdade, e daí podemos afirmar que:

“O momento que as mulheres vivem é decisivo, como o é também para os grandes movimentos sociais do nosso tempo. Se as mulheres forem capazes de trazer aos vários domínios da actividade humana a novidade do que são, a cultura feminina poderá ajudar a traçar caminhos novos e a enriquecer tudo o que é humano. (...) A importância dos movimentos das mulheres reside exactamente na possibilidade de tornar a diáspora um povo, num espaço e num tempo onde se molda, exprime e aprofunda a cultura feminina” (Pintasilgo, 2012, p.362).

¹ <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

² <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%3%a7%3%a3o+residente+com+idade+entre+16+e+89+anos+por+n%3%advel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+total+e+por+sexo-333>

Os sucessivos acontecimentos a nível mundial impactam invariavelmente a vida local, introduzindo alterações em diferentes comunidades, grupos e famílias, modificando padrões e hábitos que conduzem a novos problemas sociais. O mesmo acontece com o surgimento de soluções geradas por esses eventos, muitas vezes decorrentes da globalização (Hespanha et al., 2002).

Nesta abordagem podemos incluir a pobreza, a exclusão social e a precaridade laboral como principais indicadores em análise no presente estudo pelo facto de se considerar a sua interligação com o contexto da vulnerabilidade social.

Tendo em conta os elementos anteriormente descritos, cabe refletir sobre o papel das entidades do terceiro setor ou do setor social no apoio ao desenvolvimento formativo-profissional das pessoas em contextos de vulnerabilidade, neste caso as mulheres.

A vulnerabilidade social manifesta-se pela exclusão de indivíduos dos vários âmbitos da vida quotidiana e pelas dificuldades no acesso a rendimentos e recursos necessários a uma vida digna. Seja resultado de desigualdades de classe, de género, de grupo étnico ou de outros fatores de subordinação, a vulnerabilidade social tem consequências não só no bem-estar individual como na sociedade, na qual se perpetuam e reproduzem estas desigualdades estruturais que culminam em pobreza e exclusão social. No desenvolvimento da presente investigação é essencial começar por analisar os conceitos de exclusão social e pobreza, recorrendo a diferentes contributos de autores/as de obras de relevância para a discussão desta problemática.

Destaca-se, desde já, o estudo que aprofunda a temática e “a diversidade de situações envolvidas nos quotidianos e trajetos de pobreza em Portugal” (Diogo et al., 2021, p.8). Seguindo esta lógica, é necessário caracterizar as pessoas consideradas vulneráveis e compreender quais os motivos que as colocam em situação de vulnerabilidade, tornando-as alvo de estigmatização, discriminação e de estereótipos associados ao seu contexto de vida, que por vezes são o resultado da repetição de ciclos de pobreza familiar. Assim, importa definir o que se entende por vulnerabilidade social que, de acordo com Honório et al. (2017, p.339), se refere “(...) aos grupos sociais mais marginalizados de uma sociedade, aqueles que estão excluídos dos benefícios e direitos que todos deveriam aceder num mundo civilizado”. Os autores salientam a forma como a vulnerabilidade social se relaciona diretamente com “processos de exclusão social, pobreza, discriminação e violação de direitos fundamentais”, tendo por base eixos de exclusão como o nível de rendimento, o acesso à educação, à saúde, o local de residência, entre outros.

A escassez de recursos materiais está diretamente relacionada com outros eixos de exclusão, como a baixa escolaridade, deficientes condições de habitabilidade, disfunções familiares, problemas de saúde, entre outros. Assim, a pobreza pode

resultar não só da ausência de recursos materiais essenciais para subsistir, mas também de situações precárias, transitórias e temporárias de empregabilidade e do próprio funcionamento do mercado de trabalho.

Ainda que, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja defendido, a nível internacional, um sistema de normas que regule e proteja o trabalho em condições de justiça, segurança, dignidade e equidade em iguais circunstâncias para mulheres e homens (Ryder, 2020). Acrescente-se que a mesma organização, é constituída por um quadro normativo-legal apetrechado de inúmeras convenções e recomendações que não são inteiramente consumadas.

Porém, o desemprego é efetivamente um dos principais motivos da condição de fragilidade social e de risco de exclusão que afeta de forma transversal diferentes grupos sociais e etários, nomeadamente as mulheres em situação de vulnerabilidade social. De acordo com Hespanha et al. (2002), dentro da família as mulheres acabam por ser as principais atingidas pela situação do desemprego, sabendo-se que o fator idade é uma agravante.

Importa referir que as transformações provocadas pela crescente globalização vão operando paulatinamente grandes alterações na esfera laboral que se traduzem muito para além do desemprego. Ou seja, as relações de trabalho afiguram-se cada vez mais precárias, assumindo, por isso, facetas tão diferentes e incertas como a flexibilidade, o trabalho informal, e a insegurança que estão na base de contextos de vida socialmente vulneráveis (Hespanha et al., 2002), o que está também relacionado com a baixa escolaridade e baixas qualificações profissionais. Em resultado destas condicionantes, dominam os baixos rendimentos que nem sempre são garante da subsistência e por este motivo se constata que, “a maioria das famílias gaste a maior parte do rendimento disponível na aquisição de bens elementares à sobrevivência, e que, muitas vezes, se façam sentir inúmeras carências ao nível do consumo dos bens essenciais” (Hespanha et al, 2002, p.33).

1.1 A perspetiva de género

A existência de vários movimentos históricos e ideológicos, foram determinantes para criar a ideia de género. Partindo desta ideia, concluímos que a sua conotação serviu para atribuir significado social às relações sociais entre mulheres e homens, por oposição à vertente biológica entre ambos os sexos (Ferreira, 2016).

De acordo com Cunha et al. (2001, p.29), “é importante acrescentar que o comportamento humano tende a ser enquadrado e moldado pelo grau em que a própria sociedade enfatiza valores masculinos ou femininos (...) Na verdade, os homens são

tão submetidos quanto as mulheres ao desempenho de papéis”.

Face a este tema, Amâncio (2003) refere que sexo e género apareceram como noções distintas, uma vez que o termo sexo pertencia ao domínio da biologia, enquanto que o termo género pertencia ao domínio da psicologia e de outras disciplinas, implicando o surgimento de uma nova área de conhecimento. Segundo Amâncio (1993, p.129), “nesta perspetiva, os saberes comuns sobre os homens e as mulheres constituem representações sociais que se alimentam de valores, crenças e ideologias dominantes e que adquirem sentido através da objetivação das diferenças entre sexos”.

Como defende Nogueira (s.d., p.17), “o significado do género tem também influência no comportamento, nas instituições sociais e sua organização, tais como o trabalho, a reprodução, os cuidados com as crianças, a educação e a família. Por todas estas razões, os debates acerca do género têm conseguido grande proeminência nos meios de comunicação social, no envolvimento de figuras públicas e representativas das maiores instituições da sociedade”.

O papel social da mulher tem vindo a assumir cada vez mais diferentes facetas. São muitas as frentes com as quais se depara e às quais tem de dar resposta (Baumberger et al., 2019) como sejam, as situações do trabalho não pago, as dificuldades de conciliação entre a vida profissional, familiar e social ou o caso da monoparentalidade feminina. Neste último caso verifica-se que estes “agregados são particularmente vulneráveis à pobreza, uma vez que muitos deles dependem exclusivamente do rendimento materno” (Guadalupe et al., 2015, p.44).

Aliás, o papel social de género atribuído em função do sexo com o qual se nasce determina, a posição que cada pessoa ocupa na sociedade. O papel da mulher continua ligado às funções de cuidado e proteção familiar no que respeita à esfera privada e doméstica. Ou seja, “na teoria existe uma divisão de tarefas que é feita com base nas diferenças biológicas, ao homem é determinado o poder político e às mulheres é determinado o poder relativo à esfera privada que está ligado às funções materiais e reprodutoras” (Ferreira, 2016, p.20).

De acordo com Nogueira (s.d., p.22), “a partir do momento em que o género é encarado não como um atributo dos indivíduos, mas como um sistema de significados, o processo que cria as diferenças sexuais e a forma como se equaciona o poder pode ser compreendido em termos de um sistema de género que funciona a três níveis: societal, interpessoal e individual”.

Todavia, verifica-se que temos vindo a evoluir bastante nos direitos das mulheres, mas quase nada em relação à violência sobre as mulheres, sabendo que é visível no caso da violência doméstica, como em tantas outras formas de opressão e discriminação. E embora com a existência de convenções, a vulnerabilidade está patente na vida das

mulheres em diferentes contextos. Por isso, é necessário compreender esta problemática sobre diferentes prismas: a centralidade do trabalho que é determinante para a emancipação da mulher, o reforço dos serviços públicos na saúde, educação e nas funções sociais do estado, e no combate a todas as formas de violência e a todo o tipo de opressões.

Por tudo isto, o género é “uma invenção das sociedades humanas, uma “peça de imaginação” com facetas multifacetadas, tais como construir adultos, homens e mulheres desde a infância, construir os “arranjos sociais” que sustentam as diferenças nas consciências de homens e mulheres, tais como a divisão das esferas” (Nogueira, s.d., p.22).

Ainda de acordo com os dados do relatório do Observatório da Luta contra a Pobreza (EAPN, 2020, p.10), “a feminização da pobreza e da exclusão social assume maior intensidade nas faixas etárias mais elevadas, sobretudo entre os idosos onde a taxa de pobreza das mulheres com 65 anos e mais, é maior do que nos homens”. Segundo o mesmo Observatório, os dados referentes ao ano 2021 indicam que o risco de pobreza representa 16,6% no caso das mulheres e 15,6% no caso dos homens (EAPN, 2021).

No que respeita à percentagem por grau de escolaridade, de acordo com a mesma fonte, denota-se igualmente uma diferença acentuada entre as mulheres e os homens. De salientar também os dados referentes ao desemprego em Portugal por sexo, dado que “os homens representam 49,0% e as mulheres os restantes 51,0%” dos desempregados (Diogo et al., 2021, p.54).

Este problema da desigualdade tem vindo a ganhar proporções cada vez maiores se tivermos em conta o panorama da globalização que, contrariamente ao que deveria ser, faz acentuar bastante estas desigualdades, incrementando o individualismo, a intolerância, a violência e a xenofobia (Capucha, 2017). Daqui resultam situações de precaridade laboral e novos contextos de pobreza que colocam em causa os direitos fundamentais, humanos e sociais, gerando desequilíbrios na equidade, na justiça social, na paz e no desenvolvimento sustentável. A era em que vivemos conduz o mundo num processo acelerado de transformação global que impactam vários domínios da vida local, influenciando elementos essenciais da vida humana, como é o caso da saúde, do emprego e do ambiente. De acordo com o relatório da comissão independente sobre a população e a qualidade de vida, verifica-se que “estes fatores não são, de modo algum, fenómenos isolados: são parte integrante das tensões representadas pelos processos de transição global” (Capucha, 2017, p.37).

Face ao exposto, os grupos que se constituem como vulneráveis são marginalizados por razões históricas e estruturais, mas também por razões conjunturais associadas à ausência de condições de empregabilidade e, por isso, condicionados no acesso ao

mercado de trabalho, ao emprego e aos recursos materiais necessários a uma vida digna. De entre esses grupos podemos identificar as “pessoas sem-abrigo, toxicodependentes e ex-toxicodependentes, reclusos e ex-reclusos, mães solteiras e mães de famílias monoparentais” (Capucha, 2017, p.7).

Nesta perspetiva, devemos considerar que as diferentes características que constituem as mulheres como grupo vulnerável estão enquadradas numa sociedade rotulada como democrática, mas que ainda manifesta bastantes reflexos da cultura patriarcal. Embora a história seja demonstrativa de factos e eventos que incentivaram fortemente a igualdade entre mulheres e homens, na verdade ainda se verificam muitas dificuldades para a “emancipação social das mulheres” (Ferreira, 1999, p. 201).

Contudo, as mudanças implementadas e promovidas por leis de cariz igualitário, conforme defende Ferreira (1999), tornaram-se bastante positivas para a mulher traduzindo-se na grande feminização nas áreas do ensino, formação e emprego. Mas, em contrapartida, as mulheres continuam a deparar-se com inúmeros obstáculos à melhoria da sua condição social enfrentando situações de discriminação a vários níveis, inclusive na diferenciação salarial.

De acordo com os dados publicados no Índice da Desigualdade de Género em Portugal (EIGE, 2020), as mulheres recebem 30% menos do que os homens. A mesma fonte revela que 78% do trabalho doméstico não remunerado é maioritariamente desempenhado por mulheres, ao passo que só 19% é desempenhado pelos homens.

1.2 As mulheres e o mercado de trabalho

De acordo com Dias (2007, p.153), verifica-se uma “crescente feminização da população activa, que se tem vindo a desenvolver em crescente articulação com outros processos de mudança social, designadamente o aumento da escolarização por parte das mulheres e a mudança do seu estatuto social e familiar”. Segundo a autora, “a presença massiva das mulheres no mercado de trabalho veio colocar novos desafios a uma relação que sendo aparentemente natural (...) está profundamente imbuída de pressupostos normativos e ideológicos”. É de facto inegável, conforme frisa, que “nos nossos dias as mulheres ainda continuam a ganhar menos do que os homens (...) muitas estão no mercado de trabalho por escolha individual e por realização pessoal; outras, por opção familiar, uma vez que o seu rendimento é fundamental para a subsistência do agregado doméstico” (Dias, 2007, p.163).

Partindo do pressuposto da perspetiva de género, Cunha et al. (2001, p.28) referem que “considerar o mundo do trabalho com um mundo masculino (...) significa muitas vezes vê-lo segundo os traços habitualmente ditos masculinos”. Ainda de acordo com os

autores, a atribuição de papéis sociais é constantemente aplicada dentro das organizações e quanto menor é a visibilidade no desempenho de determinadas funções por mulheres, mais reduzidas ficam as possibilidades de conseguirem progredir.

De acordo com Amâncio (1993, p.132), “é curioso verificar que a entrada das mulheres no mundo do trabalho não deu origem à revolução tão receada pelos que se lhe opuseram, antes deu origem a (...) sub-categorias que não correspondem só a representações do senso comum, mas existem também na realidade objetiva da segregação das mulheres, no interior de certas profissões”.

Devemos igualmente ter em conta o dinamismo do mercado de trabalho em Portugal, cujo foco se centra bastante na preparação de inúmeras competências individuais, baseadas na constante aprendizagem, ensino especializado e formação específica, por forma a preparar perfis dotados de capacidades compatíveis com um sistema empresarial altamente produtivo e competitivo. As práticas de recrutamento tornam-se uma “responsabilidade das organizações” (Almeida, 2007, p.54). No que se refere ao acesso à formação, existem obstáculos com os quais os indivíduos com menos escolaridade se defrontam, nos quais se incluem as mulheres (Almeida, 2007).

Acrescente-se que, de acordo com Amante (2012, p.20), “a inserção sócio-profissional constitui um pilar essencial nos processos de integração e diferenciação social dos indivíduos, porque do exercício de uma atividade depende não só o acesso ao rendimento, mas também a uma identidade e estatuto social”.

De facto, outros/as autores/as, defendem que a conciliação entre o trabalho remunerado e não remunerado continua a representar contrariedades, na medida em que as mulheres são as que mais trabalham fora de casa. A progressiva feminização da mão-de-obra tem subjacente aspetos inerentes às constantes exigências do mercado de trabalho (Ferreira, 1999). Alguns postos de trabalho implicam aptidões e competências altamente especializadas, mas acabam por se revelar em muitos casos altamente desvalorizadas em termos de direitos igualitários e salariais para mulheres e homens no contexto laboral. Segundo Baumberger et al. (2019, p.24), “as mulheres destinam mais de metade do tempo que estão em casa acordadas a fazer o trabalho não pago que resulta da higiene e manutenção da casa onde vivem e do cuidado e educação dos filhos/as, se é que os têm. Esta proporção mantém-se quase igual quer a mulher esteja activa no mercado de trabalho (57%, em média) quer não tenha trabalho pago (52%, em média)”.

Os indicadores estatísticos reforçam a relação entre a vulnerabilidade social e o acesso ao emprego. Esta é outra visão integrada dentro da problemática em questão, pelo que devemos analisar em que medida a relação entre estas variáveis determina ou impossibilita o acesso ao mercado de trabalho, em particular no caso das mulheres.

Além disso, e conforme referem Cunha et al. (2001, p.30), “a organização do trabalho baseada na ideia de que os homens vão trabalhar e as mulheres ficam em casa, cria uma situação não apenas de desigualdade como de iniquidade”, gerando situações de grande desvantagem de oportunidades para as mulheres, bem como disparidades salariais no contexto laboral. Isto porque as mulheres auferem um salário médio inferior ao dos homens e encontram-se sobre-representadas nos sectores com empregos pior remunerados e sub-representadas no topo da distribuição do rendimento (Dias, 2007). Por seu turno, a inclusão abrange um conjunto de direitos a que estas pessoas ficam impossibilitadas de aceder naturalmente, nos casos em que existe uma ausência de recursos formativos, de capacitação e de competências-chave direcionadas para a empregabilidade. A privação destes direitos reduz bastante o leque de oportunidades que determinam o acesso a melhores condições de vida. E os indivíduos que não acedem de igual modo, nem na mesma proporção, aos mesmos direitos ficam automaticamente excluídos e em situação de discriminação (Rodrigues, 2010).

Podemos afirmar que “as desigualdades socioeconómicas são duráveis e os vínculos das pessoas às suas condições são tanto mais fortes quanto mais fracas as suas capacidades” (Capucha, 2017, p.8). É sob este prisma que os ciclos de pobreza se repetem e se perpetuam, tornando a vulnerabilidade uma questão transversal a várias gerações e um elemento estrutural em termos sociais. Sem dúvida que os fatores de maior vulnerabilidade estão igualmente relacionados com trajetórias de reintegração malsucedidas e associados a indicadores de baixas qualificações profissionais e escolares e a dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e precaridade laboral. Em consequência destes fatores, resultam categorias estigmatizantes e estereótipos relacionados com um determinado contexto de vida que inevitavelmente coloca estas pessoas em situações de desvantagem e fragilidade social.

Por outro lado, Rodrigues (2010, p.195) refere que “a vulnerabilização é um processo cumulativo de um conjunto de riscos, dificuldades ou handicaps, através de trajetórias de vida que reforçam diferentes tipos de rupturas e perdas ou privações, as quais são agravadas pelos mecanismos sociais de estigmatização prévios ou posteriores ao processo de ruptura. Este processo é estrutural, mesmo em contextos socioeconómicos de prosperidade, na medida em que a pobreza é uma noção de privação”.

Vejamos, por outro lado, como novas formas de pobreza têm vindo a emergir, atingindo de igual modo pessoas com níveis de escolaridade e qualificação superior. Normalmente são os mais novos e as mulheres os principais grupos prejudicados pelo desemprego e pela precaridade laboral, sabendo-se que o mercado de trabalho se apresenta cada vez mais instável, exigente e imprevisível. As situações de precaridade laboral afetam vários grupos, independentemente da sua posição social, mas atingem

sobretudo os indivíduos mais pobres, cuja condição é mais suscetível a experiências de trabalho atípicas ou de emprego precário (Diogo e Vaz, s.d.), embora Cantante (2018, p.133) mencione que “o salário mínimo parece ter desempenhado um papel relevante na diminuição das desigualdades, em particular na segunda metade da primeira década de 2000”.

Reforçando esta ideia, para Hespanha et al. (2002, p.30) “o desemprego feminino é sobretudo problemático em famílias monoparentais em que o trabalho da mulher é a principal fonte de rendimento”. Esta realidade é também um reflexo das mudanças sentidas na estrutura familiar dado que a composição dos agregados familiares tem vindo a sofrer constantes alterações que modificam e afetam o funcionamento dos núcleos familiares. A este propósito, Dias (2007, p.50) realça que “a imagem da mulher no lar é menos frequente; a repartição dos papéis sexuais é mais incerta e variável; as crianças, cada vez mais, fazem a sua aprendizagem fora do círculo familiar, tal como vêm os pais separarem-se e são inúmeros os jovens que vivem apenas com um dos pais”.

Podemos complementar esta ideia com outros aspetos particulares, se atendermos ao que defende Perista (2002, p.452) quando afirma “que as mulheres apresentam uma jornada de trabalho mais longa: considerando conjuntamente o trabalho remunerado em contexto profissional e o trabalho não pago nos quadros dos agregados domésticos”. A mesma autora reforça que “as mulheres vivem uma forte combinação de trabalho pago e não pago, bem como uma divisão pouco clara entre trabalho doméstico e de prestação de cuidados, tempo de lazer e tempo pessoal. Mais estruturados e mais fragmentados, devido à natureza cumulativa do tempo das mulheres, quer dentro das famílias, quer no mercado de trabalho” (Perista, 2002, p.452). O que indica claramente que são as mulheres que na maioria detêm o domínio da esfera doméstica, constituindo uma forte sobrecarga na utilização do tempo, e uma imensa dificuldade em conciliar a vida pessoal, familiar profissional e social.

1.3 O papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Um dos principais pilares no combate à pobreza e à exclusão social na sociedade portuguesa é o papel assumido pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, atendendo a “que são organizações responsáveis por um grande número de equipamentos de protecção social existentes em Portugal destinados às crianças, jovens, idosos, famílias monoparentais, pedintes, deficientes e incapacitados e ainda pelo apoio às famílias e a todas as pessoas pobres ou em situação de risco” (Ruivo,

2000, p.101). Segundo o artigo 1º, alínea 1, do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, estas constituem-se “exclusivamente por iniciativa de particulares com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos”. O mesmo artigo acrescenta, na alínea 2, que “a atuação das instituições pauta-se pelos princípios orientadores da economia social”. É de facto através do papel interventor das instituições sociais, como refere Ruivo (2000, p.101), que se protagoniza “a principal via de participação e responsabilização da sociedade na proteção social”.

O papel destas instituições é tão mais importante quanto, como refere Rodrigues (2010, p.193), “o reconhecimento dos direitos sociais está ligado à existência de uma participação activa na vida social, pois é através do accionamento destes direitos que se pode promover a efectiva inserção social”.

Ou seja, as IPSS têm vindo a ganhar maior destaque e reconhecimento pelo seu papel ativo a vários níveis, inclusive na sua atuação ao nível da intervenção social, promovendo o bem-estar da população, sobretudo das pessoas mais carenciadas (Ruivo, 2000).

Importa, por isso, destacar a emergência da economia social “que, em diversos países, pode assumir múltiplas designações, como “terceiro setor”, “setor não lucrativo”, “economia social e solidária”, “economia alternativa” e tantas outras expressões” (INE, 2013, p.14), resultante de “um conjunto de organizações cuja atividade e sentido de existência reside, sobretudo, nas pessoas e na utilidade social”.

Conforme defende Quintão (2011, p.5), “a economia solidária distingue-se teoricamente do conceito mais consolidado de economia social, enfatizando as especificidades das novas gerações de organizações, nomeadamente a sua focalização na intervenção junto de grupos excluídos”. Por este motivo, a designação de terceiro setor está associada a “formas de organização de colectividades da sociedade civil, entre as quais as associações, as cooperativas, as mutualidades e as fundações que são as formas mais amplamente institucionalizadas nos países democráticos” (Quintão, 2011, p.5). O desenvolvimento do terceiro setor em Portugal, ganha maior expressão, após a revolução de abril de 1974, e em particular com a adesão do país à Comunidade Económica Europeia. Isto porque, o exercício dos direitos fundamentais ganha maior expressividade à medida que existe uma maior proximidade aos padrões económicos, sociais e políticos dos outros países europeus. Daí, o surgimento de “novas gerações e áreas de intervenção do terceiro sector”, cuja atuação está fortemente ancorada “na instrumentalização pelas políticas públicas, na implementação de sistemas de protecção social, bem como na regulação da prestação de serviços sociais” (Quintão, 2011, p.9). Todavia, a ligação entre o Estado e o terceiro setor tem vindo a configurar

“a ideia de um pluralismo de bem-estar, assumindo a protecção social como uma responsabilidade do Estado e da comunidade, em que se distinguem os papéis” (Ferreira, 2000, p.364). Segundo este autor, está subjacente uma relação de complementaridade entre o Estado e o terceiro setor, uma vez que o primeiro “assume ser da sua responsabilidade o financiamento e a regulação da protecção social que corresponde à concretização dos direitos sociais” (Ferreira, 2000, p.364). Assim, as novas políticas reconhecem ao terceiro setor a “capacidade de resolver alguns dos problemas que agora surgem (...) a par com o de fornecedora de bens e serviços de interesse público e, muito em especial, valorizar a heterogeneidade interna do sector” (Ferreira, 2000, p.367).

1.4 Políticas públicas de apoio social

Dentro do enquadramento teórico que nos ocupa cabe-nos fazer uma breve alusão a algumas medidas políticas, como exemplo de apoio à inserção social e laboral, sabendo que, de acordo com Rodrigues (2010, p.202), “o surgimento das políticas sociais foi sempre condicionado pelo desenvolvimento das formas de Estado que foram tendo existência histórica em Portugal”. O sistema de apoio social que melhor conhecemos é o da Segurança Social que é regulado “pelo princípio da responsabilidade de todos os membros de uma sociedade na prevenção e cobertura de riscos e na construção de um bem-estar colectivo” (Rodrigues, 2010, p.202).

Porém, de acordo com Santos e Ferreira (1998, p.373), “os sistemas de Segurança Social são portadores de características que resultam, não só dos factos que marcaram a sua evolução, mas também do contexto social, económico, político e cultural em que se encontram inseridos”. Estes autores defendem a posição de não só devemos “manter o sistema de protecção social, mas também torná-lo mais abrangente em termos de pessoas e de situações cobertas, mais equitativo e aprofundar a redistribuição e a solidariedade, acautelando, contudo, a sua sustentabilidade futura” (Santos e Ferreira, 1998, p.375).

Deste modo, o combate contra a pobreza e a exclusão social é operacionalizado através de políticas e medidas específicas replicadas a nível territorial e local, pelo sistema de segurança social, por via das instituições sociais e dos respetivos profissionais e técnicos que protagonizam o trabalho da intervenção social e comunitária. Logo surge uma nova visão sobre a capacidade dos próprios indivíduos que são destinatários ou beneficiários deste tipo de medidas, reconhecendo a sua capacitação para assumir compromissos e adotar uma postura mais ativa no processo de inserção visando a sua

autonomia (Sousa, 2017).

Contudo, Ribeiro (2010, p.196) apresenta-nos um paradoxo: “se, por um lado, esperamos que os grupos sociais mais fragilizados tenham consciência da sua situação de excluídos (mantendo uma postura de submissão e de dependência) e que refaçam o seu quotidiano em função desse estigma (recorrendo ao assistencialismo), por outro, para serem bem sucedidas, as políticas sociais contam com a capacidade destes grupos para rejeitarem o seu estatuto e para posteriormente repensarem o seu futuro, construindo novos projectos de vida”.

Em face deste paradoxo, a reinserção profissional de pessoas marcadas pela vulnerabilidade é dificultada pelo seu percurso e história de vida, mas também devido às suas vivências laborais que tendem a gerar vínculos e experiências curtas, precárias e, conseqüentemente, o afastamento do mercado de trabalho. Algumas destas pessoas reencontram novas oportunidades laborais através da inserção em iniciativas, programas e medidas desenvolvidas em parceria com o setor empresarial, de modo a adquirir e desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais (Almeida et al., 2017).

Temos como exemplo de medida de promoção da integração social destas pessoas o Programa Incorpora, que assenta num modelo de apoio à inserção socio laboral de pessoas em situação vulnerável e em risco de exclusão social criado pela Fundação “La Caixa”. Este programa surgiu em Portugal em 2018 e aposta na “intermediação que combina de forma ótima as necessidades do tecido social e empresarial, para assegurar o êxito da inserção laboral na empresa por parte das pessoas beneficiárias do Programa” (Fundação La Caixa, 2016, p.11).

Trata-se de um programa colaborativo surgido em Espanha há mais de dez anos, sendo um exemplo inovador que está a apoiar novas experiências em Portugal. Atualmente, o Programa assenta numa parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e suporta 57 entidades sociais que simultaneamente apoiam coletivos vulneráveis e procuram corresponder aos pedidos das empresas.

Por outro lado, o IEFP, enquanto instituto público, é também ele promotor de várias medidas direcionadas para o apoio à contratação, cuja finalidade consiste na atribuição de apoios financeiros destinados às empresas que se candidatam com o propósito de abrir vagas para receber desempregados inscritos no Serviço de Emprego elegíveis para este tipo de medidas. Os critérios de elegibilidade dos/as candidatos/as referem-se justamente a uma ou várias categorias de vulnerabilidade ou condição de desvantagem social, como, por exemplo, a idade (mínima de 25 anos ou máxima de 45 anos); o tempo de inscrição como desempregado no IEFP (normalmente superior a 12 meses); ser beneficiário de algum tipo de subsídio social (subsídio de desemprego ou

rendimento social de inserção); ser pessoa com deficiência ou incapacidade, ser parte de uma família monoparental, ou ser vítima de violência doméstica, refugiado/a ou ex-recluso/a.

Ainda relacionado com o contexto da reinserção laboral, existem algumas medidas sociais que visam minimizar os impactos e prevenir as consequências da pobreza e da exclusão social. De entre elas destaca-se uma das medidas mais recorrentes no apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica designada de Rendimento Social de Inserção (RSI), na qual se observam algumas contradições que têm permitido questionar se conduzem à integração no mercado de trabalho ou se perpetuam as desigualdades, promovendo a dependência deste apoio (Figueiredo, 2013).

Contudo, segundo Sousa (2017, p.9), “este valor atribuído, serve não para suprir as necessidades básicas, mas a extrema miséria”. Importa dar relevância ao contexto teórico desta medida como fonte de suporte económico tendo como principais titulares, as mulheres quando se trata de situações de famílias monoparentais. De acordo com a mesma autora, o RSI pode se acumulável com outros apoios, pensões e subsídios sociais, especificamente, “pensão social de velhice, pensão social de invalidez, pensão de viuvez, pensão de orfandade, complemento por dependência, complemento solidário para idosos, subsídio de renda de casa, bonificação por deficiência, subsídio por assistência de 3.ª pessoa, subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, abono de família, abono pré-natal, subsídios no âmbito da parentalidade e adoção, subsídio de doença, subsídio de desemprego” (Sousa, 2017, p.9).

No que se refere às famílias monoparentais, constata-se que, de acordo com Guadalupe et al. (2015, p.44), “a feminização dessas famílias pode ser assim conceptualizada como uma dimensão da sua fragilidade social”. Apesar das autores não defenderem esta ideia, na verdade a monoparentalidade feminina é uma realidade mais suscetível a processos de vulnerabilidade e exclusão social, atendendo a fatores como, “a diminuição de rendimentos, as dificuldades de conciliação da vida profissional com a vida familiar, a ruptura com o progenitor que sai de casa são realidades comuns, mas, apesar dos desafios, e rejeitando uma compreensão linear, é importante salientar que a família monoparental não é necessariamente uma família em risco, ainda que possa configurar uma situação de vida que expõe ao risco social” (Guadalupe et al., 2015, p.47).

Note-se que, segundo Wall e Lobo (1999, p.144), “pode supor-se que a proporção de mães e pais sóz separados e divorciados tenderá a aumentar (...) em países com regimes fracos de protecção social, em que a principal alternativa ao emprego é a dependência da família, (...) a co-residência com outros parentes é uma das principais formas de apoio familiar prestadas às famílias monoparentais”.

A atribuição do RSI depende de alguns critérios que comprovem a situação de desemprego, a total ausência de rendimentos e/ou a situação de pobreza. Refira-se que aquando do seu surgimento, esta medida era designada por Rendimento Mínimo Garantido (RGM), tendo sido instituída em 1996, defendendo como objetivo principal “garantir as condições materiais para que os indivíduos possam viver em conformidade com a dignidade humana” (Hespanha et al., 2002, p. 44).

Embora a medida de RSI tenha vindo a funcionar como instrumento estratégico na promoção para a inclusão social através da procura de emprego ou formação, há a tendência para a recusa pela assunção dos deveres por parte dos/as beneficiários/as da medida que muitas vezes são alvo de um controlo sistemático para que cumpram o que está estipulado no contrato de inserção. De acordo com Sousa (2017), o não cumprimento das exigências previstas pode colocar o/a beneficiário/a numa situação ainda mais difícil e novamente em posição de exclusão. Ainda em concordância com a mesma autora, a ausência de acompanhamento técnico pode, por outro lado, gerar a permanência na medida a longo prazo o que acaba por se tornar estigmatizante.

De acrescentar que Rodrigues (2010, p.197) afirma que “a incorporação de uma cultura da pobreza resulta num processo de acomodamento dos mais pobres, face aos benefícios que recebem e aos seus modos de vida, num processo que se torna vicioso e impeditivo da reinserção, quando acompanhado por práticas institucionais desadequadas”. Aliás, o mesmo autor reforça a ideia de que “a malha burocrática e administrativa, passível de emperrar o funcionamento do sistema, é um outro obstáculo à prossecução dos melhores objectivos iniciais da própria medida” (Rodrigues, 2010, p. 214).

Daí que estas pessoas sejam apontadas como responsáveis pela sua própria situação de pobreza, quando as atuações de mecanismos de proteção social se demonstram ambivalentes e desadequados face ao verdadeiro contexto de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. Por isso, a relação entre esta medida e a reinserção laboral se apresenta demasiado estreita e quase indissociável.

A medida do RSI tem vindo a ser alvo de constantes alterações, implicando necessariamente o envolvimento de vários intervenientes, profissionais e parceiros do terceiro setor, no sentido de concertar a implementação da medida no combate aos efeitos da pobreza e da exclusão social (MTSSS, 2021). Além do mais, esta medida de política generalizou-se e representa efetivamente, como referem Hespanha et al. (2002, p.44), uma forma de “cobrir as necessidades essenciais dos indivíduos e das famílias em situação de extrema privação e constitui, assim, uma rede de segurança contra a miséria (...) inclui ainda o direito a um plano de inserção social contratualizado com a administração local.

Por este motivo, “importa rever a relação entre o indivíduo e as instituições, rever o contrato social e reorganizar os próprios instrumentos de intervenção institucional, para que eles não se transformem, eles próprios, naquilo que não querem que a medida seja: um instrumento de reprodução das vulnerabilidades e um instrumento de dependência estrutural, que à custa de tanto querer controlar e fiscalizar, acaba por excluir e estigmatizar” (Rodrigues, 2010, p. 215).

2. Objetivos do estudo e metodologia adotada

2.1 Objetivos do estudo

O estabelecimento dos objetivos é determinante no procedimento da pesquisa uma vez que nos possibilita encontrar “resposta ou solução para um determinado problema” (Moreira, 1994, p.20). Aliás, o processo metodológico, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1998, p.32), deve “procurar enunciar o projecto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor”.

Assim, o presente estudo baseia-se na seguinte pergunta de partida: Qual papel desempenham as instituições do terceiro setor no apoio à reinserção laboral de mulheres em situação de vulnerabilidade? No que se refere aos objetivos do nosso estudo, e considerando que o objetivo geral consiste em analisar o papel das instituições do terceiro setor no apoio à reinserção laboral de mulheres em situação de vulnerabilidade, pretende-se caracterizar as dificuldades com que estas mulheres se deparam ao longo do processo de acompanhamento para a empregabilidade bem como o apoio institucional que lhe é disponibilizado. Refira-se que neste caso, teremos como objeto de estudo uma instituição particular de solidariedade social.

A questão inicial da nossa reflexão tem como principais fundamentos: o apoio psicossocial, o apoio na procura de emprego adaptado ao perfil profissional e o apoio na integração de medidas ou programas de ocupação e emprego, como recursos de promoção à reinserção laboral de mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluindo as práticas de apoio e facilitação existentes e promovidas pelas entidades do setor social.

Neste caso, procura-se perceber em que medida o desenvolvimento destas práticas contribuí para melhorar a gestão do percurso social destas mulheres, visando adequar diferentes perfis socioprofissionais aos desafios e oportunidades da reinserção laboral. Refira-se que o recurso a metodologias de abordagem holística constitui-se como ferramenta essencial no processo de acompanhamento individual e na melhoria de competências para a autonomia, de modo a preparar estas pessoas para uma proposta de emprego. Este tipo de abordagem implica um processo de acompanhamento especializado e centrado no desenvolvimento pessoal, integrando um conjunto de competências individuais que valorizam o seu percurso de vida e as suas experiências, colocando em evidência o seu saber-saber, saber-fazer e saber-ser ou saber-estar.

Com efeito, e procurando estreitar os objetivos do nosso estudo, essencialmente vão derivar os seguintes objetivos específicos:

- 1) Caraterizar a instituição em análise, em termos de história, áreas de atuação,

públicos-alvo e financiamento;

2) Caracterizar as estratégias e recursos utilizados pelos/as técnicos/as do setor social com vista à reinserção laboral das mulheres em situação de vulnerabilidade;

3) Discutir em que medida o papel das instituições do terceiro setor contribui para a promoção da reinserção laboral das mulheres em situação de vulnerabilidade, caracterizando estas mesmas vulnerabilidades;

4) Caracterizar as estratégias e recursos utilizados pelas mulheres na sua reinserção laboral;

5) Analisar a perceção das mulheres em relação ao apoio institucional que recebem, ou desejam receber, por parte das entidades do terceiro setor na superação das suas dificuldades e na promoção da sua empregabilidade.

Tendo em consideração a síntese da problemática, resultante da revisão da literatura, constata-se que os fatores de vulnerabilidade condicionam fortemente a entrada e permanência, a médio ou longo prazo, no mercado de trabalho.

Assim, é fundamental saber quem são estas pessoas e compreender quais as suas principais dificuldades, tentando enquadrar o seu perfil e as suas características na busca por uma oportunidade de inserção ou reinserção laboral, nos casos de ausência prolongada do mercado de trabalho. Por outro lado, no que se refere ao trabalho técnico, no acompanhamento e suporte destas pessoas, importa compreender também a perspetiva dos/as técnicos/as no que respeita à sua intervenção em termos de apoio à empregabilidade.

2.2 Opções metodológicas

A investigação empírica permite-nos optar pelo tipo de método que melhor se adequa ao estudo que desejamos desenvolver. Devemos assim, ter em linha de conta a metodologia que o nosso estudo empírico poderá assumir, isto é, se se trata de uma abordagem qualitativa ou quantitativa. Aliás, este é o princípio fundamental para definir a condução da nossa estratégia de investigação social.

A primeira fase da presente investigação consiste numa revisão da literatura relevante que permitirá fundamentar e fortalecer o marco teórico utilizado e conhecer em profundidade a realidade das mulheres em situação de vulnerabilidade no nosso país. Nesta etapa é essencial desenvolver a capacidade de pesquisa e de reflexão sobre o tema, cruzando pensamentos, perspetivas, ideologias e demais contributos teóricos de diferentes autores de referência. Esta pesquisa possibilitará o aprofundamento do tema sob diferentes pontos de vista, criando os fundamentos lógicos que complementam a própria reflexão, debate, análise crítica e contribuem para a criação da base teórica

pretendida.

Como tal, analisar a realidade pode implicar a utilização de métodos de investigação distintos que “podem ser utilizadas para conceptualizar e compreender um fenómeno” (Fortin, 2009, p.27). Desde já importa diferenciar rapidamente a metodologia quantitativa da metodologia qualitativa, realçando que entre ambas existe uma diferença significativa. O foco da pesquisa quantitativa é medir ao invés de explorar, ou seja, o objetivo é quantificar um problema e compreender a sua real dimensão. Por isso, o resultado desse tipo de pesquisa é obtido através de dados numéricos ou estatísticos, permitindo uma leitura mais próxima da realidade estudada. Esta pesquisa assenta em modelos padronizados de investigação, como os questionários de escolha múltipla, por exemplo.

Quanto à metodologia qualitativa, são usadas perguntas abertas, deixando margem ao entrevistado para responder exclusivamente com base naquilo que pensa.

A opinião do entrevistado é integrada no estudo desenvolvido. No entanto, há que salientar que uma não deve substituir a outra, mas sim serem metodologias complementares, consoante as diferentes estratégias aplicadas na investigação em causa.

O tipo de estudo que se pretende desenvolver assume uma abordagem de natureza qualitativa e de carácter exploratório, na perspetiva de melhor conhecer e identificar as especificidades no apoio à integração laboral de mulheres em situação de vulnerabilidade social, uma vez que procuramos analisar a perceção e expectativas destas pessoas. De acordo com Fortin (2009, p.31), o método de investigação de natureza qualitativa “está associado a uma concepção holística do estudo dos seres humanos”.

A pesquisa de natureza qualitativa é uma abordagem cujo foco está no carácter subjetivo do objeto analisado. Isto é, procura compreender comportamentos, atitudes e tendências, estudando detalhes de experiências individuais, entre outros aspetos peculiares. Este tipo de pesquisa é aplicado quando o objetivo do estudo é entender o porquê de determinados comportamentos. Além de compreender e interpretar comportamentos e tendências, procura também identificar hipóteses para a resolução de um problema e descobrir as perceções e expectativas dos indivíduos. Por este motivo, pretende-se compreender através dos percursos de vida e das experiências das mulheres a entrevistar, as dificuldades concretas com as quais se deparam e os recursos que utilizam na busca de soluções para superar os seus problemas, principalmente face à sua situação de desemprego.

Como defende Fortin (2009, p.32), “as questões de investigação, que necessitam de uma exploração ou de uma descrição do vivido ou de uma experiência humana

importam à investigação qualitativa” porque o paradigma desta abordagem foca-se na descrição de um acontecimento “susceptível de ser descrito e compreendido”.

Deste modo, o investigador “interpreta os dados e descreve em detalhe os acontecimentos relatados pelos participantes que viveram uma certa situação ou tiveram tal experiência” (Fortin, 2009, p.33). Porém, ao longo da investigação podem ser acrescentados novos dados e informações ao problema, o qual só no final da investigação se torna verdadeiramente compreendido.

Com efeito, mantendo os objetivos do nosso estudo, e atendendo à escolha da abordagem qualitativa para a sua concretização, pensamos que analisar a pluralidade de situações mediante o registo e relatos na voz das mulheres que serão entrevistadas, irá atribuir uma maior expressividade ao estudo e, simultaneamente, torná-lo mais enriquecedor uma vez que irá contribuir para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo.

2.3 Técnicas de recolha de dados

As técnicas de recolha de dados utilizadas na investigação qualitativa servem para obter as informações necessárias ao procedimento da pesquisa. No nosso estudo, a principal técnica que se pretende aplicar para a recolha de dados é o inquérito por entrevista. Pretende-se recorrer também a diversas fontes de informação documental que contribuam para a caracterização do contexto institucional e para a identificação de pistas de reflexão ou nos conduzam a novas questões sobre o tema que se pretende estudar (Yin, 2010), uma vez que a análise documental “servirá para complementar a informação obtida por outros métodos” (Bell, 2002, p.90).

Conforme explicado no ponto anterior, a recolha de dados pode ser feita de diversas maneiras e, no método qualitativo, as respostas costumam ser subjetivas, como por exemplo, através de entrevistas qualitativas individuais.

De acordo com Stake (2012, p.81), “a entrevista é a via principal para as realidades múltiplas”. Na verdade, “espera-se que cada entrevistado tenha tido experiências únicas, histórias especiais para contar” (Stake, 2012, p.81). A escolha do método da entrevista, neste caso, irá facilitar a comunicação e a interação, tornando as informações mais autênticas, cujo conteúdo exigirá uma análise mais sistematizada que nos permita criar vários cenários e hipóteses na nossa investigação (Quivy e Campenhoudt, 1998). Além disso, procuramos na recolha dos relatos das mulheres a entrevistar, testemunhos de experiências e diferentes perceções individuais, acrescentando diversidade por forma a “garantir que a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias” (Guerra, 2006, p.41).

Neste sentido, pretende-se criar uma amostra por conveniência composta por mulheres pertencentes a coletivos de vulnerabilidade através de indicadores de fragilidade social, ou seja, apresentar categorias ou fatores que as caracterizam como por exemplo: idade, saúde (física ou mental), nacionalidade, habilitações escolares e contexto familiar. Procura-se assim, constituir um grupo de cinco a seis mulheres, às quais será aplicada a entrevista semi-estruturada que representem uma ou várias das referidas categorias e acima de tudo que sejam utilizadoras da instituição.

A entrevista semi-estruturada ou semi-diretiva é, efetivamente, o tipo de entrevista mais utilizada na área da investigação social e aquela que consideramos que melhor se adequa à realidade que queremos estudar. Isto porque “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte do entrevistado” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p.192), o que possibilita que a pessoa entrevistada se expresse mais aberta e livremente.

Por outro lado, pretende-se aplicar o mesmo tipo de entrevista às técnicas da IPSS que trabalham diretamente com este público. Aqui, pretende-se recolher documentação relevante, e procuramos caracterizar o papel desta instituição particular de solidariedade social no apoio à reinserção laboral das mulheres em situação de vulnerabilidade, assim como caracterizar as dificuldades sentidas por essas mulheres, sob o ponto de vista do acompanhamento dado pela instituição, através das suas técnicas de intervenção social, a este grupo de mulheres.

2.4 Técnicas de tratamento de dados

Após a recolha dos dados, irá proceder-se à sua análise recorrendo a técnicas para o respetivo tratamento da informação. Como refere Guerra (2006, p.63), “a escolha da técnica para analisar o material recolhido depende dos objetivos” e da natureza do estudo empírico, bem como da perspetiva epistemológica do investigador, atendendo a que é através das informações que recolhe que procura produzir conhecimento científico.

Assim, iremos recorrer à análise de conteúdo a qual ocupa uma posição de grande relevo no campo da investigação social pelo facto de possibilitar um tratamento tanto rigoroso quanto complexo, e tão profundo quanto metódico, quer de diferentes informações quer de diferentes testemunhos (Quivy e Campenhoudt, 1998). Segundo Bardin (2011, p.32), “a análise de conteúdo é um método muito empírico, dependente do tipo de «fala» a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”. Assim, há que ter em linha de conta as tipologias que a análise de conteúdo

pode assumir, de acordo com Bardin (2011), cuja perspectiva é reforçada por Guerra (2006), destacando-se: a análise categorial, que corresponde à primeira fase, sendo mais temática e descritiva; a análise da avaliação, que se foca nas atitudes, juízos e opinião do entrevistado; a análise da enunciação, que está muito focada no discurso como processo por si só revelador, e a análise de expressão, que incide no discurso linguístico do entrevistado que nos permite informações de caráter identitário ou ideológico.

Também recorreremos à análise documental que Bardin (2011, p.47) define como “uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente da original”. Ou seja, esta é a fase preparatória em que é consultada e reunida toda a documentação relevante (relatórios, registros, folhetos, regulamentos, entre outros) e transformada em informação documental útil de suporte à investigação.

Portanto, procura-se no nosso estudo, através da realização de entrevistas semi-diretivas descrever e analisar as experiências e relatos que nos permitam fazer a análise de conteúdo categorial, utilizando para tal um guião de entrevista (Apêndice 1 e 2), e, acima de tudo, procurar interpretar um sentido para o que é dito (Guerra, 2006).

Por fim, após transcrever e analisar os discursos, quer das mulheres em situação vulnerável (cf. Apêndice 3) quer das técnicas de intervenção social (cf. Apêndice 4), procuramos refletir com vista à obtenção de resultados, tendo sido criadas as respetivas tabelas de análise de conteúdo categorial (cf. Apêndices 5 e 6). Ou seja, nesta etapa da investigação procede-se à discussão dos dados que nos vão possibilitar descobrir indicadores, analisando a sua relevância, identificando o que existe em comum e o que difere, quais são os aspetos positivos e os negativos, dando destaque aos resultados mais significativos obtidos no estudo empírico.

3. Enquadramento institucional e apresentação e discussão dos resultados

3.1 Caracterização da Instituição

Um dos pressupostos deste estudo incide no papel desempenhado pelas instituições sociais no suporte psicossocial e no apoio à empregabilidade de mulheres em condição vulnerável. Como tal, a instituição que corresponde ao nosso objeto de estudo tem uma forma muito peculiar de funcionar e de intervir, nomeadamente com o público feminino. Assim, prosseguindo um dos objetivos do nosso estudo, iremos proceder à caracterização da instituição que constitui o contexto em que realizamos o nosso estudo. Trata-se da SEIES, que significa Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, a qual é uma cooperativa de responsabilidade limitada, fundada em 1980, que visa apoiar dinâmicas locais de promoção do exercício da cidadania ativa, bem como a investigação e a intervenção para o desenvolvimento nas instituições, nas associações, nas comunidades e nos grupos.

Acrescente-se que a SEIES é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) que, de acordo com o despacho nº13 799/99, 2ª série de 23/6, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, prossegue os objetivos previstos no artigo nº1 do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-lei nº119/83, de 25 de fevereiro, sendo equiparada a estas instituições aplicando-se-lhe o mesmo estatuto de direitos, deveres e benefícios, designadamente fiscais.

A equipa da SEIES é constituída por pessoas com experiências profissionais e formações diversas de áreas tão distintas como a economia, a gestão, a biologia, a psicologia, a sociologia, a filosofia, as ciências da educação e a ação social, as quais se uniram por desejarem que as suas energias e competências se convertessem num esforço comum de valorizar a participação das pessoas (excluídos/as e incluídas/os, técnicas/os e responsáveis institucionais) no desenvolvimento das organizações, dos territórios, da sociedade e das mentalidades.

A transversalidade das competências e das experiências de cada elemento traz um valor acrescentado à equipa, enriquecendo a atividade da cooperativa. Note-se que existem grandes dificuldades no trabalho de intervenção e requalificação social, detetadas desde sempre por profissionais e instituições, vivenciados e escutados nos relatos das mulheres e homens com quem se cruzam.

A intervenção da SEIES assenta na filosofia de que é através das pessoas que se tornam possíveis mudanças significativas na forma habitual de viver e de lidar com as várias situações problemáticas, através da aproximação ao seu saber-fazer, às suas

experiências e competências, da auscultação das suas vontades, sonhos e inquietações, apoiadas e questionadas por outras formas de abordagem. A autoconstrução da autoestima individual e de grupo é uma das grandes apostas, não considerando que seja necessário esperar que o mundo mude para ser capaz de provocar mudanças (SEIES, s.d.).

Por isso, a SEIES privilegia o recurso a formas diferenciadas de intervenção, utilizando métodos e estratégias participativas, com as pessoas, com as organizações e nos territórios, o que permite articulações e a dinamização de relações amigáveis de proximidade.

Enquanto cooperativa multisectorial, a SEIES trabalha em diferentes níveis procurando intervir (SEIES, s.d.):

- Em pequenos territórios, com as pessoas, desempregadas ou não, com pequenas empresas e associações, ao nível da economia social;
- Com os/as técnicos/as e responsáveis de organizações;
- Nas políticas sociais e culturais, ao nível local, nacional ou mesmo europeu.

Assim, a SEIES tem realizado intervenções e projetos de desenvolvimento, com atividades ao nível da consultoria, conceção e realização de estudos e de projetos, acompanhamento e avaliação de projetos de intervenção, formação de adultos/as, formação de formadores/as, intervenção estratégica e dinamização de grupos, de redes e de políticas sociais locais, nomeadamente, na área do género.

Essas atividades são desenvolvidas pela SEIES, quer como promotora, quer a pedido de organismos nacionais (universidades, Instituto Nacional de Administração, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Centro Nacional de Formação de Formadores, associações de desenvolvimento, autarquias, empresas e organismos de formação) ou internacionais (Comissão Europeia, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Organização Internacional do Trabalho e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

Com o objetivo estratégico de facilitar mudanças nas formas de agir, ao nível profissional e social, a SEIES investe desde sempre, na área da formação de pessoas e grupos, em situações ou com necessidades específicas, de mulheres desempregadas, bem como na formação de formadores/as e de profissionais.

A formação é utilizada como recurso potenciador de dinâmicas de reflexão e de aprofundamento e transformação de práticas, permitindo o desenvolvimento, de forma integrada, de competências pessoais, relacionais, cognitivas e de saber-fazer em situações sociais e profissionais cada vez mais complexas (SEIES, s.d.).

Partindo do pressuposto de que numa sociedade dinâmica e plural ter formação é muito mais do que adquirir conhecimentos e técnicas, a SEIES tem como principal lema a

“necessidade urgente de fomentar a consciência crítica, a liberdade e a criatividade que gradualmente vão contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, capaz de implementar políticas transformadoras com cidadãos e cidadãs participativos/as e atuantes” (SEIES, s.d., p.5).

É de acrescentar que a SEIES é uma entidade formadora certificada pela DGERT (Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), em todos os domínios de intervenção do ciclo formativo e todos/as os/as seus/sua formadores/as estão reconhecidos/as, com o CCP (Certificado de Competências Pedagógicas) pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Alguns marcos históricos na vida da SEIES:

- 1980 – Fundação da SEIES;
- 1992 - Começa a intervir exclusivamente em Setúbal;
- 1993 – Inicia a participação em redes institucionais e dinamização de redes de técnicos/as;
- 1994 – Cria o Centro de Informação para Mulheres desempregadas;
- 1994 – Desenvolve o programa Março Mulher, envolvendo dezenas de instituições, empresas e pessoas voluntárias;
- 2004 – Abre o Centro de Cidadania Activa;
- 2005 - Adere ao Núcleo Local de Inserção de Setúbal do Rendimento Social de Inserção;
- 2006 – Cria uma equipa de prevenção e desocultação da violência doméstica, inicialmente com o Projeto Bem-me-Quero e, posteriormente, com o projeto designado por VOA (Vontade, Otimismo e Autonomia).

3.2 Áreas de atuação da Instituição

No seguimento do ponto anterior, e ainda no âmbito da caracterização da Instituição, são de realçar as principais áreas de atuação nas quais a cooperativa intervém e que visam, fundamentalmente, apoiar dinâmicas locais de promoção do exercício da cidadania ativa, promoção da inclusão social e comunitária de pessoas, grupos e instituições, das quais destacamos (<http://www.cooperativaseies.org>):

- Desenvolvimento pessoal e social;
- Participação cidadã e cívica;
- Desenvolvimento social e comunitário;
- Inclusão social e profissional de pessoas e grupos vulneráveis (p.e. minorias étnicas);
- Formação profissional e de formadores;

- Igualdade de género;
- Prevenção e desocultação da violência doméstica e de género;
- Estímulo ao empreendedorismo e apoio técnico a microempresas;
- Consultoria e avaliação de projetos.

A SEIES tem desenvolvido muitas das suas dinâmicas de intervenção local e territorial nas áreas anteriormente identificadas, tendo começado o seu trabalho, em Setúbal, em 1990 com o seu “Balcão Passo a Passo” que recebeu e apoiou várias mulheres e as suas ideias empreendedoras para a criação do próprio negócio.

As pessoas que trabalham na Instituição fazem-no com outras pessoas e instituições e partilham diariamente muito mais do que o seu saber-fazer porque acreditam que assim será possível, a pouco e pouco, modificar a forma como mulheres e homens são vistos e se vêem nos seus papéis sociais, assumindo-se como agentes de mudança (SEIES, s.d.).

O modo de funcionamento da cooperativa propõe métodos que visam orientar de forma inovadora projetos de desenvolvimento em áreas tão diversas como a educação, a formação, a criação de emprego, mas também a atividade social e cultural. Podemos, desde já, registar algumas linhas orientadoras que caracterizam a atuação da instituição, destacando-se o facto de que a metodologia adotada nas suas intervenções é fundada na análise de situações complexas, na elaboração de projetos coletivos e na utilização de estratégias orientadas para o desenvolvimento. Por esta via, a SEIES procura transformar os modos de intervenção institucional, no sentido de adotar uma ação concertada e integrada, bem como de mobilizar cidadãos e cidadãs. Da mesma forma, aposta numa avaliação dinâmica dos programas e dos projetos, baseada na participação dos diferentes intervenientes e na constante integração da reflexão-ação. Em 2007 a intervenção da SEIES ganhou uma maior amplitude e expressividade através do “Cd’CA” - Centro de Cidadania Activa (cf. <http://www.cooperativaseies.org>), que tem trabalhado em parceria com a Câmara Municipal de Palmela, a Câmara Municipal de Setúbal, o Instituto das Comunidades Educativas e o Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

O projeto Cd’CA é um espaço onde se cruzam pessoas, organizações, instituições, muitos e variados interesses, iniciativas, sonhos e histórias de vida. É um espaço que se caracteriza pelo encontro, pela partilha e pela troca de saberes, onde os/as principais protagonistas são mulheres, homens, jovens e crianças, desempregados/as, imigrantes e técnicos/as institucionais.

Neste Centro existem ainda outros projetos promovidos pela SEIES e atividades promovidas por entidades parceiras (económicas, culturais e sociais), que utilizam este espaço como recurso. Enquanto resposta complementar ao trabalho desenvolvido no

território, e com localização central na cidade de Setúbal, o Centro recebe pessoas de todo o distrito, encaminhadas por diferentes entidades públicas e privadas da área social, formação, cultura e saúde.

A concretização deste projeto resulta na existência de um equipamento inovador ao nível do país, concebido como um espaço permanente e aberto de aprendizagens informais e formais e de suporte a iniciativas de caráter cívico. Por outro lado, resulta também numa resposta social equiparada a centro comunitário que funciona através de um acordo atípico celebrado e financiado pelo Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, e que constrói redes de contacto entre as pessoas e a comunidade.

De forma a complementar a caracterização da Instituição, tendo em conta a sua relevância, apresentamos sucintamente outros projetos e protocolos em curso (SEIES, 2020):

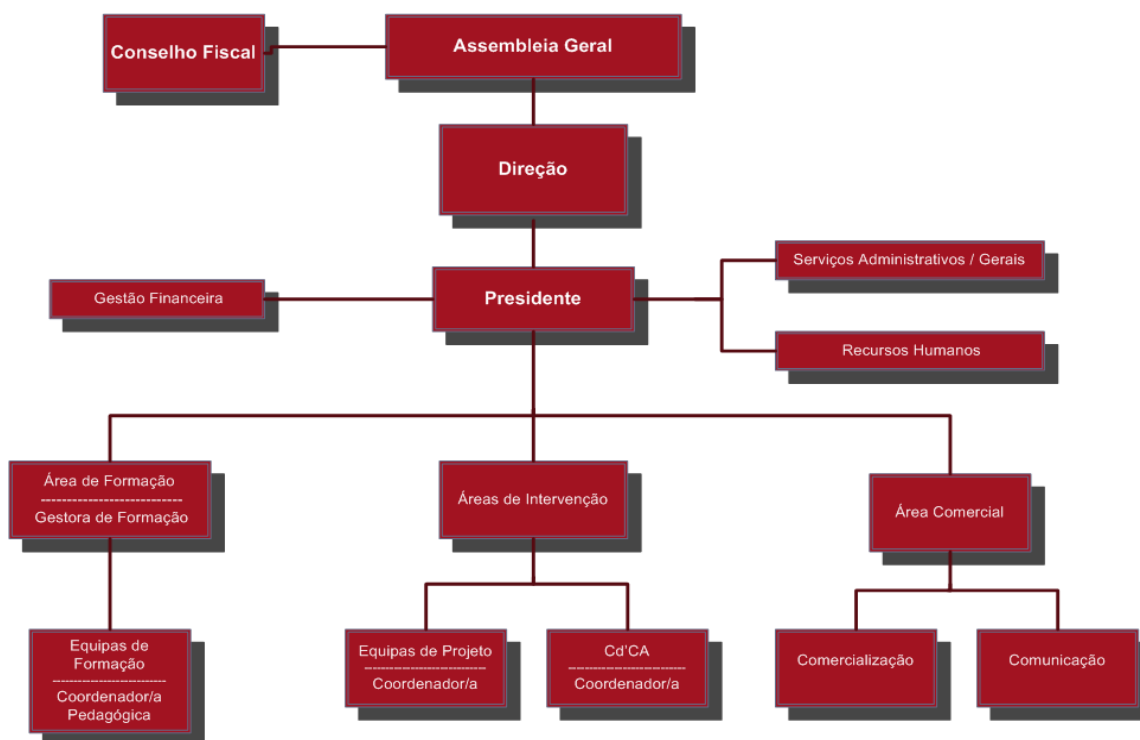
- Programa Março-Mulher – iniciativa que se realiza anualmente desde 1994 resultante de diversos eventos que preconizam a sensibilização e informação de temas sobre a Igualdade de Género. É promovido pela SEIES em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal, várias organizações, associações, coletividades e voluntárias/os;
- GIP – Gabinete de Inserção Profissional a funcionar desde 2009 através de acordo com o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional);
- EPAT - Entidade Prestadora de Apoio Técnico a funcionar desde 2018 na criação e consolidação de empresas financiadas pelos programas de apoios do IEFP;
- Programa Incorpora – projeto de apoio à inserção sociolaboral do qual a SEIES faz parte integrante do núcleo de Setúbal desde 2018, financiado pela Fundação La Caixa e pela instituição bancária BPI (Banco Português de Investimento);
- Projeto SIGA.2 – Setúbal Interinstitucional Gera Ação, programa CLDS 4G (Contrato Local de Desenvolvimento Social), com intervenção em alguns territórios de Setúbal que procura capacitar cidadãos/aos e famílias, fomentar a igualdade de oportunidades e a inclusão social a vários níveis;
- Formação para Públicos Estratégicos – financiado por Portugal 2020/PORLISBOA e dirigido aos concelhos de península de Setúbal, visando melhorar estratégias municipais e concelhias, bem como, promover o desenvolvimento de competências técnicas nas áreas de Igualdade de Género,

formação de Apoio à Vítima e formação em Orientação Sexual e Igualdade de Género;

- Membro da Rede Social de Palmela e de Setúbal, integrando o núcleo executivo da Rede Social de Setúbal;
- Associada da Rede Animar, EAPN, União das IPSS do distrito de Setúbal e da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.

Para a concretização dos seus objetivos e dos projetos em que está envolvida, a SEIES dispõe de uma estrutura organizacional que, contando com a participação ativa dos/as seus/suas cooperantes, tem o seu centro operacional nas atividades que desenvolve através das técnicas de intervenção social.

Figura 1 - Organograma geral da SEIES



Fonte: SEIES

No que respeita à caracterização das técnicas de intervenção social, a equipa de profissionais da SEIES apresenta a composição constante da tabela 1.

Tabela 1 – Equipa de profissionais da SEIES

Nº trabalhadoras	Habilitações e área de formação
5 Sócias trabalhadoras	Ciências da educação, ciências sociais, filosofia, gestão e psicologia

6 Técnicas superiores	Serviço social, sociologia do trabalho, gestão de projetos, animação sociocultural e educação social
1 Técnica Administrativa	Formação profissional na área de Informática de Apoio à Gestão
1 Auxiliar de Serviços Gerais	12º ano de escolaridade

Fonte: Relatório de atividades da SEIES, 2020

Os dados apresentados evidenciam que a equipa técnica se caracteriza por uma forte feminização e por uma elevada taxa de pessoas com formação de nível superior nas áreas das ciências sociais e humanas, o que reflete a elevada tecnicidade do trabalho social que é desenvolvido.

3.3 Caraterização do público-alvo

No seguimento da apresentação institucional, destacamos neste subcapítulo a caraterização do público-alvo que, neste caso, se reporta às mulheres em situação de vulnerabilidade utilizadoras dos serviços da instituição social ao qual o nosso estudo se refere.

Assim, optamos por realizar entrevistas semi-diretivas a uma amostra constituída por cinco mulheres cujos dados recolhidos são fundamentais para a compreensão das suas narrativas na medida em que nos dão pistas para a prossecução dos objetivos do nosso estudo.

Com o propósito de preservar a sua identidade, foram atribuídos números às entrevistadas em conformidade com a ordem cronológica da realização de cada entrevista.

Tabela 2 – Caraterização sociodemográfica das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Nacionalidade	Estado civil	Nº filhos/as	Escolaridade
E1	38 anos	Angolana	Solteira	1	Licenciada
E2	22 anos	Moçambicana	Casada	0	9º ano
E3	51 anos	Portuguesa	Divorciada	3	9º ano
E4	49 anos	Portuguesa	Divorciada	1	12º ano
E5	55 anos	Portuguesa	Divorciada	1	9º ano

Fonte: Inquérito por entrevista

De acordo com os dados constantes da tabela, constata-se que estamos perante uma amostra constituída por 5 mulheres com idades entre os 20 e os 55 anos. No que se refere à nacionalidade, existem 2 mulheres de nacionalidade africana, especificamente, uma é angolana (E1) e a outra, mais jovem, é moçambicana (E2). As restantes mulheres são de nacionalidade portuguesa. Constata-se ainda que a maioria das mulheres tem entre 1 a 3 filhos, exceto uma das mulheres ainda jovem que não tem qualquer filho (E2).

Relativamente à escolaridade, a maioria das mulheres possui habilitações ao nível do terceiro ciclo, sendo que uma das mulheres tem o ensino secundário completo (E4) e outra tem uma licenciatura obtida no seu país de origem (E1).

No sentido de complexificar o nosso estudo, consideramos a pertinência de conhecer o trabalho técnico com vista à reinserção laboral de públicos em situação de vulnerabilidade social. E sabendo que este é outro dos objetivos contemplados no nosso estudo, foram realizadas entrevistas semi-diretivas a 2 Técnicas que desempenham funções distintas na Instituição, quer ao nível do contacto com públicos vulneráveis, quer com empresas, na área da empregabilidade. A entrevista com estas Técnicas permite-nos caracterizar as estratégias e recursos utilizados no apoio à reinserção laboral de mulheres em contexto de vulnerabilidade social.

Vejamos, então, como é que cada uma das Técnicas entrevistadas se apresenta em termos de funções desempenhadas:

“Trabalho na SEIES desde 2009. Tenho categoria de técnica de intervenção social e entre junho de 2009 e dezembro de 2021 desempenhei a função de técnica no gabinete de inserção profissional. Em 2022 foi-me proposto integrar um novo projeto. Desde janeiro de 2022 desempenho a função de mentora na Incubadora Social de Emprego. Trata-se de um projeto piloto financiado pelo IEFP que trabalha a procura de emprego com uma abordagem direcionada para o desenvolvimento das competências transversais e digitais numa lógica de trabalho em equipa. Neste momento faço mentoria a 2 equipas de procura de emprego” (T1);

“Trabalho na Cooperativa SEIES há 20 anos, tendo feito um intervalo entre 2014-17, em que me mantive apenas nas funções de sócia. Tenho esta dupla função de sócia-trabalhadora, agregando responsabilidades nos corpos sociais da SEIES e como trabalhadora em várias áreas de intervenção nestes 20 anos. Desde 2018, desempenho a função de técnica prospetora empresarial do Programa Incorpora, financiado pela Fundação “la Caixa”” (T2).

Na entrevista com as Técnicas procuramos recolher alguma informação sobre a tipologia de públicos com que habitualmente trabalham.

“Não consigo dizer se mais homens ou mais mulheres, porque acho que é um número relativamente equilibrado. Quanto à nacionalidade são maioritariamente de nacionalidade portuguesa” (T1);

“No âmbito do meu trabalho para a integração laboral de públicos vulneráveis, o público-alvo com que trabalho diretamente são sobretudo empresários/as e responsáveis de RH. Neste caso, e na área de RH, predominam as mulheres nas funções técnicas e os homens como empresários ou gestores, sendo o inverso ainda a exceção. O trabalho com as empresas/instituições destina-se à prospeção de postos de trabalho e intermediação laboral com grupos vulneráveis, sendo estes compostos por uma maioria de mulheres, em média portuguesas com mais de 30 anos, bem como população imigrante residente no concelho de Setúbal - mulheres e homens - em vários casos sobre escolarizados para os postos de trabalho a que se candidatam” (T2).

O perfil do público-alvo aqui identificado pelas nossas entrevistadas não nos remete para um padrão específico do ponto de vista dos seus atributos sociodemográficos. Tal significa que tanto podemos ter homens como mulheres em situação de vulnerabilidade social.

3.4 Tipos de vulnerabilidades identificadas

Um dos objetivos do nosso estudo passa por caracterizar as situações de vulnerabilidade que caracterizam o público-alvo com que a SEIES trabalha. Para isso, procuramos junto das Técnicas entrevistadas descrever as suas características.

“Neste momento, as maiores dificuldades das mulheres que estou a acompanhar tem a ver com problemas de saúde e com a necessidade de mudar de área profissional. É comum existir também o problema de serem famílias monoparentais com menores a cargo, o que limita a entrada no mercado de trabalho. Esta limitação deve-se, sobretudo, ao facto de existir dificuldade na conciliação familiar, tanto pelos horários praticados como pela pouca vontade dos empregadores” (T1);

“Aquando da discussão regular em equipa de situações/perfis com pedido/diagnóstico de apoio à empregabilidade, observamos que existem muitas mulheres com acrescida vulnerabilidade porque a elas cabe invariavelmente o cuidado dos filhos menores, e também maiores quando não autónomos; todas as tarefas inerentes ao seu acompanhamento em casa, na escola, na saúde... a limpeza, a ida às compras, cuidar da mãe/pai, da sogra/sogro... e muitas vezes do marido/companheiro” (T2).

Os fatores de vulnerabilidade identificados pelas Técnicas entrevistadas parecem corroborar os resultados da revisão da literatura ao remeterem para problemas de saúde, serem famílias monoparentais e terem menores a cargo o que coloca questões ao nível da natureza dos empregos que estão em condições de aceitar e da conciliação da vida profissional com a vida familiar. Podemos acrescentar que as mudanças ocorridas nas estruturas familiares são também um fenómeno com uma tendência cada mais crescente para o surgimento de famílias monoparentais, neste caso, de “mães

solteiras com filhos”, de acordo com Wall e Lobo (1999). Além de que, segundo Hespanha et al. (2002), a situação de desemprego também pode estar diretamente relacionada com a idade da mulher, assim como, a sua situação familiar.

Note-se, no entanto, que como refere uma das Técnicas:

“As características de vulnerabilidade não podem ser vistas isoladamente “em fatias”, sabendo que a sobreposição ou intersecção de identidades sociais (interseccionalidade) e sistemas relacionados de opressão agravam as situações que cruzam marcadores - de género, idade, cor de pele, classe social, nacionalidade, etnia, religião, orientação sexual e identidade de género, entre outros” (T2).

É interessante a alusão que esta Técnica faz ao termo interseccionalidade, que nos remete para um nível de reflexão em que devemos ter em conta o cruzamento de vários fatores suscetíveis reforçar a vulnerabilidade e a discriminação, de acordo com a perspetiva defendida por Crenshaw (1991), como podemos constatar na ideia por ela expressa:

“Querer e precisar de trabalhar, e ser mulher, negra, com baixa escolaridade, mais de 40 anos, ter vários filhos a cargo e não ter rede social e familiar, são tudo agravantes que se somam. Superar as vulnerabilidades “de partida” é uma luta dura e desigual em que só ganham “as guerreiras” (T2).

Vejamos na tabela seguinte a caracterização das mulheres entrevistadas, face às condições atuais de vida, as quais nos parecem espelhar algumas das vulnerabilidades referidas anteriormente pela Técnica entrevistada.

Tabela 3 – Caracterização das condições de vida das entrevistadas

Entrevistada	Agregado familiar	Habitação	Fontes de rendimento
E1	3 pessoas	Social	Trabalho por conta de outrem
E2	1 pessoa	Arrendada	Bolsa de formação
E3	3 pessoas	Social	Trabalho por conta de outrem
E4	1 pessoa	Social	Subsídio de desemprego
E5	1 pessoa	Social	PSI e RSI

Fonte: Inquérito por entrevista

Conforme podemos verificar na tabela anterior, ao sistematizarmos alguns indicadores relativos à composição do agregado familiar, às condições de habitação e aos rendimentos auferidos, constatamos que só 2 agregados são constituídos por 3 pessoas, que é o caso das entrevistadas 1 e 3, sendo que as restantes situações familiares são representadas pelas próprias entrevistadas 2, 4 e 5, que neste momento residem sozinhas. A entrevistada 1 tem um filho menor a cargo e vive com a mãe,

enquanto a entrevistada 3 vive com a filha e o neto, também menor.

A condição dos agregados familiares perante a habitação surge no discurso das mulheres entrevistadas como um fator evidente de vulnerabilidade a que os poderes públicos procuram responder ao predominarem as situações de recursos à habitação social, nem sempre vista como digna.

“Nós estamos numa casa que de facto a Câmara quer nos tirar de lá. Diz que não são condições dignas para as pessoas habitarem lá” (E1);

“Neste momento, sou só eu. O meu filho foi trabalhar para fora. (...) A habitação é social, está situada no centro da cidade, o que é uma mais-valia porque é muito acessível. Mas às vezes tem umas situações mais difíceis de lidar por causa de certos moradores” (E4);

“Neste momento, estou sozinha. (...) A casa é razoável, é uma habitação social, é boa” (E5).

No que respeita à situação face aos rendimentos que permitem a sua subsistência, a precariedade e a dependência de prestações sociais parecem ser os elementos estruturantes da condição de vida das mulheres entrevistadas, ainda que as entrevistadas 1 e 3 refiram que se encontram a trabalhar, mas os seus rendimentos são muitos baixos para conseguir corresponder a todas as necessidades, como podemos constatar das suas palavras:

“...estou abaixo do ordenado mínimo (...) A gente agradece, é o salário que nós temos ali, mas não dá para suprir todas as necessidades que a gente tem” (E1);

“Apesar de fazer um trabalho de 12 horas, ganho de 8 horas, é um ordenado mínimo. O dinheiro não é muito, não me dá para tudo” (E3).

Os restantes rendimentos das entrevistadas 2, 3 e 4 provêm de apoios e prestações sociais como é o caso do subsídio de desemprego, bolsa de formação, prestação social para a inclusão e rendimento social de inserção. De qualquer modo depreendemos que os valores auferidos são insuficientes para fazer face às necessidades do quotidiano, sobretudo no caso das mulheres que estão empregadas e que conforme defende Ferreira (1991), parece existir uma espécie de invisibilidade com o destino dos seus salários.

“Agora estou a receber rendimentos através do IEFP, através do curso que estou a tirar. É uma bolsa de formação” (E2);

“Estou a receber o subsídio de desemprego, até maio de 2023” (E4);

“Recebo o PSI (pensão social para a inclusão) por causa da incapacidade. E o RSI (rendimento social de inserção)” (E5).

Se a condição face ao rendimento destas mulheres se apresenta bastante frágil, não menos frágil é também a sua condição face à saúde. Os casos das entrevistadas E3, E4 e E5 são particularmente elucidativos desta condição:

“Tudo isto, o divórcio, a doença, depois os problemas das dívidas, foi uma acumulação de situações. Foi quando tive a primeira depressão. (...) Agora tive a segunda depressão. (...) Continuo a receber acompanhamento médico, no hospital Garcia de Orta nas áreas de infecologia e na psiquiatria” (E3);

“A limitação que eu possa ter a nível de tendões, tem a ver com o esforço que fazia no serviço de urgência” (E4);

“A saúde, está frágil, muito frágil. (...) A nível de saúde, é o coração...E a parte mental...” (E5).

No caso destas mulheres, a situação da entrevista E5 é particularmente complexa já que é afetada por problemas de saúde física e mental, motivos que implicaram ter de reformar-se por invalidez com uma percentagem de 60% de incapacidade, o que se reflete nas suas condições objetivas de procura de novo emprego e na sua autoestima fortemente marcada pela ideia de fragilidade.

Portanto, verificamos que os recursos e rendimentos insuficientes, determinam a condição difícil de vida, muitas vezes marcada pela pobreza, impedindo que estas mulheres consigam alcançar o desejável nível de vida ou aquele que a sociedade considera aceite, segundo Diogo et al. (2021).

3.5 Tipos de intervenção social

Acerca da intervenção, e de acordo com os princípios de atuação da Instituição, esta é orientada para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de pessoas em situação difícil, por via da intervenção social e comunitária, formação e acompanhamento pessoal e personalizado quer seja ao nível psicológico e social, como na área do emprego e do empreendedorismo. Esta intervenção pretende-se que seja continuada em articulação com o trabalho desenvolvido pelos parceiros do território.

Procura-se, portanto, promover a capacitação da pessoa, família e comunidade, através de uma intervenção holística, centrada na pessoa, à medida das suas necessidades específicas, e simultaneamente sistémica colocando-a em relação com as diferentes esferas (social, familiar, cultural, económica) que a influenciam e nos quais a sua inclusão pode ser potenciada. Com este objetivo, a intervenção é conjugada com diferentes parceiros através da formação direcionada para o desenvolvimento pessoal, social e profissional.

O trabalho desenvolvido pela Instituição, assume uma abordagem sistémica e dirige-se a pessoas em situação de pobreza e exclusão social, sem qualificação ou com baixas qualificações escolares e profissionais, em situação de desemprego, de longa e muito longa duração, beneficiários/as de RSI, pessoas com trajetórias de vida problemática, nomeadamente pessoas pertencentes a grupos de risco, com evidente necessidade de desenvolver competências pessoais e sociais, que lhes permitam exercer uma cidadania ativa, uma maior participação e, sobretudo, a integração em respostas de formação profissional e/ou de inserção no mercado de trabalho.

Conforme já abordado no capítulo primeiro deste relatório, a existência de uma cultura historicamente enraizada da mulher doméstica, dependente do homem, força de trabalho e de sustento do lar, faz com que, numa sociedade em que as separações e divórcios tendem a aumentar, conforme afirmam Wall e Lobo (1999) e em que a competitividade do mercado de trabalho dificulta a conciliação da vida familiar e vida profissional, de acordo com Dias (2007), as mulheres estejam particularmente vulneráveis, a nível socioeconómico, quando ocorre uma situação de desemprego, de divórcio ou de doença, entre outras.

Para fazer face às vulnerabilidades identificadas, as Técnicas de intervenção social da SEIES são orientadas para a aplicação de metodologias com vista a atingir os objetivos subjacentes à procura de emprego, desde a promoção do auto conhecimento na procura de emprego, conhecer os diversos fatores que influenciam a escolha profissional, estimular a capacidade de reflexão individual acerca do desenvolvimento pessoal e social de cada um/a, incentivar e motivar para a procura autónoma e ativa de emprego; promover o desenvolvimento na pesquisa e interpretação de anúncios de ofertas de emprego; escrita de currículo e cartas de apresentação e candidatura; preparar para a entrevista de trabalho presencial e telefónica, através de simulações; sensibilizar para a importância das entrevistas de trabalho como momentos decisivos na seleção ou exclusão, aquando do processo de recrutamento, como podemos constatar a partir das palavras das nossas entrevistadas:

“Quanto às técnicas passa muito (...) pelo autoconhecimento porque verifica-se de um modo geral que as pessoas têm muita dificuldade em reconhecer as áreas em que são mais fortes e aquelas em que necessitam de investir para progredir. (...) A utilização das ferramentas digitais, são sobretudo aqueles que exploramos mais, quer para melhorar o CV, utilizando o Canvas, por exemplo, quer com a utilização de ferramentas de comunicação para partilha de informação e recursos” (T1);

“No âmbito do apoio são utilizadas técnicas de escuta ativa; construção de plano individual de integração; apoio na construção de CV; marcação de entrevistas; procura de ofertas compatíveis com o perfil; apoio à exploração e busca de ofertas nas redes e plataformas digitais, e redes de proximidade comunitárias. E ainda, a SEIES dispõe atualmente de trabalho em grupos de entreatajuda na procura de emprego, no âmbito do projeto CLDS e do

3.6 Formação e empregabilidade

Com recurso à análise documental, apurámos que a SEIES é uma entidade prestigiada na área da formação e em resultado da sua experiência no passado, já foram promovidas algumas ações de desenvolvimento pessoal e social, de formação de qualificação profissional (nas áreas de Pastelaria, Costura e Ajudante Sócio-Familiar) e de vários Cursos de Educação e Formação de Adultos (nas áreas de Ação Educativa, Apoio Familiar e à Comunidade e Práticas Administrativas), tendo alcançado bons resultados marcados pelo sucesso em projetos de formação que permitiram o aumento das competências pessoais, sociais e profissionais dos/as adultos/as.

Neste âmbito, em 2008 a SEIES candidatou-se à tipologia de intervenção Formação para a Inclusão, financiada pelo IEFP através dos Fundos Comunitários, em resultado da crescente necessidade constatada pelas entidades parceiras (ISS, equipas de RSI de Palmela e Setúbal e IEFP) de ações de desenvolvimento pessoal e social dirigidas a mulheres.

A partir desse ano, desenvolveu, no concelho de Setúbal, formação em desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como cursos de educação-formação, traduzindo-se numa importante consolidação de competências sociais e pessoais em especial de mulheres em situação de vulnerabilidade social, com vista ao aumento das suas qualificações escolares e profissionais.

Este tipo de intervenção da SEIES vai ao encontro do referido por Amante (2012, p.21), segundo a qual “a tónica posta no papel desempenhado pela educação formal e pela formação e experiência profissional na construção da qualificação ao longo da vida ativa do trabalhador, desempenham um papel fundamental na explicação da reinserção profissional”.

De referir que, desde 1990, a SEIES e o IEFP têm sido parceiros na experimentação de formações de desenvolvimento pessoal e na criação de empresas dirigidas especificamente a mulheres. Com a continuação do desenvolvimento destas formações é estabelecida uma constante articulação com as instituições que fazem o encaminhamento dos/das seus/suas utentes e que partilham o seu acompanhamento, estabelecendo-se um reconhecimento partilhado de que esta tipologia de formações são fundamentais para os públicos que não tem competências básicas necessárias para ser selecionável para um emprego e muito menos competências de manutenção de um percurso de formação profissional após essa seleção.

Para além da experiência na área da formação, a equipa da SEIES tem uma vasta experiência no trabalho de intervenção social desenvolvido com mulheres desempregadas de longa duração (DLD), de baixo nível de escolaridade, de baixa qualificação profissional e de minorias étnicas, ao nível do acompanhamento psicossocial e encaminhamento na busca de soluções para a sua integração escolar, profissional e social.

Tabela 4 – Caracterização da situação face à formação e ao emprego/profissão

Entrevistada	Formação realizada	Emprego/profissão
E1	Sim	Empregada / auxiliar de limpeza
E2	Frequenta	Desempregada
E3	Sim	Empregada / auxiliar de lar
E4	Sim	Desempregada
E5	Sim	Reformada por invalidez

Fonte: Inquérito por entrevista

Outra dimensão importante a destacar na nossa análise, é a situação face ao emprego ou desemprego, e à formação. Neste caso constatamos que as nossas entrevistadas têm algum tipo de formação já realizada, sendo que uma das mulheres (E2) está atualmente a frequentar um curso de formação profissional de dupla certificação.

“Tenho o curso de informática, o curso de inglês básico...” (E1);

“Estou a frequentar formação de cabeleireiro para ter escolaridade” (E2).

No caso da entrevistada E3, apesar de estar também a frequentar um curso de dupla certificação, introduz um elemento novo no seu discurso ao referir o papel da bolsa de formação para ajudar a responder às suas necessidades económicas:

“Entretanto, estava lá na casa-abrigo, comecei a ter contatos, aqui abriu o curso de Apoio à Família e à Comunidade (...). Assim, também era uma maneira da minha escolaridade crescer mais um pouco, nunca é tarde para aprender e também como era subsidiado, por isso também me fazia jeito. (...) Então vim tirar o curso aqui e fiz o 9º ano” (E3).

Quando questionadas sobre os contributos da formação no acesso ao emprego, duas das entrevistadas parecem estabelecer uma relação positiva entre a frequência de formação e o acesso ao emprego:

“Terminei o curso em 2011, estagiei na Stª Casa e fiquei logo” (E3);

“A última formação que tive foi de Apoio à Família e à Comunidade que me abriu portas para o mercado de trabalho. Trabalhei em Portugal no apoio

familiar e como auxiliar de lar. (...) Foi de dupla certificação, deu a escolaridade. Um curso EFA (educação e formação de adultos). Também fiz de auxiliar de refeitório, estava grávida na altura. A seguir foi de informática...” (E5).

As restantes entrevistadas manifestam necessidades de formação, procurando adquirir mais competências profissionais, linguísticas e digitais, ou continuar a estudar para melhorar os seus níveis de escolaridade e assim responder às crescentes exigências do mercado de trabalho.

“Tenho necessidade e preciso mesmo! Quero crescer mais no âmbito profissional. Aprender outras profissões se for o caso também” (E1);

“Acho que fazia em logística e confeitaria, cozinha...” (E2);

“Eu gostava muito de continuar a formação na mesma área. Gostava de fazer o 12º ano nesta área porque gosto muito do que faço” (E3);

“Sim, quanto mais competências tivermos, maiores são as oportunidades. Investir mais na parte digital e na parte linguística. Cada vez mais é tudo internacional e sentimos necessidade de comunicar” (E4).

Por outro lado, tendo auscultado a opinião das Técnicas acerca da importância da formação, sobretudo aquela que é promovida e dirigida a mulheres acompanhadas na instituição, é reconhecido o seu papel não só no desenvolvimento de novas competências, mas também no desenvolvimento de redes de contacto alargadas:

“A formação é sempre enriquecedora para todos/as os/as que nela participam porque além de proporcionar novas aprendizagens também serve para conhecer outras pessoas com interesses semelhantes e alargar a networking” (T1).

Já a outra Técnica entrevistada realça o forte envolvimento da Instituição na promoção de ações de formação dirigidos a públicos vulneráveis, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

“Desde a sua fundação que a SEIES tem procurado financiamento para formações que qualifiquem e empoderem nas comunidades mulheres de baixa escolaridade. Ao longo dos anos foram várias as intervenções formativas realizadas em comunidades fora de Portugal e também centradas no distrito de Setúbal. Nos últimos anos foram realizados vários cursos EFA desenhados para este público, também ações de formação para a inclusão, formação e apoio à criação de microempresas de mulheres, bem como formações para mulheres vítimas de violência doméstica, e de prevenção” (T2).

Na sua opinião, a formação não se basta a si própria sendo necessário encontrar formas complementares de apoio e de reforço da autoestima para que os efeitos positivos da formação se possam concretizar:

“Não basta escolarizar com “injeção de conteúdos”, é necessário apoiar o

desenvolvimento de reflexões pessoais sobre a capacidade que todas as pessoas têm de intervir para melhorar a sua própria vida e a comunidade em que estão inseridas. Esse tipo de formação funciona e impulsiona mudanças” (T2).

Quanto à situação das nossas entrevistadas face ao emprego ou desemprego, verifica-se que 2 mulheres estão empregadas (E1 e E3), e 3 estão em situação de desemprego (E2, E4 e E5), embora uma delas esteja, atualmente, a frequentar um curso de formação de dupla certificação na área de cabeleireira (E2).

Em termos de percurso profissional, constatamos que as entrevistadas têm experiências profissionais diversificadas, embora todos eles marcados por empregos pouco qualificados e pela precariedade laboral. Outro facto digno de nota tem a ver com o papel dos movimentos migratórios (imigração e emigração) na vida destas mulheres.

“Sim, sim trabalhei em Angola antes mesmo de começar a dar aulas. (...) Mas antes eu trabalhei...na área administrativa, como rececionista e outros atendimentos. Trabalhava no escritório” (E1);

“O primeiro trabalho, depois que eu cheguei foi nas limpezas caseiras” (E2);

“Fui camareira, trabalhei em hotéis. Trabalhei em fábrica dos correios, fábrica de confeções...” (E3);

“Comecei a trabalhar com 13 anos, mas não descontava, na altura não era permitido. E aos 17, assim que pude, comecei a descontar, sempre a trabalhar. (...) Entretanto, trabalhei em empresas de transporte, na parte administrativa, mais que uma” (E4);

“Trabalhei num ginásio como rececionista. Depois fui para a Alemanha, não gostei da experiência, voltei para Portugal. (...) Depois trabalhei nos Armazéns Papeis do Sado, também trabalhei em Troia, nos apartamentos. (...) Entretanto, em Portugal não consigo trabalho, opto por ir para o estrangeiro. Estive na Alemanha, estive 2 vezes em cidades diferentes. Estive na Holanda, 2 vezes em cidades diferentes. Estive em França numa família como interna, mas voltei. Depois foi Inglaterra” (E5).

Em termos de situação profissional atual, existem 2 entrevistadas atualmente a trabalhar que:

“Trabalho na área da limpeza, como auxiliar de limpeza” (E1)

“Sou auxiliar de lar” (E3)

Sobre as entrevistadas que não se encontram a trabalhar (E4 e E5), apontamos as razões do desemprego, e notamos que nalguns casos, está relacionado com situações de fragilidade ao nível da saúde, e também da idade, conforme dito pelas próprias:

“Foi um grande desgaste o serviço onde estive, e resolvi ao fim destes anos, de 11 anos no hospital (...) resolvi virar um pouco, a página da minha vida. E tomei a decisão, pensada e ponderada, em rescindir o meu contrato” (E4)

“Idade, saúde e o transtorno de estar na condição de sem-abrigo” (E5)

Procuramos também compreender, sob o seu ponto de vista, como foi sentida esta vivência do desemprego:

“Foi muito desconfortável ficar em casa, não gosto nada. Tive que estar à espera...” (E2);

“Nunca é bom. Mas às vezes também é preciso fazer uma pausa na vida para refletir e retomar outro caminho quando tomamos consciência de que já não nos sentimos felizes, nem somos felizes onde estamos. E não devemos ficar onde não somos felizes, nem nos sentimos realizados” (E4);

“Mal, mal...Sem dinheiro, sem casa, sem apoio” (E5).

Na sequência destes argumentos, é de salientar uma outra dimensão de análise sobre as barreiras na entrada no mercado de trabalho, cujas dificuldades de acesso e manutenção do emprego são expressas pelas entrevistadas de formas diferentes:

“Sem número de segurança social, a gente quase que não faz nada aqui em Portugal porque os patrões para empregar querem cartão de cidadão, querem o número de segurança social e eu não tinha e ninguém me queria empregar” (E1)

“Acho que foi a comunicação. Foi um pouco complicado (...) O que eu senti mais diferença foi que aqui cada um vive por si... lá é mais acolhedor, a gente tem vizinho, abre a porta de casa.... Senti-me muito sozinha e solitária” (E2).

As entrevistadas 1 e 2 são mulheres imigrantes, de nacionalidade angolana e moçambicana. Pelo que a primeira manifesta dificuldades ao nível da documentação, no seu caso, por não ter ainda o título de residência, e a segunda, sente limitações na comunicação e no acolhimento.

As entrevistadas 4 e 5 evidenciam outras dificuldades resultantes da procura de emprego, relacionadas com a ausência de resposta às candidaturas e o quão difícil é conseguir uma oportunidade para entrevista de trabalho:

“O único senão que eu vejo, e acho que isso passa por toda a gestão de uma empresa, é o não haver uma resposta. Seja ela positiva ou negativa, eu acho que qualquer pessoa, espera sempre uma palavra, uma resposta... E isto, não acontece” (E4);

“A outra dificuldade, é a oportunidade da entrevista. Eu vejo que mando muitas candidaturas, mas o difícil é conseguir a entrevista. Porque é na entrevista que nós conseguimos mostrar aquilo que somos” (E4);

“A dificuldade está aí: será que me vão aceitar? Será que vão me chamar ou não? Quando chamam é de facto bom, é positivo (...) Senão, a dificuldade é essa porque vou ter de procurar novamente, vou ter que dar os tais passos de início e o recomeçar é sempre difícil porque estamos sempre na expectativa “vai ser agora e não é” ... Está aí a dificuldade, o que é que

está a causar essa dificuldade? “será que sou eu que me visto mal, será que sou eu que não tenho o perfil que a entidade quer, será que é por falta de conhecimento ou de prática ou de experiência?...” (E5).

Encontramos nas entrevistadas outras dificuldades, que pelo menos 2 mulheres referem, face à conciliação da vida profissional / pessoal e familiar:

“E às vezes é à última da hora que dizem “temos trabalho de tarde” e fica muito complicado para eu gerir a minha vida porque eu tenho o meu menino pequeno, e tenho de ir buscar ao infantário, levar, tenho de ir tratar das coisinhas dele também. Um exemplo, a semana passada fomos trabalhar num sítio distante, tivemos de sair às 19h30. Eu tive de ligar a outras pessoas para irem buscar o meu menino ao infantário” (E1);

“Eu, chego a casa esgotada. Como deve compreender 12 horas, de um lado para o outro a cuidar de pessoas, não é fácil, tanto fisicamente como psicologicamente. (...) E quando a minha filha não está em casa, está a trabalhar fico eu com o meu neto. (...) tenho a limpeza da casa, não tenho tempo para descansar” (E3).

No caso da entrevistada 4, embora em situação de desemprego, procura estar ocupada e estabelecer rotinas, conciliando a procura de trabalho, com o tempo que dedica a outras áreas da sua vida:

“Como eu crio uma rotina, encaro tudo o resto como sendo um trabalho, a incubadora... Ter de me levantar, tenho de tirar aquele tempo para fazer pesquisas de trabalho e estudar. E depois, separo do meu lazer e da minha parte pessoal” (E4).

3.7 Relação com a Instituição

Tendo em conta que um dos objetivos do nosso estudo é analisar a perceção das mulheres em relação ao apoio institucional que recebem ou desejam receber na superação das suas dificuldades e na sua empregabilidade, questionamos as mulheres sobre as razões para a procura de apoio na instituição em que a questão do emprego parece ser a principal razão: *“...foi a procura de emprego e depois o desafio para fazer parte do projeto da incubadora” (E4).*

Se o apoio na procura de emprego surge como o elemento central da relação com a instituição, na verdade não se esgota aqui. As referências ao apoio emocional parecem fazer da relação destas mulheres com a instituição uma espécie de âncora que em muitas situações parece dar sentido às suas vidas e das suas famílias:

“É verdade, a gente recebeu e temos recebido, recebemos [digo, recebemos porque me refiro a mim e à minha família, o meu filho, a minha mãe] a gente recebe muito apoio aqui. É apoio moral, é apoio emocional... E temos aqui alguém para partilhar e sempre nos ajuda, nos orienta. Então, são apoios incondicionais que a gente tem recebido e que nos tem valido muito nesta

vida, na nossa inserção aqui, quer no mundo do trabalho quer na sociedade portuguesa” (E1).

Temos o caso de uma mulher imigrante que refere, uma vez mais, a grande dificuldade na obtenção da documentação necessária à sua integração no meio laboral e social, além de mencionar outras necessidades em termos de apoios obtidos:

“A aquisição do meu número de segurança social (...) Se não tivesse a SEIES para me ajudar a inserir o meu menino no infantário, não sei como seria a minha vida. Nem emprego hoje teria, nem com quem deixar o meu menino (...) Outros apoios que a gente também tem recebido pela SEIES, a gente conseguiu apoio alimentar, apoio com vestuário que nos tem valido bastante porque com o pouco que a gente ganha, se dependermos só dos nossos salários não tínhamos o que comer nem o que vestir” (E1).

As restantes entrevistadas apontam outros tipos de suporte institucional, nomeadamente encaminhamento para formação, apoio na procura de emprego, apoio psicossocial, sinalização para formação, acompanhamento em situação de violência doméstica, conforme apuramos nos seus discursos. Se não vejamos:

“Acho que tudo, sobre documentos, formação, trabalho...A vários níveis” (E2);

“Foi apoio a vários níveis, social, psicológico, foi a situação da violência doméstica, foi apoio alimentar... O meu pequenino também andava no apoio psicológico” (E3);

“Foi na parte da empregabilidade, para já” (E4);

“O vosso apoio é relativamente aquilo que uma pessoa pode ter como percurso de trabalho, de emprego... No sentido de procurar um apoio, um aconselhamento...” (E5).

Neste sentido, importa compreender qual o balanço que fazem dos apoios recebidos na instituição, como resultado da relação estabelecida. Esse balanço é muito positivo e marcado por um discurso de reconhecimento e gratidão que é bastante notório no discurso destas mulheres:

“Só tenho a agradecer à SEIES por tudo o que nos tem feito. É mil maravilhas! Sem palavras para descrever aquilo que nos têm feito. Muito obrigado!” (E1);

“Para mim faz todo o sentido. Somos estrangeiros, não sabemos praticamente nada quando chegamos aqui. Então, para mim de 0 a 10, acho que é 10” (E2);

“O balanço é muito positivo. Acho que isto nunca na vida pode fechar. Que vocês estejam muitos anos aqui, com saúde para poderem ajudar muitas mais pessoas, como me ajudaram a mim” (E3);

“O balanço é muito positivo” (E4);

“É bom, é positivo porque mesmo que não atinja o todo, uma pessoa sempre fica com um ânimo um bocadinho melhor. Ou fica com uma esperança que realmente possa ir ao encontro daquilo que procura. Não resolve tudo, mas ajuda” (E5).

E em relação aos apoios que gostariam de ter, as entrevistadas focam-se sobretudo em melhores oportunidades de emprego e de formação, apoio para os filhos menores e também apoio psicológico:

“Quero melhores ofertas de trabalho, quero melhor emprego. Quero também, se puder continuar a minha formação académica, gostaria imenso. E o meu filho, é a minha prioridade máxima. Que ele tenha creche e tenha acesso à saúde, acesso à escola” (E1);

“Ajuda psicológica, (...) alguém que me possa ajudar a melhorar a relação com os meus filhos” (E3);

“Gostava de ter nesta parte da formação. Espero conseguir! E depois que me surgisse a oportunidade então de um trabalho em que pudesse juntar as minhas competências e ser útil para a empresa também” (E4).

3.8 Parcerias e dificuldades no trabalho técnico

O reconhecimento da evolução do público-alvo envolvido nos projetos executados pela SEIES, tem sido comprovado pelos/as próprios/as e pela instituição, enquanto entidade formadora e de intervenção social e comunitária, e por instituições que partilham este percurso de forma continuamente articulada: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, Equipas de RSI (SEIES, s.d.).

De acordo com as Técnicas entrevistadas, existe neste momento uma grande abertura do IEFP para articular o seu trabalho com as instituições que estão no terreno, em particular as que integram Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), como é o caso da SEIES, e que se constituem num forte apoio regular e complementar à sua ação. Deste modo, identificamos esta lógica no discurso das Técnicas no que se refere ao trabalho em parceira:

“Não diria que existem redes de apoio no território, mas os vários projetos desenvolvidos na SEIES, complementam-se e formam essa rede” (T1);

“Em Setúbal existe atualmente e desde há poucos anos o GTES – Grupo de Trabalho para a Empregabilidade de Setúbal. É ainda uma rede em construção. O Programa Incorpora assenta também numa metodologia de

rede, de âmbito nacional” (T2).

Acerca do apoio à inserção laboral, quando questionadas sobre programas ou projetos existentes com o objetivo de criar redes e trabalho em parceria, as Técnicas referem que de facto existem vários, mas que acabam por gerar entre si sobreposição, pressão, competição, ao invés de se valorizar o trabalho em articulação e apostar em resultados qualitativos que acabam por ficar para segundo plano.

“Atualmente existem vários programas e projetos que trabalham esta área, e muitas vezes corre-se o risco de sobreposição em vez de articulação, contudo considero que é positivo ainda que muitas vezes a pressão criada pelas entidades financiadoras desviem o foco para o cumprimento de objetivos quantitativos deixando para segundo plano os objetivos qualitativos que a prazo trariam muito mais resultados e resultados mais sustentáveis” (T1);

“Vários, bastantes até, mas é necessária uma maior articulação entre as várias respostas para que se complementem e cooperem, em vez de competirem por resultados. O foco devem ser as pessoas, uma maior capacidade de suporte em rede que se traduza em percursos de facilitação e empoderamento efetivos” (T2).

Quando questionadas acerca da articulação com entidades empregadoras, as opiniões são díspares. As Técnicas defendem pontos de vista completamente diferentes que estão relacionados, a nosso ver, com o desempenho das respetivas funções, quer no contacto direto com público desempregado, quer na ligação estabelecida com empresas:

“No caso do GIP têm-se criado boas parcerias que já permitiram dar resposta a muitas pessoas. No caso da ISE, ainda não, mas espero que seja possível, brevemente” (T1);

Difícil, quando não existem relações prévias de proximidade; mais facilitada quando existem. Há um longo “partir de pedra” para a sensibilização das empresas à integração de públicos vulneráveis. Paga-se o ordenado mínimo, mas pedem-se competências “de astronauta” (T2).

Já em relação à parceria estabelecida com o IEFP, uma das Técnicas (T1) defende que tem sido positiva e com alguma flexibilidade, desde que sejam seguidas as suas regras burocráticas. Por ser turno, a outra Técnica (T2) considera que existem formas de trabalhar diferentes ainda que a relação seja consistente, tal como denotamos nas suas palavras:

“A relação com o IEFP tem sido boa se tivermos em linha de conta que quem dita as regras são eles. Consegue-se uma relação proveitosa se houver flexibilidade para adaptar o trabalho às suas exigências mantendo o foco nos utentes o que nem sempre é fácil” (T1);

“A SEIES e o IEFP têm objetivos e metodologias de trabalho, contextos e lógicas de intervenção diferentes, numa relação de parceria que está consolidada, através de uma década de GIP, no trabalho da EPAT SEIES, e agora também com a Incubadora” (T2).

Quanto às dificuldades identificadas no acompanhamento das mulheres, uma das Técnicas (T2) aponta motivos relacionados com as questões de género. E conforme a perspectiva defendida por Dias (2007), estes motivos prendem-se bastante com o papel da mulher, quer na esfera doméstica, quer no mercado de trabalho, como podemos constatar:

“A interiorização de padrões de género que dificultam a capacidade e o espaço pessoal para se autocentrar e investir em si mesmas; contextos de vida assoberbados, “no fio da navalha”, problemáticos, violentos; histórias de trauma e vitimação; doença mental a aumentar e a agravar vulnerabilidades” (T2).

Em contrapartida, curiosamente a mesma Técnica defende que estas mulheres manifestam uma forte persistência e capacidade de adaptação passíveis de serem trabalhadas, o que é reforçado no seguinte argumento:

“Contudo, muitas mulheres com percursos assim têm uma resiliência excecional e forte capacidade de adaptação a mudanças, e esse é o potencial que interessa trabalhar” (T2).

Ainda acerca das dificuldades no trabalho técnico, as Técnicas apontam como principais dificuldades a escassez de recursos humanos e materiais e também de profissionais com maior disponibilidade emocional. Outras dificuldades são igualmente referidas, como é o caso do difícil contato e articulação com instituições públicas, do excessivo e exigente processo burocrático que penaliza o acompanhamento necessário às pessoas.

“Os recursos e os meios, por norma, são sempre escassos face à necessidade” (T1);

“São necessárias/os mais técnicas/os nas equipas de apoio; mais técnicos/as com perfil para o trabalho de apoio, com sensibilidade, resiliência e otimismo. Mais trabalho em rede efetiva de cooperação. Mais formação que desconstrua papéis e preconceitos enraizados, desta vez nas equipas técnicas” (T2);

“Os contactos com instituições públicas não são fáceis porque não existem canais privilegiados. Com empresas corre bem quando temos o que procuram” (T1);

“Existe demasiada burocracia e demasiada exigência para demonstrar resultados o que obriga ao preenchimento de vários documentos demonstrativos dos mesmos. O tempo que se perde com esses processos é roubado ao acompanhamento das pessoas e à articulação interinstitucional” (T1).

Por fim, outro fator que reforça a dificuldade na execução do trabalho técnico, é a escassez de tempo para conseguir dar espaço à reflexão sobre o exercício profissional que favoreça melhorias, crescimento pessoal e, conseqüentemente, melhor produtividade, como refere uma das Técnicas entrevistadas: *“Pouco tempo para o que deve ser mais trabalhado, para reflexões mais aprofundadas sobre práticas profissionais que conduzam ao crescimento pessoal e nas equipas” (T2).*

Considerações finais

A elaboração deste estudo procurou analisar o papel desempenhado pelas instituições do terceiro setor no apoio prestado à reinserção laboral de públicos em situação de vulnerabilidade social, particularmente de mulheres.

Partimos, assim, dos pressupostos teóricos consagrados nos estudos e autores/as de referência fundamentais à compreensão da problemática do nosso estudo. Deste modo, através da revisão da literatura, apresentamos a síntese da problemática que nos possibilitou explicar os conceitos de pobreza e de exclusão social, bem como as situações de vulnerabilidade social, sobretudo das mulheres, referindo alguns estudos e mencionando algumas informações estatísticas que confirmam as desigualdades sociais e de género.

Nesta abordagem incluímos como principais indicadores de análise a precaridade laboral, o desemprego, a escassez de recursos materiais necessários a uma vida digna, relacionando-os com o contexto da vulnerabilidade social, dentro de uma sociedade cada vez mais marcada pelo fenómeno e impactos da globalização.

De acordo com os pressupostos referidos, colocamos a tónica na perspectiva de género, fazendo a distinção entre género e sexo, destacando que o facto do papel social de género ser atribuído em função do sexo com o qual se nasce determina a posição que cada pessoa ocupa na sociedade. Vimos que o papel da mulher continua ligado às funções de cuidado e proteção familiar no que respeita à esfera doméstica.

Porém, sabemos que a história é demonstrativa de eventos e convenções que incentivaram fortemente a igualdade entre mulheres e homens, embora continuem a verificar-se muitos obstáculos à emancipação social das mulheres. Daí que a entrada das mulheres no mercado de trabalho tenha gerado processos de grande mudança social, designadamente no aumento da sua escolarização.

Apesar disso, as mulheres continuam a prestar trabalho remunerado em contexto profissional e trabalho não pago no âmbito do agregado doméstico. Sendo que em situações de separação ou divórcio algumas mulheres ficam sozinhas, com os filhos a seu cargo. Este facto, entre outros, faz pesar a sobrecarga de tarefas desempenhadas pelas mulheres que, por sua vez, dificulta a existência de tempos disponíveis para que consigam conciliar a vida pessoal, familiar e profissional.

Além disso, vimos também, no nosso estudo, que estas dificuldades vividas pelas mulheres, podem resultar no reforço da sua vulnerabilidade social em virtude das maiores barreiras com que se defrontam no acesso ao emprego porque veem mais

limitado o seu acesso ao mercado de trabalho e, por vezes, a sua permanência num determinado emprego. Noutros casos, não sendo impossível, torna-se mais difícil a progressão na carreira profissional. Daqui emergem situações de desigualdade e de grande desvantagem de oportunidades para as mulheres, tal como se constata na maior precariedade laboral das mulheres e nas disparidades salariais que as afetam negativamente. Isto porque, estatisticamente concluímos que as mulheres auferem um salário médio inferior ao dos homens.

No quadro dos objetivos do estudo, caracterizamos, de forma breve, o surgimento e a representatividade das entidades do terceiro setor em Portugal, enquanto entidades promotoras e protagonistas de políticas sociais, sobretudo na promoção de medidas de apoio social, como é o caso do RSI (Rendimento Social de Inserção), e, também, enquanto entidades responsáveis pela implementação de programas e projetos de mediação no apoio à inserção laboral de públicos vulneráveis, usando como exemplo o programa Incorpora, da Fundação La Caixa, e a medida de trabalho socialmente útil do IEFP, conhecida por CEI (Contrato Emprego Inserção), tendo como destinatários os/as beneficiários/as que recebem algum tipo de subsídio social, normalmente o subsídio de desemprego ou o RSI (Rendimento Social de Inserção).

Verificamos que existem diferentes tipos de reinserção laboral de grupos em situação vulnerável que são ajustados aos seus perfis, problemáticas e necessidades. Constatamos que a aplicação de técnicas e práticas específicas de acompanhamento adequadas à preparação profissional, capacitação e autonomia social desses grupos, são maioritariamente protagonizadas pelas entidades do setor social, cujo desempenho é fundamental para fazer face aos constantes desafios e exigências do atual mercado de trabalho.

Adotando uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, com o nosso estudo procuramos explicitar e fundamentar, através de autores/as de referência, as respetivas opções metodológicas, as técnicas de recolha de dados e as técnicas de tratamento de dados, tendo o trabalho de campo consistido na realização de entrevistas semi-diretivas a mulheres em situação de vulnerabilidade social e a Técnicas de Intervenção Social da IPSS sobre a qual incidiu o nosso estudo.

Deste modo, caracterizamos especificamente uma instituição particular de solidariedade social que exemplifica este trabalho no acompanhamento social de públicos vulneráveis, dinamizado pela respetiva equipa técnica, com vista à reinserção laboral de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Para isso, foram realizadas entrevistas semi-diretivas a duas Técnicas que desempenham funções profissionais distintas na Instituição, quer ao nível do contacto com públicos vulneráveis, quer com empresas, ao nível do apoio à empregabilidade.

Prosseguindo os objetivos estabelecidos, procuramos conhecer as mulheres entrevistadas, identificando quais as suas vulnerabilidades e dificuldades, quais as estratégias e recursos disponibilizados pelos/as profissionais do terceiro setor para apoiar essas mulheres, bem como as estratégias e os recursos utilizados por estas mulheres para lidar com a sua condição social de vulnerabilidade, nomeadamente no que respeita à sua inserção no mercado de trabalho. Através dos seus relatos, foi possível compreender qual o seu ponto de vista sobre o apoio dado pela instituição em análise, assim como as dificuldades que sentem e o tipo de apoios que procuram ou desejariam encontrar tendo em vista superar a sua situação de desemprego.

Resumindo, e uma vez identificados os fatores de vulnerabilidade, concluímos que estes vão ao encontro dos resultados apresentados na revisão da literatura, ao referirem-se a alguns indicadores de vulnerabilidade social, nomeadamente a situações marcadas por problemas de saúde, escassez de rendimento disponível, baixas habilitações escolares, famílias monoparentais com menores a cargo e mulheres imigrantes com dificuldades de integração no mercado de trabalho, sobretudo por falta da documentação autorizando à sua permanência em território nacional. Estas condicionantes apresentam, inevitavelmente, limitações na escolha do tipo de empregos a que podem aceder o que condiciona bastante a conciliação da vida profissional com a vida familiar. Do lado do trabalho técnico, também são apresentados alguns constrangimentos que dificultam o acompanhamento destas mulheres, no que concerne às exigências dos procedimentos burocráticos, à difícil articulação interinstitucional, à falta de tempo para refletir, desenvolver e melhorar as suas práticas profissionais.

Apesar dos resultados alcançados, o estudo apresenta algumas limitações decorrentes do facto de não termos incluído a perspetiva dos empregadores nem das entidades públicas responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de políticas de apoio social a este tipo de públicos vulneráveis.

Face a estas limitações, consideramos que em investigações futuras deveria ser incluída a perspetiva dos empregadores bem como de instituições públicas com responsabilidades neste campo, procurando compreender as dificuldades com que as empresas/organizações se deparam na atração e retenção deste tipo de públicos bem como dos desafios que se colocam aos poderes públicos. Seria igualmente interessante aprofundar a temática da responsabilidade social das empresas na assunção do seu compromisso no apoio à empregabilidade de coletivos vulneráveis.

Referências bibliográficas

Almeida, A. J. (2007). Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, nº2, pp. 51-58.

Almeida, S.; Martins, R.; Parente, C.; Quintão, C. (2017). A inserção pelo trabalho: o caso da empresa de floricultura da Dianova Portugal. *Atas 1º Colóquio Nacional de Horticultura Social e Terapêutica*, Estoril, pp.112-115.

Disponível em: [Repositório Aberto da Universidade do Porto](#)

Amâncio, L. (1993). Género – Representações e Identidades. *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº14, pp.127-140.

Amâncio, L. (2003). *O género no discurso das ciências sociais*. Lisboa: ISCTE.

Amante, C. (2012). *Reinserção Profissional de Adultos: O Papel dos Estágios Qualificação-Emprego na Reinserção Profissional de Adultos Desempregados*. Dissertação de mestrado. Setúbal: Escola Superior de Ciências Empresariais. Instituto Politécnico de Setúbal.

Amaro, I., Branco, F., Diogo, F., Fernandes, L., Palos, C., Pereira, E., Perista, P., Ribeiro, F., Rodrigues, C. S., Trevisan, G. (2021). *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Lisboa: Edição Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.

Baumberger, B., Casaca, S., Mesa, M., Morcillo, R., Morell, A., Perista, H., Sagnier, L., Torres, E., Torres, S., Yangas, G. (2019). *As mulheres em Portugal, hoje: quem são, o que pensam e como se sentem*. Lisboa: Edição Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Bell, J. (2002). *Como realizar um projecto de investigação*. (2ª ed.). Lisboa, Gradiva.

Cantante, F. (2018). *O Mercado de Trabalho em Portugal e nos Países Europeus: Estatísticas 2018*. Lisboa: Observatório das Desigualdades.

Capucha, L. (2017). Inclusão Social. Revista “Dirigir & Formar”, nº16, pp. 5-8.

Crenshaw, K. (1989) Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. The University of Chicago Legal Forum, 1, pp. 139-167.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Colour. Stanford Law Review, Vol. 43, nº. 6, pp. 1241-1299.

Fundação Cuidar o Futuro (2017). Um programa radical para viver melhor. Edição Comemorativa. Relatório da Comissão Independente sobre a População e Qualidade de Vida. Lisboa: Trinova Editora.

Cunha, M. P., Cunha, J. V. & Leal, I. P. (2001). Género e Teoria Organizacional. Psicologia, nº15, pp.27-41. Disponível em: <http://appsicologia.org>

Dias, I. (2007). Família e trabalho feminino: o género das desigualdades. Revista Ex Aequo, nº15, pp.149-166.

Diogo, F. & Vaz, F. (s.d.). Precários em trajetória de emprego em carrossel: trabalhadores pobres em Portugal. VIII Congresso Português de Sociologia. 40 anos de democracia: progressos, contradições e prospetivas.

EAPN (2020). Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Relatório 2020. Lisboa: Observatório Nacional Luta Contra a Pobreza. Rede Europeia Anti Pobreza. Disponível em: [Relatórios – Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza \(eapn.pt\)](https://www.eapn.pt/relatorios)

EAPN (2021). Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Relatório 2021. Lisboa: Observatório Nacional Luta Contra a Pobreza. Rede Europeia Anti Pobreza. Disponível em: [Relatórios – Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza \(eapn.pt\)](https://www.eapn.pt/relatorios)

Ferreira, I. (2016). Reinserção Social e Diferença de Género. Dissertação de mestrado. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia.

Ferreira, S. (2000). O papel das organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social. Uma abordagem teórico-histórica. Dissertação de mestrado. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Ferreira, V. (1999). Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº52/53, pp. 199-227.

Figueiredo, A. (2013). Beneficiários de rendimento social de inserção e a sua autonomização/inserção no mercado de trabalho. Dissertação de Mestrado. Ponta Delgada: Departamento de Economia e Gestão. Universidade dos Açores.

Fortin, M.-F. (2009). As abordagens quantitativas e qualitativas, capítulo 2, (pp. 25-43). Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta.

Fundação La Caixa (2016). Modelo Incorpora de Integração Sociolaboral. Edição “La Caixa” Foundation, Barcelona. Disponível em: [INCORPORA-MODEL_PORT.indd](#)

Guadalupe, S., Monteiro, R., Tavares, S. (2015). Redes de suporte social e (in)acesso a direitos em famílias monoparentais femininas. Revista de Serviço Social, Vol. 17, nº.2, pp. 41-63.

Guerra, I. C. (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso. (1ª ed.). Parede: Príncípia.

Hespanha, P., Damas, A., Ferreira A. C., Nunes, M. H., Hespanha, M.J., Madeira, R., Hoven, R. V. D., Portugal, S. (2002). Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local. Hespanha, P.; Carapinheiro, G. (Org.). Risco social e incerteza: pode o estado recuar mais? Porto: Afrontamento, pp. 25-54.

Honório, F., Maia, C., Marques, T., Ribeiro, D. (2017). “Perfis de vulnerabilidade social em Portugal”. As dimensões da responsabilidade social da Geografia: XI Congresso da Geografia Portuguesa. Livros de atas. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 – 11 novembro 2017, pp. 339-343.

Disponível em: [Repositório Aberto da Universidade do Porto: Perfis de vulnerabilidade social em Portugal \(up.pt\)](#)

IEIG (2020). Índice de Igualdade de Género 2020 PORTUGAL. Vilnius: Instituto Europeu para a Igualdade de Género.

Disponível em: <https://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/mhag20015>

INE (2013). Conta Satélite da Economia Social 2010. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

MTSSS (2021). Rendimento Mínimo em Portugal 20 anos de RMG/RSI. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Moreira, C. D. (1994). Planeamento e Estratégias de Investigação Social. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.

Nogueira, C. (s.d.). Feminismo e Discurso do Género na psicologia Social. Braga: Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho.

Pateman, C. (1988). The sexual Contract. Stanford: Stanford University Press.

Perista, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, Vol. XXXVII (163), pp.447-474.

Pintassilgo, M. L. (2012). Para um novo paradigma: um mundo assente no cuidado. Antologia de textos de Maria de Lourdes Pintassilgo. Porto: Edições Afrontamento.

Quintão, C. (2011). O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar. *IS Working Papers*, nº 2, abril. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, E. V. (2010). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade Porto*, Vol. XX, pág. 191-230.

Ruivo, F. (2000). Poder Local e Exclusão Social. Dois Estudos de Caso de Organização Local da Luta contra a Pobreza. Lisboa: Quarteto Editora.

Ryder, G. (2020). Normas da OIT e COVID-19 (coronavírus). Esclarecimentos OIT. Lisboa: DGERT (Direção Geral do Emprego e Relações de Trabalho).

Santos, B. S.; Ferreira, S. (1998). Uma reforma realista da Segurança Social. *Communio - Revista Internacional Católica*, nº4, pp.373-377.

SEIES (2020). Relatório de Atividades e Gestão da Cooperativa. Setúbal: SEIES.

SEIES (s.d.). Apresentação institucional. Setúbal: SEIES.

Sousa, I. M. (2017). As Políticas Sociais em Portugal e a Mediação: O Caso do Rendimento Social de Inserção. Apoio transitório ou permanente? Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade de Coimbra.

Stake, R. E. (2012). A arte da investigação com estudos de caso. (3ª ed.). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Wall, K.; Lobo, C. (1999). Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, Vol. XXXIV, nº 150, pp. 123-145.

Yin, R. K. (2010). Estudo de caso: Planejamento e métodos. (4ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Legislação:

Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro - Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) / Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Disponível em: [decreto-lei-172-A-de-2014.pdf \(cnis.pt\)](#)

Apêndices

Apêndice 1: Guião das entrevistas às mulheres

Caracterização sociodemográfica

Idade:

Etnia:

Estado civil:

Filhos/as:

Habilitações:

Percurso de vida

- 1) Fale-me um pouco de si e da sua história de vida? Onde nasceu, as suas origens familiares?
- 2) Como foi o seu percurso escolar? O que gostou mais ou menos, que dificuldades, razões de saída da escola?

Situação familiar

- 3) Sobre o seu contexto de vida atual, onde vive e como é o seu agregado familiar?
- 4) Qual a sua situação face à habitação?
- 5) A sua situação relativamente à saúde?
- 6) E qual a situação face aos rendimentos disponíveis?

Situação face ao emprego/desemprego

- 7) Como tem sido ou foi o seu percurso profissional?
- 8) Qual a sua situação profissional atual? Está em situação de desemprego? Sim ou não?
- 9) Se sim, há quanto tempo e porquê? Quais os motivos da situação de desemprego?

- 10) Como tem vivido a experiência do desemprego?
- 11) Se está a trabalhar, há quanto tempo?
- 12) Qual é a profissão ou a função e como conseguiu encontrar?

Situação face à formação profissional

- 13) Que tipo de formação ou formações tem vindo a realizar?
- 14) Considera que a formação profissional contribui para o acesso ao emprego?
- 15) Atualmente, sente que é necessário adquirir mais formação? Em que áreas?

Barreiras na entrada no mercado de trabalho

- 16) Que dificuldades sente no acesso e/ou à manutenção do emprego?
- 17) Como faz a conciliação da sua vida profissional, pessoal e familiar?

Relação com IPSS

- 18) Como é que teve conhecimento da SEIES e porque é que decidiu procurar esta instituição?
- 19) Que tipos de apoio recebeu e/ou tem vindo a receber?
- 20) Que balanço faz do apoio recebido?

Perspetivas face ao futuro

- 21) Quais são as suas perspetivas em relação à vida pessoal e familiar?
- 22) E a nível profissional, o que é que gostaria de concretizar?
- 23) Que apoio ou apoios gostaria de ter?

Apêndice 2: Guião das entrevistas às técnicas

Apresentação

- 1) Quais as funções que desempenha e há quanto tempo trabalha na SEIES?

Caraterização do público-alvo:

- 2) Como é que caracteriza o público-alvo com quem trabalha, são mais homens, ou mulheres, entre que idades? E em termos de nacionalidade e etnia?

Tipos de vulnerabilidades identificadas nas mulheres

- 3) Que tipos de vulnerabilidade identifica nas mulheres que atende e/ou acompanha?
- 4) Quais os tipos de apoio prestados em termos de intervenção no acompanhamento social dessas mulheres?

Apoio à empregabilidade

- 5) Que tipo de técnicas e de recursos são usados no apoio à procura de emprego das mulheres?
- 6) Como é que avalia o desenvolvimento de competências destas mulheres?
- 7) E quais são os principais resultados obtidos com este apoio?
- 8) E as principais dificuldades?

Promoção de formação na SEIES

- 9) Considerando que a SEIES é uma entidade formadora certificada que tipos de ações de formação dirigidas a mulheres têm sido promovidas? E em que áreas?
- 10) Quais os contributos da formação para a melhoria da situação das mulheres?

Trabalho em parceira

- 11) No desenvolvimento do trabalho em parceria, existem redes de apoio à empregabilidade no território? Quais são? Que balanços faz dessas parcerias?
- 12) Em termos de apoio à inserção laboral que programas ou projetos existem com esta finalidade? Que balanço faz dos resultados obtidos?
- 13) Como tem sido a experiência na articulação com entidades empregadoras?
- 14) Como descreve a relação com o IEF?

Dificuldades no trabalho técnico

- 15) Que dificuldades identifica no acompanhamento de mulheres?
- 16) Considera que os recursos e os meios de que dispõem são suficientes para atingir os resultados esperados?
- 17) Como funcionam os contatos com outras instituições e organizações do território?
- 18) Que outras dificuldades identifica no desempenho das suas funções? Por exemplo, em relação à gestão administrativa dos processos burocráticos? O que poderia ser melhorado?

Apêndice 3: Transcrição das entrevistas às mulheres

Entrevista 1

Idade - 38 anos

Nacionalidade – angolana

Situação conjugal – solteira

Filhos – 1 menino com 5 anos

Habilitações – licenciatura em pedagogia, obtida em Angola

Fale-me um pouco do seu percurso de vida das suas origens, em termos familiares e geográficos, também sobre o percurso escolar e académico. Como é que foi até aqui?

Começou tudo bem, comecei a estudar...nasci em 1983, fui para a escola aos 5 anos, foi correndo tudo bem. No meu país, fiz toda a minha formação.... Comecei a trabalhar como professora no particular depois tive que abandonar o serviço porque o patronato pagava pouco e as condições de vida no meu país para mim se tornaram muito difíceis. Depois tive de migrar para outra província, onde conheci o pai do meu filho só que a relação não funcionou muito bem, separei-me e vim para Portugal. Tenho aqui a minha mãe e vim à procura de melhores condições de vida.

Nasceu em que província?

Nasci na província de Benguela e depois tive de migrar para Huambo, outra província do sul de Angola onde estive à procura de outras oportunidades de trabalho, mas não consegui porque com a idade que eu já tinha, 36 anos, já não conseguia fazer concursos públicos na minha área porque era até aos 35 anos para ser admitida. Em como já tinha passado dos 35, era impossível, já não conseguia emprego em mais lado nenhum.

Portanto, tem uma licenciatura em pedagogia, e trabalhou noutras áreas, sem ser a dar aulas?

Sim, sim trabalhei em Angola antes mesmo de começar a dar aulas. Aulas, eu dava numa escola missionária, era quase como voluntária. Mas antes eu trabalhei nas tintas CIN na área administrativa, como rececionista e outros atendimentos. Trabalhava no escritório.

Sobre a sua situação familiar? É um agregado de 3 pessoas, certo? É você, o seu filho e a sua mãe...

Sim, sim.

As condições face à habitação?

Nós estamos numa casa que de facto a câmara quer nos tirar de lá. Diz que não são condições dignas para as pessoas habitarem lá. A câmara está a procurar um sítio para colocar as pessoas de lá. Só que estão a ver também a minha situação. Eu cheguei depois da câmara passar por lá, fazer a inscrição do pessoal. Além do mais eu não tenho ainda cartão de residente.

Está cá há quanto tempo?

Eu já estou aqui em Portugal, há 1 ano.

E é neste local que vive com a sua mãe e o seu filho desde que chegou a Portugal?

Sim, é este local onde eu vivo.

Quer dizer então que a autarquia vai fazer o realojamento das pessoas que vivem nesse sítio?

Sim, vai diz que vai fazer.

Em relação às condições de saúde? É uma pessoa saudável e as pessoas do seu agregado também?

Sim, somos saudáveis.

E o acesso às condições de saúde?

O acesso às condições de saúde é um pouco difícil, mais pelo meu menino, nós fomos a uma consulta lá no centro de saúde... o meu menino é um pouco elétrico, e segundo a doutora tem de fazer uma consulta de especialidade. Mas só poderá fazer depois de ter o número de utente fixo. E este número de utente só nos vão dar depois de ter residência. Penso que quanto à saúde ainda estamos a lutar com isto. Esta situação que a doutora diz que precisa ver, esta agilidade dele, esta eletricidade dele, é algo normal ou fora do normal?... Isto também deixa-me um pouco preocupada.

A condição de vida face aos rendimentos, neste momento? As suas fontes de rendimento, resultam de trabalho?

Sim.

Só dos seus rendimentos, não dos rendimentos da sua mãe?

A minha mãe ajuda com a creche do meu menino, porque o que eu ganho também não dá para muito. A gente agradece, é o salário que nós temos ali, mas não dá para suprir todas as necessidades que a gente tem.

Atualmente está a receber o ordenado mínimo?

Não, estou abaixo do mínimo.

É ajustado às horas que vai realizando?

Sim, sim...

Atualmente a sua situação profissional qual é?

Trabalho na área da limpeza, como auxiliar de limpeza.

Como é que descreve essa experiência de trabalho?

É algo que eu nunca fiz para além da limpeza que fazemos nas nossas casas. É algo que estou a aprender cada vez mais. E estou a encontrar um pouco de dificuldade em me enquadrar no seio da própria empresa, perceber as pessoas como é que são, como é que lidam com os outros.... Sinceramente, são situações complicadas que a gente tem de deparar com elas.

Essas situações complicadas, consegue explicar um pouco melhor?

Sim, tem a ver com a entidade empregadora. Eu não me sinto satisfeita com o trabalho que eu presto e a remuneração que recebo. Não me sinto satisfeita.

Tem um contrato de trabalho?

Tenho sim.

E esse contrato de trabalho é cumprido como lá está ou não?

Não, não é cumprido. Tenho um contrato de 6 horas, mas nem todos os dias eu faço as 6 horas não porque eu não queira fazer, mas porque a entidade empregadora não tem essas horas para fazer. E às vezes é à última da hora que dizem “temos trabalho de tarde” e fica muito complicado para eu gerir a minha vida porque eu tenho o meu menino pequeno, e tenho de ir buscar ao infantário, levar, tenho de ir tratar das coisinhas dele também. Um exemplo, a semana passada fomos trabalhar num sítio distante, tivemos de sair às 19h30. Eu tive de ligar a outras pessoas para irem buscar o meu menino ao infantário.

Ou seja, há aqui digamos uma certa instabilidade no cumprimento do horário que está definido no contrato?

Sim, sim.

Os horários definidos no contrato, está lá 6 horas, mas não temos hora de entrada, assim escrito no contrato, nem hora de saída.

A gente combinou-se verbalmente que a hora de entrada seria 8h30 só que às vezes começamos às 8h40 ou 9h...

No caso dessa situação de Troia, a patroa disse que se eu quisesse sair antes que saio às 18h, mas fica complicado porque eu não conheço aquele local até ir ao barco, apanhar o barco, então preferi ficar até à hora de sairmos juntos para que eu não me perdesse pelo caminho.

A sua situação face à formação profissional, tem alguma sem ser a formação académica?

Tenho o curso de informática, o curso de inglês básico...

Neste momento tem necessidade de fazer formações mais atuais?

Tenho necessidade e preciso mesmo!

Quero crescer mais no âmbito profissional.

Aprender outras profissões se for o caso também.

A minha área de conforto é educação, mas tive que sair da minha área de conforto para outras áreas. Por isso, estou aberta a outra proposta profissional.

Que barreiras é que tem vindo a sentir ou que sentiu na entrada no mercado de trabalho quando chegou cá?

A primeira barreira, e eu tenho muito a agradecer à SEIES e ao Centro de Cidadania Activa que por aqui eu consegui o número de segurança social. Sem número de segurança social, a gente quase que não faz nada aqui em Portugal porque os patrões para empregar querem cartão de cidadão, querem o número de segurança social e eu não tinha e ninguém me queria empregar. Graças à SEIES que consegui o número de segurança social e estou a percorrer a buscar outras documentações que é para poder estar completa para outras propostas de trabalho.

Gostava que me falasse um pouco dos motivos que a trouxeram para o apoio social que procurava? Que apoios é que recebeu?

É verdade, a gente recebeu e temos recebido, recebemos (digo, recebemos porque me refiro a mim e à minha família, o meu filho, a minha mãe) a gente recebe muito apoio aqui.

É apoio moral, é apoio emocional, a gente busca muito aqui porque... a situação que a gente enfrenta no trabalho. E temos aqui alguém para partilhar e sempre nos ajuda, nos orientam. Então, são apoios incondicionais que a gente tem recebido e que nos tem valido muito nesta vida, na nossa inserção aqui, quer no mundo do trabalho quer na sociedade portuguesa.

Foram então estes os principais motivos que a trouxeram aqui à SEIES?

Sim, sim, a busca de apoio social.

Diga-me se conseguir identificar um dos apoios sociais que teve com a SEIES?

A aquisição do meu número de segurança social.

Do meu menino, o infantário... ai, se não fosse isso.

Se não tivesse a SEIES para me ajudar a inserir o meu menino no infantário, não sei como seria a minha vida. Nem emprego hoje teria, nem com quem deixar o meu menino.

E a gente sabe como se paga com as amas aqui.

Outros apoios que a gente também tem recebido pela SEIES, a gente conseguiu apoio alimentar, apoio com vestuário que nos tem valido bastante porque com o pouco que a gente ganha, se dependermos só dos nossos salários não tínhamos o que comer nem o que vestir.

E qual é que é o balanço que faz deste apoio?

Só tenho a agradecer à SEIES por tudo o que nos tem feito. É mil maravilhas! Sem palavras para descrever aquilo que nos têm feito. Muito obrigado!

Quanto ao futuro que perspectivas é que tem face à sua vida profissional, pessoal e familiar?

Quero melhores ofertas de trabalho, quero melhor emprego.

Quero também, se puder continuar a minha formação académica, gostaria imenso.

E o meu filho, é a minha prioridade máxima. Que ele tenha creche e tenha acesso à saúde, acesso à escola. Parece que para mim isso seria o paraíso.

E outros apoios que gostaria de poder vir a ter? Para além daqueles que já tem, há algum outro que identifique como uma necessidade?

Eu tenho é a luta com o SEF para ter a residência ...porque muitas ofertas aparecem, mas tem que ter o cartão de residente.

Entrevista 2

Idade - 22 anos
Nacionalidade – moçambicana
Situação conjugal – casada
Filhos – sem
Habilitações – 9º ano

Fale-me um pouco do seu percurso de vida das suas origens, em termos familiares e geográficos? O que é que a trouxe para cá?

Sou de Moçambique, a minha família é toda de lá. E sou do norte, nascida, crescida e criada.

Vim para cá, vai fazer 4 anos em agosto. Vim através do meu marido, conhecemo-nos lá e quis trazer-me logo. E tive de deixar lá os meus estudos e, no entanto, estou a continuar cá, através da formação do IEFP.

Como foi o seu percurso escolar? O que gostou mais ou menos, que dificuldades, razões de saída da escola?

Naquela fase da juventude foi conturbado, mas no fim até correu bem, e até agora estou a tentar e está a correr bem.

Depois que eu conheci o meu marido, ele estava lá em trabalho. No entanto o contrato de trabalho dele terminou e ele teve de voltar. E então ele disse que não queria ter uma esposa à distância e eu tive de vir para cá então tive de deixar os estudos lá para estar com ele. Eu não tinha isso na cabeça, deixar os estudos...mas já vim com uma oportunidade, posso continuar e aprender.

Sobre o seu contexto de vida atual, onde vive e como é o seu agregado familiar?

*Agora estou a viver no Pinhal Novo. Sou sozinha, para já.
O meu marido não está cá neste momento, ele trabalha fora do país.
E eu tenho estado sempre sozinha, a fazer as coisas...*

Qual a sua situação face à habitação?

*Vivo numa casa alugada, com condições.
Não passo mal, vivo bem...graças a deus
Vamos vivendo.*

A sua situação relativamente à saúde?

A saúde está bem, estou saudável, mas faz 2 anos que não faço exames e tenho de fazer chek-up.

Eu tive de mudar de Setúbal para o Pinhal Novo aí mudou tudo, não tive mais tempo para vir para cá tratar da situação da saúde, mas agora estou a tratar lá no momento. Agora não há médicos, mas está tudo bem, estou bem.

E qual a situação face aos rendimentos disponíveis?

*Agora estou a receber rendimentos através do IEFP, através do curso que estou a tirar.
É uma bolsa de formação.*

Os restantes rendimentos são assegurados pelo seu marido?

Sim.

Como tem sido ou foi o seu percurso profissional?

Para mim diria que não foi difícil porque depois que eu cheguei, o meu primeiro ano cá, já consegui um trabalho.

E em Moçambique?

Em Moçambique não trabalhava, só estudava porque eu vivia com os meus pais. Então, a minha mãe não deixava ninguém trabalhar. Aí pra mim, quando vim para cá foi um pouco mais difícil adaptar-me porque tive de trabalhar. Acho que correu bem, não foi assim tão difícil.

E quando chegou cá, como é que conseguiu o trabalho que teve? E onde é que trabalhou?

O primeiro trabalho, depois que eu cheguei foi nas limpezas caseiras. Aí conheci um senhor, amido do meu marido que disse “vai à Cidadania Activa, lá ajudam em tudo, trabalhos, e até formações” e eu vim com o meu marido. Inscrevi-me, acho que foi a Cátia que me arranjou um trabalho na restauração.

Foi através do programa Incorpora, lembra-se?

Sim, acho que sim.

Neste momento, em termos de situação atual, está em desemprego, há quanto tempo?

No caso, há 2 meses já...

Há quanto tempo é que parou de trabalhar?

Há 7 meses atrás.

E porque é que ficou sem trabalho?

Primeiro, onde eu estou não é assim tão fácil arranjar trabalho porque temos de arranjar camionetas para nos levar a trabalhar. Agora ter de sair de lá, apanhar comboio para vir para Setúbal, apanhar camioneta, há muitos custos então não quis fazer isso. Até o meu marido disse “então espera até tirar o curso através da Cátia, e fazer o curso do que ficar de um lado para o outro”...

Como é que foi vivida esta fase do desemprego?

*Foi mais ou menos...
O meu marido sustentou-me, então acho que foi normal.*

Como é que isso foi sentido? Como uma coisa boa, uma coisa má?

*Foi muito desconfortável ficar em casa, não gosto nada.
Tive que estar à espera...*

Que tipo de formação neste caso, é que está a frequentar?

Estou a frequentar formação de cabeleireiro para ter escolaridade.

Então considera que a formação profissional contribui para o acesso a um emprego?

Acho que sim, contribui.

Atualmente, sente necessidade de ter mais formação para além daquela que está a fazer?

Sim, sinto.

Em que áreas?

Acho fazia em Logística e confeitaria, cozinha...

Que dificuldades é que sentiu no acesso ao mercado de trabalho, uma vez que tem a experiência de vir de outro país para cá?

Acho que foi comunicação.

Foi um pouco complicado...

Sou uma pessoa que gosto de aprender as coisas.

A pessoa ensina-me do jeito que preferir...

Só mesmo na comunicação e na paciência.

Isso quer dizer o quê?

Eu reparei que aqui, as pessoas não têm paciência com os outros.

E acha que isso tem a ver com o facto de vir de um outro país?

Talvez.

O que eu senti mais diferença foi que aqui cada um vive por si...A gente lá é acolhedora, a gente tem vizinhos, abre a porta de casa...

Senti-me muito sozinha e solitária.

Então, isso também foi outra dificuldade?

Sim.

Que tipos de apoio recebeu e/ou tem vindo a receber nesta instituição?

Acho que tudo, sobre documentos, formação, trabalho...

A vários níveis.

E continua a receber apoio?

Sim, continuo.

Que balanço faz do apoio recebido? Qual é a apreciação?

Para mim faz todo o sentido.

Somos estrangeiros, não sabemos praticamente nada quando chegamos aqui.

Então, para mim de 0 a 10, acho que é 10 (risos)

Quais são as suas perspectivas em relação à vida pessoal e familiar?

*A vida pessoal, espero estar bem até lá e ter o meu próprio negócio.
Estou a estudar na área, então faz sentido aprofundar mais até para o futuro.
E família, pretendo ter filhos também.
E ser feliz.*

E a nível profissional, o que é que gostaria de concretizar?

*Penso em ter o meu próprio negócio, ter o meu próprio salão.
O que eu penso na cabeça, só tenho os projetos...*

E um plano B, sem ser o negócio?

*Plano B, talvez fazer a faculdade.
Até tenho pensado nisso, muito.*

Qual seria aprioridade entre abrir o negócio e voltar a estudar?

Ter o meu negócio, para já, como cabeleireira.

Que apoio ou apoios gostaria de ter para além daqueles que já conhece aqui na SEIES?

Pensando nisso, nunca parei para pensar.

Os apoios que teve até à data são suficientes ou acha que gostaria de ter mais suporte?

*Acho que são suficientes, até porque como eu sou sozinha acho que não necessito de muita coisa. Até porque se eu tivesse filhos talvez seria diferente.
Para já para me orientar, estou meio que orientada, um caminho andado.*

Entrevista 3

Idade - 51 anos

Nacionalidade – portuguesa

Situação conjugal – divorciada

Filhos – 3 (filho 29 anos, filha 23 anos e filho 15 anos)

Habilitações – 9º ano

Fale-me um pouco do seu percurso de vida das suas origens, em termos familiares e geográficos? O que é que a trouxe para cá?

Nasci em Angola, vim com o meu pai e com uma irmã minha, tinha eu 2 anos de idade. Vivi com eles durante alguns anos, com ajuda de uma tia que infelizmente já faleceu. E depois o meu pai conheceu uma senhora que nós chamamos de mãe agora porque só viemos com o meu pai. Ela já tinha 3 filhos, e com o meu pai teve mais 4 filhos, somos 9 ao todo.

Como eramos muitos irmãos, era só o meu pai a trabalhar, não dava para nós estudarmos.

Já morei em vários sítios em Portugal e um deles quando estava a estudar foi em Vialonga e estudava na Povoia de Stª Iria. Então, chegou uma altura em que eu estudava só à noite porque também já entrei muito tarde na escola porque como era miudinha, muito pequenina, então sempre que a minha madrastra me levava a estudar na altura em que começava a escola, diziam “deixe passar mais 1 ano que ela ainda é muito pequena”, entrei já muito tarde. Tinha muita dificuldade em aprender...

Agora com o tempo, foi numa psicóloga porque tive uma depressão, disse-me que sou disléxica. Então há alturas em que sei tudo, não há nada que me falhe e há outros dias em que para me lembrar e para falar custa-me imenso.

Como foi o seu percurso escolar? O que gostou mais ou menos, que dificuldades, razões de saída da escola?

Eu fiz até ao 6º ano, não acabei o 7º ano.

Eramos muitos irmãos...

A escola ainda eram uns quilómetros grandes, eu estava a estudar à noite. E depois chovia muito, tinha que vir a pé. Uma outra colega vinha comigo, mas depois os pais não deixavam ir tarde para casa. Eu tinha de fazer o trajeto a pé, então eu disse ao meu pai que não queria ir mais à escola porque era muito longe.

Entretanto, vim morar para Setúbal com uma tia minha e uma prima. E foi aqui que depois comecei a fazer a minha vida.

O meu pai comprou uma casa cá em Setúbal, vieram todos para cá, eu já cá estava com a minha tia e foi sendo assim.

Depois eu comecei a trabalhar já tinha quase 20 anos, numa fábrica de confeções em Vendas de Azeitão. Entretanto, passados uns anos conheci o meu marido, juntamo-nos, tivemos o meu filho, o mais velho. Depois, com os anos tive mais uma filha, o menino já tinha quase 7 anos. Casamos quando a menina tinha 1 ano, batizei-a.

Fomos morar para o Algarve porque aqui, naquela altura o meu marido ficou sem trabalho e o irmão dele convidou-o para ir lá para baixo. Eu despedi-me, fui ter com ele porque não dava para pagar dois sítios. Aqui, a casa era nossa.

Então, nós separamo-nos lá em baixo. Ele conheceu uma pessoa... é sempre difícil.

Mas como toda a mulher, somos umas guerreiras, eu comecei a trabalhar.

Depois conheci o pai do meu filho mais novo. Eu não pensava ter mais filhos...ele já tinha um que acabou por não conhecer...nunca chegou a conhecer.

Entretanto, ele acabou por se meter numa vida não muito boa. Eu deixei-o quando o meu filho tinha 2 anos. Fiquei com os meus três filhos, até hoje. Já sou avó da minha do meio.

Então soube de um sítio, onde ajudavam a procurar trabalho e soube através de uma assistente social de uma instituição que nos ajudava quando nós viemos cá morar para Setúbal. Viemos cá, isto tinha aberto há muito pouco tempo. Vim para a SEIES, comecei a procurar trabalho. As técnicas todas aqui são como se fossem a minha família, foram as que ajudaram imenso, em vários aspetos da minha vida. Tanto aos meus filhos, como eu quando me separei do pai dos meus filhos.

Entretanto quando me separei, fui para uma casa-abrigo, na qual o intermédio da SEIES tinha um grupo de vítimas de violência doméstica. A violência não era física, era mais psicológica. Eu via que os meus filhos não estavam seguros...por causa dos químicos que ele usava ficou muito agressivo, começou com alucinações porque meteu-se em porcarias assim muito à frente. Então aquilo perturbou-o completamente, e eu pedi ajuda e aqui a SEIES, com ajuda Dr^a L, foi uma pessoa incansável. Aqui foram todas incansáveis a ajudar-me a mim e aos meus filhos. E fui para uma casa-abrigo com a ajuda delas. Vivemos lá um ano e qualquer coisa. Depois sai...

Entretanto, estava lá na casa-abrigo, comecei a ter contatos, aqui abriu o curso de Apoio e à Comunidade, a Dr^a L perguntou se eu estava interessada, eu disse que sim. Assim, também era uma maneira da minha escolaridade crescer mais um pouco, nunca é tarde para aprender e também como era subsidiado, por isso também me fazia jeito. Não tinha bem a noção do que era o curso, sabia que era para ajudar pessoas, na área da saúde, das escolas, isso era também uma maneira de eu ajudar outras pessoas.

O meu objetivo é ajudar outras pessoas que também me ajudaram a mim. Então vim tirar o curso aqui e fiz o 9º ano. Começamos em 2009 e acabamos em 2011. Fiquei muito feliz, gostei imenso de estar aqui, uma família! Estão sempre atenciosas, sempre a tentar ajudar de alguma forma no que podem, no que conseguem.

Em sempre e quando preciso de ajuda para tratar de alguma coisa, é sempre a SEIES, é sempre o Centro de Cidadania. Isto já é quase a minha segunda casa!

Sobre o seu contexto de vida atual, onde vive e como é o seu agregado familiar?

Vivo em Setúbal.

Agora neste momento, eu estou a viver com a minha filha que se separou há 1 mês, e com o meu neto tem 4 anos.

O meu filho mais novo, está a viver há 2 ou 3 meses com o pai, também está naquela fase da rebeldia. Eu fui à proteção dos menores pedir para pô-lo no colégio, mas até à data de hoje não o colocaram. E quando vieram para vir busca-lo o pai pediu que não fosse que tentava ficar com o miúdo que não queria que fosse para um colégio.

Eu disse que era melhor ele ir porque não queria ter regras, então achava melhor ele ir. O filho mais velho vai fazer 30 anos, está a viver em Londres. Já está lá há 3 anos e tal.

Qual a sua situação face à habitação?

A habitação é social.

Uma das coisas que a SEIES também me ajudou, quando fui pedir apoio para ter uma casa.

Porque quando eu vivia com o meu primeiro marido, tivemos condições para comprar uma casa, tínhamos uma vida melhor. E no divórcio eu disse vamos vender a casa porque tenho os dois miúdos comigo, não tenho posses para pagar a renda.

Quando chegou a altura de vender a casa, havia muitas dívidas.

O principal titular era ele, eu é que fiquei com as dívidas todas. Depois queria-me divorciar não me aceitaram o divórcio por causa das dívidas...tive anos, anos a tentar divorciar-me.

E a SEIES ajudou-me muito à base de produtos alimentares e em outras coisas porque o meu ordenado não chegava para uma casa, para pagar dívidas e outras coisas.

Houve alguém que me disse para colocar insolvência que eu nem sabia que isso existia. Pensava que era só para os ricos e para as pessoas com dinheiro. E, entretanto, fiz e aceitaram a insolvência.

Quem ficou depois com o problema foi o meu pai porque era o fiador.

Foi uma complicação...isto tudo, foram situações que me causaram uma depressão porque era muita carga sobre mim.

A sua situação relativamente à saúde?

Entretanto quando acabei o curso fui trabalhar para a Stª Casa, gostaram do meu trabalho. Tive a fazer a baixa de 3 anos, entretanto decidi ir procurar outro trabalho. Andaram atrás de mim porque sabiam que eu era uma boa funcionária. Mas fui para uma outra instituição onde estou até agora.

Quando eu fiquei grávida...não acreditava. Era muito difícil conseguir engravidar. Não usava nem usei contraceptivos.

Depois, ele já sabia de uma doença que tinha que era HIV.

Quando soube, foi também uma das coisas que...para mim, quase tudo me caiu em cima. Para mim, foi um choque, das piores coisas que até hoje me aconteceu.

Tudo isto, o divórcio, a doença, depois os problemas das dívidas, foi uma acumulação de situações. Foi quando tive a primeira depressão. Recuperei, fiquei bem.

Ninguém na minha família sabe, só os médicos e aqui na SEIES, são as únicas pessoas que sabem da minha situação.

E eu disse...da minha situação, contei aos meus filhos quando o meu mais velho já tinha 20 e tal, e a minha filha tinha 15 porque eles estavam naquela fase dos namoros. Eles disseram que eu devia ter contado há mais tempo porque não devia estar a esconder e a viver uma coisa destas sozinha sem ninguém saber.

Isso, hoje em dia, é uma coisa que se dá na escola.

Quando eu soube que tinha isto, naquela altura eles estranharam porque deixei-os de abraçar. Perdi mais o afeto com medo de pegar a doença. Tornei-me uma pessoa mais fria.

O meu mais novo, não sabe porque eu acho que ainda está numa fase muito rebelde, muito agitado...tudo, ele explode. Não é o momento.

Há-de chegar a altura, o momento em que estiver mais calmo, mais ponderado. Ele não tolera nada. Tem uma bomba dentro dele.

Agora tive a segunda depressão.

Eu sei que tenho sido uma pessoa lutadora.

Tenho lutado com as minhas forças com as coisas que tenho em cima de mim.

Mas às vezes não é fácil. Há uns dias piores do que outros.

E vou tentado ir em frente.

Continuo a receber acompanhamento médico, no hospital G.H. nas áreas de infecologia e na psiquiatria.

Por causa da medicação da infecologia, está a danificar-me a vista, os ossos e o cérebro. Eu não quero aquela medicação, mas a médica diz que tenho de tomar.

Eles dão-nos os comprimidos, não nos dão a caixa, mas fui pesquisar na internet e realmente explica isso, as contraindicações.

E eu não quero uma coisa que me esteja a prejudicar a outros níveis.

E qual a situação face aos rendimentos disponíveis?

É do meu trabalho.

Trabalho 12 horas por dia, 2 dias sim, 2 dias não.

Nesta altura, uma estão de baixa, outras estão de férias, somos muito poucas.

Apesar de fazer um trabalho de 12 horas, ganho de 8 horas, é um ordenado mínimo.

O dinheiro não é muito, não me dá para tudo.

Independentemente de pagar uma renda mais pequena, tenho outras despesas.

Qual é a sua situação profissional?

Sou auxiliar de lar.

E como tem sido o percurso profissional, até chegar aqui como é que foi?

Depois do curso, foi o que eu fiz.

Foi por esse meio, e é o que tenho feito até à data de hoje.

Terminei o curso em 2011, estagiei na St^a Casa e fiquei logo.

Antes dessa profissão, o que é que tinha feito?

Fui camarária, trabalhei em hotéis.

Trabalhei em fábrica dos correios, fábrica de confeções...

Atualmente, sente necessidade de ter mais formação para além daquela que já fez?

Eu gostava muito de continuar a formação na mesma área.

Gostava de fazer o 12º ano nesta área porque gosto muito do que faço.

Nem sabia o que era naquela altura. Mas adaptei-me, gostei e gosto.

Gosto imenso do que faço.

Como é que faz a conciliação com a vida profissional, pessoal e familiar?

Agora já não faço noites por causa desta segunda depressão.

Quando chegava a casa de manhã, já não conseguia dormir. Fiquei 2 meses sem dormir, nem de dia nem de noite. Quando estava quase a adormecer estava na hora de ir trabalhar. Uns dias entrava às 16h e saía às 00h, noutros dias entrava às 00h e saía às 8h da manhã.

Foi aí que tive o segundo esgotamento, com insónias.

Desta vez, perdia noção de tudo, esquecia-me de tudo.

Naquela altura, tive uns meses em casa porque estava mesmo fora de mim.

Então regresssei e fui proibida por médicos de fazer noites.

Só faço dia.

Por causa do covid, começamos a fazer 12 horas, mas começamos a ficar cansadas porque somos menos pessoas.

Já pedimos para voltar ao mesmo horário, mas não pode ser porque não existem pessoas suficientes.

E eu, chego a casa esgotada, como deve compreender 12 horas, de um lado para o outro a cuidar de pessoas, não é fácil, tanto fisicamente como psicologicamente.

Mas chego a casa esgotada.

E quando a minha filha não está em casa, está a trabalhar fico eu com o meu neto.

Vou buscá-lo, a minha irmã fica com ele até eu chegar e vamos fazendo assim.

E tem tempo para cuidar de si e do seu bem-estar?

Nada.

Do meu bem-estar, só tive um dia que foi no meu aniversário.

É um bocado difícil quando se é mãe, ter esse tempo para nós sozinhas.

Naquele tempo, ainda tinha. Chegava a casa, tinha tudo arrumado, esticava o cabelo sozinha, tratava de mim...

Entretanto, veio outra vez a filha, quando estou de folga tenho o neto, tenho a limpeza da casa, não tenho tempo para descansar.

Então, essa conciliação é difícil?

Sim, é.

Como é que teve conhecimento da instituição SEIES?

Através de uma assistente social. Quando eu cheguei do Algarve, andamos à procura de ajuda.

Que tipos de apoio recebeu e/ou tem vindo a receber nesta instituição?

Foi apoio a vários níveis, social, psicológico, foi a situação da violência doméstica, foi apoio alimentar...

O meu pequenino também andava no apoio psicológico. O outros dois é que nunca quiseram.

Que balanço faz do apoio recebido?

O balanço é muito positivo.

Acho que isto nunca na vida pode fechar.

Que vocês estejam muitos anos aqui, com saúde para poderem ajudar muitas mais pessoas, como me ajudaram a mim.

Quais são as suas perspetivas em relação à vida pessoal e familiar?

Gostava muito de ir para uma aldeia, para o norte, sozinha, sem ninguém conhecido.

Estar na paz, sem barulho, em silêncio completo.

E eles, estarem na sua vida, nas férias podiam ir lá visitar-me. Eu quando pudesse vinha. Mas gostava mesmo de estar e ter um momento só meu.

E a nível profissional, o que é que gostaria de concretizar?

Gosto tanto do que faço, e eu penso muitas vezes que não vou conseguir aguentar muito mais tempo este trabalho.

Já estou com um problema no pé, no ombro, nos braços...tive um acidente de trabalho em março que dei conta do cóccix. O seguro disse se continuasse com dores para voltar outra vez lá. Mas depois penso, vou meter baixa, mas nós já somos tão poucas no trabalho...

*Eu gostava mesmo de ir para outra coisa, mas que pudesse ajudar outras pessoas.
Eu não sou pessoa para estar em casa muito tempo sem fazer nada.
Isso não combina com a minha pessoa.
Gostava de não ter esse trabalho tão pesado, mas ter um trabalho onde pudesse ajudar as pessoas. E que não tivesse que esforçar muito a mente.
Sinto a minha cabeça muito cansada, muito esgotada.*

Que apoio ou apoios gostaria de ter para além daqueles que já conhece aqui na SEIES?

*Ajuda psicológica, mas tenho um contato de uma psicóloga quando tiver tempo para ligar e fazer umas sessões, alguém que me possa ajudar a melhorar a relação com os meus filhos.
Sinto que por vezes falhei na relação com eles, sobretudo com a minha filha e o mais novo. Como dizer não, para não magoar.
Na altura em que era acompanhada aqui na SEIES, a Dr^a L. fazia esse papel e ajudou-me muito.*

Entrevista 4

Idade - 49 anos
Nacionalidade – portuguesa
Situação conjugal – divorciada
Filhos – 1
Habilitações – 12º ano

Fale-me um pouco de si e do seu percurso de vida, das suas origens, familiares e geográficas?

*Eu nasci em Setúbal.
Assim que nasci, fui viver para uma aldeia.
Mais tarde, quando a minha mãe refez a vida, que sempre trabalhou em Setúbal e nós ficávamos na aldeia com a avó, eu e o meu irmão.
Entretanto, a minha mãe trouxe-nos por que só nos via ao fim de semana, o trabalho não permitia que fosse diferente. Viemos então com a minha mãe viver para Setúbal.
Dizer antes que sou filha de pais divorciados, tenho mais 2 irmãos. Não convivemos todos diariamente, mas quando nos encontramos é uma grande alegria.
A ligação que eu tenho com o mais velho, é como a que os outros dois têm porque não foram criados juntos, como eu e o mais velho.*

*Viemos então para Setúbal.
Eu fiz a primária, e a minha parte escolar toda em Setúbal.
O meu irmão não, já veio com a primária que fez lá na aldeia onde nós vivemos.*

*Depois, mas tarde, comecei a trabalhar...
Comecei a trabalhar com 13 anos, mas não descontava, na altura não era permitido.
E aos 17, assim que pude, comecei a descontar, sempre a trabalhar.
Tinha contratos, na altura era difícil passar a efetivo, mas tinha sempre trabalho.*

*Fiz vários trabalhos. Cheguei a trabalhar de dia e a estudar à noite para terminar os estudos.
Entretanto, trabalhei em self-service, aliás, foi o meu primeiro.
E como gostaram do meu trabalho porque também se lidava com dinheiro, com pessoas, no atendimento ao público. Depois precisaram de uma pessoa nos escritórios da Lisnave, e fui trabalhar para eles. Mas eram sempre contratos de dois anos, e depois já não passavam a efetivo e não renovavam.*

*Entretanto, trabalhei em empresas de transporte, na parte administrativa, mais que uma. Mas como sempre quis acabar os estudos antes e a minha mãe não tinha grandes possibilidades. Para o meu irmão, ela tinha a vida um pouco diferente, mas ele não gostava de estudar... Ele é mais velho, estávamos um bocado trocados.
Eu trabalhava de dia, e estudava à noite para acabar o 9º ano.
E como sempre gostei de estudar resolvi mais tarde fazer um curso EFA de Técnica Administrativa.
Tentando juntar tudo como uma mais-valia para mim e uma abertura de oportunidades, peço para fazer o meu estágio no serviço de aprovisionamento do hospital de S. Bernardo, onde mais tarde concorri para assistente operacional, não havia para assistente técnico, e entrei!
Mas sempre com a perspetiva de passar para assistente técnico. Fui concorrendo, mas não houve oportunidade até agora.*

Foi um grande desgaste o serviço onde estive, e resolvi ao fim destes anos, de 11 anos no hospital de S. Bernardo, tenho 8 como administrativa, resolvi virar um pouco, a página da minha vida. E tomei a decisão, pensada e ponderada, em rescindir o meu contrato.

Entretanto, depois tive a oportunidade de fazer as férias numa empresa, mas claro que já sabia que não ia continuar e neste momento, estou no fundo de desemprego.

Surgiu então depois a oportunidade, através da técnica C. de fazer parte deste projeto da incubadora social de emprego, o que para mim foi uma mais-valia.

Embora eu já criasse uma rotina, no meu dia-a-dia na procura de trabalho, em estar interativa, e não fazer o isolamento social, mas aqui, veio a ajudar-me muito na perspectiva de trabalho. Mas também, na parte social porque é importante nós estarmos ativos.

Como foi o seu percurso escolar? O que gostou mais ou menos, que dificuldades, razões de saída da escola?

Eu fiz o 9º ano, ainda me inscrevi no 10º ano, na escola comercial, à noite. Mas, entretanto, depois, tinha o filho pequeno. Já era mãe.

Antes, não continuei porque a minha mãe não tinha grandes possibilidades para eu ir para uma universidade.

E depois, surgiu o meu filho, e como era à noite, era sempre difícil, não podia dar-lhe aquele acompanhamento. E dei prioridade a ele, como opção minha.

Sobre o seu contexto de vida atual, onde vive e como é o seu agregado familiar?

Neste momento, sou só eu. O meu filho foi trabalhar para fora. Ele tem 24 anos, já é autónomo.

Qual a sua situação face à habitação?

A habitação é social, está situada no centro da cidade, o que é uma mais-valia porque é muito acessível. Mas às vezes tem umas situações mais difíceis de lidar por causa de certos moradores.

A sua situação relativamente à saúde?

Neste momento não... mas há sempre sequelas que ficam.

A limitação que eu possa ter a nível de tendões, tem a ver com o esforço que fazia no serviço de urgência, não me limita a fazer o trabalho que eu procuro hoje em dia fazer. É claro que não vou poder fazer esse trabalho como fazia, mas tento fazer a minha vida normal.

Nós também aprendemos a lidar muitas vezes com a dor, não deveria, mas temos de aprender quando não há aquela solução para o tratamento e viver diariamente, lidando com o problema que se tem.

Qual é a situação face aos rendimentos disponíveis?

Estou a receber o subsídio de desemprego, até maio de 2023.

Há quanto tempo é que está em situação de desemprego?

Vai fazer agora em agosto, 1 ano.

Como é que tem sido vivida, esta situação do desemprego?

Nunca é bom. Mas às vezes também é preciso fazer uma pausa na vida para refletir e retomar outro caminho quando tomamos consciência de que já não nos sentimos felizes, nem somos felizes onde estamos. E não devemos ficar onde não somos felizes, nem nos sentimos realizados.

Portanto, esta situação foi digamos para gerar outras oportunidades, e fazer uma reconversão profissional?

Sim, exato. E durante este tempo, tento aproveitar ao máximo as oportunidades que me são dadas na incubadora, de fazer formações, como já aconteceu através do Incorpora para enriquecer mais o meu currículo; para criar mais oportunidades...E acaba por ser também, uma partilha com as outras pessoas.

Que tipo de formação ou formações é que já realizou e tem vindo a realizar?

Fiz algumas formações digitais através da plataforma do Incorpora, o Mais Competências.

Mas gostaria de aprofundar mais a parte de linguística, desenvolver mais o inglês e de aprender outras línguas, como o francês. E a parte digital, porque mesmo para a área administrativa e ter de lidar com o público, é fundamental, hoje em dia.

Considera que a formação profissional, contribui para o acesso a um emprego?

Sim, sem dúvida!

É fundamental, mesmo indispensável.

E atualmente, sente que é necessário adquirir mais formação?

Sim, quanto mais competências tivermos, maiores são as oportunidades.

Investir mais na parte digital. E na parte linguística, cada vez mais é tudo internacional e sentimos necessidade de comunicar. E por vezes se não entendermos a língua, é difícil. E essas ferramentas são muito importantes, no dia-a-dia.

Que dificuldades sente no acesso ao mercado de trabalho? E à manutenção de um emprego?

O único senão que eu vejo, e acho que isso passa por toda a gestão de uma empresa, é o não haver uma resposta. Seja ela positiva ou negativa, eu acho que qualquer pessoa, espera sempre uma palavra, uma resposta... E isto, não acontece.

A outra dificuldade, é a oportunidade da entrevista.

Eu vejo que mando muitas candidaturas, mas o difícil é conseguir a entrevista. Porque é na entrevista que nós conseguimos mostrar aquilo que somos.

Como é que faz a conciliação com a vida profissional, pessoal e familiar?

Como eu crio uma rotina, encaro tudo o resto como sendo um trabalho, a incubadora... Ter de me levantar, tenho de tirar aquele tempo para fazer pesquisas de trabalho e estudar. E depois, separo do meu lazer e da minha parte pessoal.

Em relação à incubadora, gostava que me descrevesse um pouco melhor o que é?

A incubadora social de emprego é uma mais-valia, em vários sentidos, a nível pessoal e profissional...

Está ligado com o IEF, é um projeto que é uma mais-valia para quem não reúne competências e precisa de as desenvolver e ajudar outras pessoas...

Acho que é um projeto espetacular e que deve ser cada mais implementado.

Embora as pessoas criem ali uma barreira, mas se nós partilharmos é diferente...

Por exemplo, agora houve a partilha no IEF dos colegas, e a adesão foi muito superior daquilo que costuma ser.

Nós somos um projeto-piloto porque como foi criado em Espanha, é todo um exemplo.

Como é que teve conhecimento da instituição SEIES?

Esta é uma instituição que já conheço há muito tempo, através da técnica C. que a gente conheceu. E tem sido uma mais-valia, é indispensável para a comunidade e é muito importante porque acompanha as pessoas, independentemente da sua raça, da sua etnia, seja o que for. E além disso, dão acompanhamento contínuo.

E há pessoas que têm muitas dificuldades, mesmo a nível material, nem têm possibilidades económicas. E o que eu acho mais interessante aqui, é o acompanhamento contínuo mesmo que esteja ausente quando volta, a porta está sempre aberta.

Neste caso, qual foi o motivo que a trouxe aqui?

Aqui, foi a procura de emprego e depois o desafio para fazer parte do projeto da incubadora.

Que tipos de apoio recebeu e/ou tem vindo a receber nesta instituição?

Foi na parte da empregabilidade, para já.

Que balanço faz do apoio recebido?

O balanço é muito positivo.

Quais são as suas perspetivas em relação à vida pessoal e familiar?

A perspetiva é mesmo conseguir um trabalho e poder ter uma vida um pouco mais confortável.

Mas, principalmente a nível pessoal, fazer uma coisa que eu goste, que seja útil que eu possa ajudar alguém.

E que me sinta plenamente realizada.

E a nível profissional, o que é que gostaria de concretizar?

Gostaria de fazer várias formações que me ajudasse a ganhar muito mais competências.

Mas gostava de trabalhar numa parte administrativa, mas que tivesse uma ligação com o público, com pessoas porque há uma parte de mim que gosta de ajudar.

Então, gostava de ter este conjunto, com todas as experiências que eu tenho, de uma área e de outra, era o melhor.

Que apoio ou apoios gostaria de ter para além daqueles que já conhece aqui na SEIES?

*Gostava de ter nesta parte da formação. Espero conseguir!
E depois que me surgisse a oportunidade então de um trabalho em que pudesse juntar as minhas competências e ser útil para a empresa também.*

Entrevista 5

Idade - 55 anos
Nacionalidade – portuguesa
Situação conjugal – divorciada
Filhos – 1 (com 24 anos)
Habilitações – 9º ano

Fale-me um pouco de si e do seu percurso de vida, das suas origens, familiares e geográficas?

*A minha origem familiar é madeirense.
Os meus pais eram madeirenses, mas eu nasci em Setúbal.
Trabalhei num ginásio como rececionista.
Depois fui para a Alemanha, não gostei da experiência, voltei para Portugal.
Fui para o IEFP fazer formações sucessivas, umas atrás das outras.
Depois trabalhei nos Armazéns Papeis do Sado, também trabalhei em Troia, nos apartamentos.
Entre estas situações, houve novamente a ida para o estrangeiro, volto sempre a Portugal. Há uma formação pelo meio.
Entretanto, em Portugal não consigo trabalho, opto por ir para o estrangeiro.
Estive na Alemanha, estive 2 vezes em cidades diferentes.
Tive na Holanda, 2 vezes em cidades diferentes.
Tive em França numa família como interna, mas voltei.
Depois foi Inglaterra.
As coisas por motivos de saúde, começaram a descambar e eu decidi voltar porque, entretanto, já estava a ter problemas...
Tive uma ação de despejo.*

*Devido à idade, à experiência, à prática, as pessoas têm tendência para... não aceitam.
Há um limite, já ultrapassei o limite, isto em termos de idade.
Já não sou admitida para fazer um determinado trabalho. E então, depois a pessoa fica condicionada. Metem-nos à frente esse limite, e o que é que posso fazer? Já não posso fazer nada quanto a isso.*

Como foi o seu percurso escolar? O que gostou mais ou menos, que dificuldades, razões de saída da escola?

*Eu não tive infantário. Não me lembro de ter ido para nenhum infantário. Fui logo para a escola. E depois fui para o colégio Santana.
Depois do colégio fui para uma escolinha ao pé do estádio do Vitória que era muito pequenina.
Tive dificuldades na aprendizagem. Diziam-me na altura que eu tinha entrado tarde.
Depois dessa escola, fui para outra escola em frente ao liceu, depois fui para o ensino preparatório do Bocage. Depois fui para o ensino secundário, liceu.
Entretanto, desisti de estudar comecei a trabalhar, aqui no ginásio. Depois vieram as formações que me deram a equivalência ao 9º ano, senão não tinha habilitações literárias ou teria incompletas.*

Sobre o seu contexto de vida atual, onde vive e como é o seu agregado familiar?

Neste momento, estou sozinha. Não tenho agregado familiar.

Qual a sua situação face à habitação?

*A casa é razoável, é uma habitação social, é boa.
Tem uma sala grande, tem um quarto, cozinha, casa de banho. Está dentro daquilo que uma pessoa quer e precisa.*

A sua situação relativamente à saúde?

*A saúde, está frágil, muito frágil.
Estou com problema orgânico...a médica disse que é falta de açúcar no sangue, para fazer subir os níveis de açúcar tenho de comer coisas doces, mas se calhar não é o suficiente. Ou seja, a médica pediu-me para fazer um exame, eu fiz. Ela disse que preciso de aumentar os níveis de açúcar senão caio para o lado.
Para além disso, tenho falta de vista...A nível de saúde, é o coração...E a parte mental...*

Neste momento, tem atestado de incapacidade?

Sim, de 60%.

Qual é a situação face aos rendimentos disponíveis?

*Recebo o PSI (prestação social para a inclusão) por causa da incapacidade.
E o RSI (rendimento social para a inclusão).*

E como foi o percurso profissional, até chegar aqui?

Foi fácil durante algum tempo porque depois começou a ser desgastante, exaustivo, saturante. Vários motivos...

A partir de quando ou em que idade é que começou a notar essas dificuldades?

É a partir daquela fase em que uma pessoa vai dar importância, começa a dar importância aquilo que nos dizem, ou aquilo que nos impõem.

Porque até uma certa idade nos fazemos, vamos fazendo e não nos chamam tantas vezes a atenção.

A partir de uma certa altura, já nos caem sempre em cima porque “devias ter feito daquela maneira e não daquela maneira” ...Há sempre um motivo ou uma razão de reclamação.

*E se calhar todos nós temos motivos e razões de reclamar qualquer coisa.
Somos seres insatisfeitos, queremos satisfazer qualquer coisa que não está ao nosso alcance.*

Há quanto tempo é que está em situação de desemprego?

Desde 2017...

Os motivos para essa situação de desemprego quais é que foram?

Idade, saúde e o transtorno de estar na condição de sem-abrigo.

Essa experiência de desemprego como é que foi vivida?

*Mal, mal...
Sem dinheiro, sem casa, sem apoio.*

Na altura a que instituições é que recorreu para gerir essas dificuldades?

Cáritas. Se não fosse a Cáritas, não sei como seria.

E continua a ser acompanhada pela Cáritas, pelo técnico de RSI e aqui connosco?

Sim, sim.

Que tipo de formação ou formações é que já realizou e tem vindo a realizar?

A última formação que tive foi de Apoio à Família e à Comunidade que me abriu portas para o mercado de trabalho.

Trabalhei em Portugal no apoio familiar e como auxiliar de lar. Mas depois optei pelo estrangeiro.

Foi de dupla certificação, deu a escolaridade.

Um curso EFA (educação e formação de adultos).

Também fiz auxiliar de refeitório, estava grávida na altura.

A seguir foi de informática...

Considera que a formação profissional, contribui para o acesso a um emprego?

Sim.

E atualmente, sente que é necessário adquirir mais formação?

Não.

A não ser que fosse para ter outro entendimento da sociedade...

Talvez de desenvolvimento pessoal.

Que dificuldades sentiu no acesso ao mercado de trabalho? E à manutenção de um emprego?

No acesso ao trabalho, se uma pessoa está na disposição de vai responder ao anúncio e tem uma apresentação...

Dá resposta às pessoas que lhe estão a oferecer aquele trabalho. E depois aguardamos a resposta.

A dificuldade está aí: será que me vão aceitar? será que vão me chamar ou não?

Quando chamam é de facto bom, é positivo. "Ai que bom, vou começar a trabalhar"

Senão, a dificuldade é essa porque vou ter de procurar novamente, vou ter que dar os tais passos de início e o recomeçar é sempre difícil porque estamos sempre na expectativa "vai ser agora e não é" ... Está aí a dificuldade, o que é que está a causar essa dificuldade? "será que sou eu que me visto mal, será que sou eu que não tenho o perfil que a entidade quer, será que é por falta de conhecimento ou de prática ou de experiência" pode ter a ver com estas coisas.

Como é que faz a conciliação com a vida profissional, pessoal e familiar?

A nível familiar, estamos virados de costas uns para os outros, sempre foi assim.

Pessoal... ou eu tenho uma bagagem que suporta essas adversidades ou não.

Se não tenho, se me estou a sentir frágil, vou ficar mal. E não vou ter força suficiente para reagir a essa contrariedade. E é aí que reside a dificuldade na integração de qualquer coisa porque a sociedade não me aceita como eu sou, como eu estou...

Como é que teve conhecimento da instituição SEIES e porque é que decidiu procurar esta instituição?

Alguém me disse, quando eu ia buscar comida na igreja Nª Srª da Conceição, um senhor disse-me, deu-me o contato, eu vim-me inscrever, até acho que foi consigo... Foi há 12, 13 anos... Depois ajudou-me a fazer o currículo. E a partir daí, sempre que preciso venho aqui.

Que tipos de apoio recebeu e/ou tem vindo a receber nesta instituição?

O vosso apoio é relativamente aquilo que uma pessoa pode ter como percurso de trabalho, de emprego... No sentido de procurar um apoio, um aconselhamento...

Que balanço faz do apoio recebido?

*É bom, é positivo porque mesmo que não atinja o bolo todo, uma pessoa sempre fica com um ânimo um bocadinho melhor.
Ou fica com uma esperança que realmente possa ir ao encontro daquilo que procura.
Não resolve tudo, mas ajuda.*

Quais são as suas perspetivas em relação à vida pessoal e familiar?

Em termos familiares...

*Tenho contato com o meu filho, mas a última vez que estive com ele, não gostei.
Quer dizer eu estou sozinha, a minha irmã é pessoa...somos familiares, ela vai-se lembrar de mim, eu vou lembrar-me dela, mas somos pessoas muito diferentes.
O meu filho, é outra pessoa.... Temos diferenças e entramos muito em choque.
Está cada um por si...*

No meu caso, se tiver que viver com a minha dignidade e com pouco, se calhar prefiro do que ter certos problemas atrás de mim que não os peço e vêm ao meu encontro.

E a nível profissional, o que é que gostaria de concretizar?

Eu vi ali o projeto Incorpora, se tem trabalho na junta de São Sebastião é uma boa hipótese de responder a um trabalho.

*Mas devido às minhas dificuldades, se calhar neste momento apetece-me ter só um part-time, apetece-me um trabalho onde esteja mais sozinha do que acompanhada.
Que não exija tanta concentração ou visão que seja uma coisa prática que não exija esforço físico.*

Que apoio ou apoios gostaria de ter para além daqueles que já conhece aqui na SEIES?

Entenderem aonde é que a pessoa quer estar, aonde é que precisa ser entendida e compreendida, naquele sentido "eu não posso fazer determinadas coisas ou não posso estar com determinadas pessoas" ...

Se eu pudesse abrir um negócio por minha conta, eu abria.

Não me iam dar ordens, seria eu se calhar a dar ordens... Se eu fosse pedir um crédito, mas ninguém me ia dar, portanto, não estou a ser apoiada. O apoio passa por aí.

Apêndice 4: Transcrição das entrevistas às Técnicas

Entrevista Técnica 1

Quais as funções que desempenha e há quanto tempo trabalha na SEIES?

Trabalho na SEIES desde 2009. Tenho categoria de técnica de intervenção social e entre 01/06/2009 e 31/12/2021 desempenhei a função de técnica no gabinete de inserção profissional. Em 2022 foi-me proposto integrar um novo projeto e desde janeiro que desempenho a função de mentora na Incubadora Social de Emprego.

Trata-se de um projeto piloto financiado pelo IEFP que trabalha a procura de emprego com uma abordagem direcionada para o desenvolvimento das competências transversais e digitais numa lógica de trabalho em equipa.

Neste momento faço mentoria a 2 equipas de procura de emprego.

Como é que caracteriza o público-alvo com quem trabalha, são mais homens, ou mulheres, entre que idades? E em termos de nacionalidade e etnia?

Não consigo dizer se mais homens ou mais mulheres, porque acho que é um número relativamente equilibrado. Quanto à nacionalidade são maioritariamente de nacionalidade portuguesa.

Que tipos de vulnerabilidade identifica nas mulheres que atende e/ou acompanha?

Neste momento, as maiores dificuldades das mulheres que estou a acompanhar tem a ver com problemas de saúde e com a necessidade de mudar de área profissional.

É comum existir também o problema de serem famílias monoparentais menores a cargo, o que limita a entrada no mercado de trabalho. Esta limitação deve-se, sobretudo, ao facto de existir dificuldade na conciliação familiar, tanto pelos horários praticados como pela pouca vontade dos empregadores.

Quais os tipos de apoio prestados em termos de intervenção no acompanhamento social dessas mulheres?

Não existe um tipo de acompanhamento ou de apoio específico para Mulheres. O apoio é dado da mesma forma a homens e mulheres sem que se faça distinção.

Até porque também acompanho homens com as mesmas problemáticas.

Que tipo de técnicas e de recursos são usados no apoio à procura de emprego das mulheres?

No trabalho que faço não existe distinção ou tratamento diferenciado por ser mulher ou

homem.

Quanto às técnicas passa muito, como referi anteriormente, pelo autoconhecimento porque verifica-se de um modo geral que as pessoas têm muita dificuldade em reconhecer as áreas em que são mais fortes e aquelas em que necessitam de investir para progredir.

Assim como o trabalhar a marca pessoal e a forma como abordam as entidades em que têm interesse.

A utilização das ferramentas digitais, são sobretudo aqueles que exploramos mais, quer para melhorar o CV, utilizando o Canva, por exemplo, quer com a utilização de ferramentas de comunicação para partilha de informação e recursos.

É perceptível a dificuldade que muitas pessoas, homens e mulheres, evidenciam em acompanhar o desenvolvimento tecnológico quer pela falta de autonomia para aprender de forma autodidata, quer pela dificuldade em adquirir equipamentos que o permitam fazer.

Também se verifica alguma resistência em aceitar as mudanças e exigências do mercado, muitas pessoas continuam a tentar fazer abordagens que atualmente não são as mais adequadas, já que a criatividade e inovação estão no topo das exigências das entidades empregadoras.

Como é que avalia o desenvolvimento de competências destas mulheres?

Com o devido acompanhamento e estímulo verifico que existe um progresso significativo e sobretudo a vontade de alcançar mais.

E quais são os principais resultados obtidos com este apoio?

Maior autonomia e maior valorização de si.

E as principais dificuldades?

A falta de equipamentos tecnológicos adequados.

A dificuldade em traçar planos de desenvolvimento pessoal e profissional a longo prazo.

De um modo geral existe muita dificuldade em planear e algum receio em enfrentar o mercado por ser muito competitivo.

Considerando que a SEIES é uma entidade formadora certificada que tipos de ações de formação dirigidas a mulheres têm sido promovidas? E em que áreas?

Não consigo responder adequadamente a esta questão porque não percebo a formação te referes, uma vez que ultimamente não tenho tido conhecimento da oferta, mas poderá ser uma lacuna minha.

Quais os contributos da formação para a melhoria da situação das mulheres?

A formação é sempre enriquecedora para todos/as os/as que nela participam porque além de proporcionar novas aprendizagens também serve para conhecer outras pessoas com interesses semelhantes e alargar a networking.

No desenvolvimento do trabalho em parceria, existem redes de apoio à empregabilidade no território? Quais são? Que balanços faz dessas parcerias?

Não diria que existem redes de apoio no território, mas os vários projetos desenvolvidos na SEIES, complementam-se e formam essa rede.

Em termos de apoio à inserção laboral que programas ou projetos existem com esta finalidade? Que balanço faz dos resultados obtidos?

Atualmente existem vários programas e projetos que trabalham esta área, e muitas vezes corre-se o risco de sobreposição em vez de articulação, contudo considero que é positivo ainda que muitas vezes a pressão criada pelas entidades financiadoras desviem o foco para o cumprimento de objetivos quantitativos deixando para segundo plano os objetivos qualitativos que a prazo trariam muito mais resultados e resultados mais sustentáveis.

Como tem sido a experiência na articulação com entidades empregadoras?

No caso do GIP têm-se criado boas parcerias que já permitiram dar resposta a muitas pessoas, no caso da ISE, ainda não, mas espero que seja possível, brevemente.

Como descreve a relação com o IEFP?

A relação com o IEFP tem sido boa se tivermos em linha de conta que quem dita as regras são eles. Conseguir-se uma relação proveitosa se houver flexibilidade para adaptar o trabalho às suas exigências mantendo o foco nos utentes o que nem sempre é fácil.

Que dificuldades identifica no acompanhamento de mulheres?

No meu caso em particular não consigo apontar dificuldades específicas no trabalho com as mulheres uma vez que quando chegam até mim vêm com a intenção de procurar emprego e muitas vezes já criaram soluções para os problemas apontados anteriormente e que se prendem com a conciliação familiar e com a dificuldade de cumprir os horários exigidos com o ter a cargo crianças.

Considera que os recursos e os meios de que dispõem são suficientes para atingir os resultados esperados?

Os recursos e os meios, por norma, são sempre escassos face à necessidade.

Como funcionam os contatos com outras instituições e organizações do território?

Os contactos com instituições públicas não são fáceis porque não existem canais privilegiados. Com empresas corre bem quando temos o que procuram.

Que outras dificuldades identifica no desempenho das suas funções? Por exemplo, em relação à gestão administrativa dos processos burocráticos? O que poderia ser melhorado?

Existe demasiada burocracia e demasiada exigência para demonstrar resultados o que obriga ao preenchimento de vários documentos demonstrativos dos mesmos.

O tempo que se perde com esses processos é roubado ao acompanhamento das pessoas e à articulação interinstitucional.

Entrevista Técnica 2

Quais as funções que desempenha e há quanto tempo trabalha na SEIES?

Trabalho na Cooperativa SEIES há 20 anos, tendo feito um intervalo entre 2014/2017, em que me mantive apenas nas funções de sócia.

Tenho esta dupla função de sócia-trabalhadora, agregando responsabilidades nos corpos sociais da SEIES e como trabalhadora em várias áreas de intervenção nestes 20 anos. Desde 2018, desempenho a função de técnica prospetora empresarial do Programa Incorpora, financiado pela Fundação “la Caixa”.

Como é que caracteriza o público-alvo com quem trabalha, são mais homens, ou mulheres, entre que idades? E em termos de nacionalidade e etnia?

No âmbito do meu trabalho para a integração laboral de públicos vulneráveis, o público-alvo com que trabalho diretamente são sobretudo empresários/as e responsáveis de RH (recursos humanos). Neste caso, e na área de RH, predominam as mulheres nas funções técnicas e os homens como empresários ou gestores, sendo o inverso ainda a exceção. O trabalho com as empresas/instituições destina-se à prospeção de postos de trabalho e intermediação laboral com grupos vulneráveis, sendo estes compostos por uma maioria de mulheres, em média portuguesas com mais de 30 anos, bem como população imigrante residente no concelho de Setúbal - mulheres e homens - em vários casos sobre escolarizados para os postos de trabalho a que se candidatam.

Que tipos de vulnerabilidade identifica nas mulheres que atende e/ou acompanha?

Como antes referido, na SEIES não desempenho a função de técnica de atendimento/accompanhamento. Aquando da discussão regular em equipa de situações/perfis com pedido/diagnóstico de apoio à empregabilidade, observamos que existem muitas mulheres com acrescida vulnerabilidade porque a elas cabe invariavelmente o cuidado dos filhos menores, e também maiores quando não autónomos; todas as tarefas inerentes ao seu acompanhamento em casa, na escola, na saúde... a limpeza, a ida às compras, cuidar da mãe/pai, da sogra/sogro... e muitas vezes do marido/companheiro.

As características de vulnerabilidade não podem ser vistas isoladamente “em fatias”, sabendo que a sobreposição ou intersecção de identidades sociais (interseccionalidade) e sistemas relacionados de opressão agravam as situações que cruzam marcadores - de género, idade, cor de pele, classe social, nacionalidade, etnia, religião, orientação sexual e identidade de género, entre outros. Querer e precisar de trabalhar, e ser

mulher, negra, com baixa escolaridade, mais de 40 anos, ter vários filhos a cargo e não ter rede social e familiar, são tudo agravantes que se somam. Superar as vulnerabilidades “de partida” é uma luta dura e desigual em que só ganham “as guerreiras”.

Quais os tipos de apoio prestados em termos de intervenção no acompanhamento social dessas mulheres?

O acompanhamento na SEIES procura ser multidimensional, assente na análise de género e interseccional. Tendo como ponto de partida um diagnóstico, que é evolutivo, e se desenha em conjunto com a pessoa que pede apoio. É orientado pelas suas decisões e indecisões, sonhos, preferências e recusas, procurando alargar perspetivas, fazer acreditar e potenciar saberes e experiências formais ou informais. O percurso de apoio inicia-se individualmente, numa perspetiva holística e integrada, de cariz comunitária sempre que possível, para maior enraizamento e interajuda na construção de autonomia e de redes de proximidade. Quando as pessoas o solicitam, e se encontram estruturadas e motivadas, então passam à procura ativa de emprego, com maior ou menor apoio técnico, em função da sua situação no momento.

Que tipo de técnicas e de recursos são usados no apoio à procura de emprego das mulheres?

Não sendo a minha área de competência, saliento a metodologia do Incorpora, que permite às/aos candidatas/as ser acompanhados antes, durante e após a integração laboral, de modo a ultrapassar fragilidades na adaptação e fomentar a sua estabilidade através da permanência no posto de trabalho. Outra das vantagens do Programa é a rede de instituições de apoio que comunicam em tempo real para a divulgação de ofertas e cooperam na integração de candidatas/as com desejo/necessidade de mobilidade.

No âmbito do apoio são utilizadas técnicas de escuta ativa; construção de plano individual de integração; apoio na construção de CV; marcação de entrevistas; procura de ofertas compatíveis com o perfil; apoio à exploração e busca de ofertas nas redes e plataformas digitais, e redes de proximidade comunitárias. E ainda, a SEIES dispõe atualmente de trabalho em grupos de entreajuda na procura de emprego, no âmbito do projeto CLDS (Contrato Local de Desenvolvimento Social) e do Programa piloto Incubadoras Sociais de Emprego do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

O trabalho de preparação para a integração laboral de mulheres, exige muitas vezes apoio prévio de busca de respostas às questões antes referidas.

E quais são os principais resultados obtidos com este apoio?

A maioria das mulheres apoiadas consegue integrar o mercado de trabalho, mas prevalecem os contratos de curta duração através ETT's (empresas de trabalho temporário) e os baixos salários em profissões de desgaste rápido. Percebemos que, quanto mais estruturado e constante for o apoio, melhores os resultados na integração laboral e permanência no posto de trabalho.

E as principais dificuldades?

Diria que se centram no desenvolvimento de competências pessoais e sociais, as ditas soft skills, em muitos casos com amplo déficit de partida, dado o contexto de vida e os desafios violentos e desiguais por que passam desde a infância. A pobreza transgeracional, que vai perpetuando, para além da pobreza, a desesperança e a incapacidade de exigir mais para si e para os/as seus/suas.

Considerando que a SEIES é uma entidade formadora certificada que tipos de ações de formação dirigidas a mulheres têm sido promovidas? E em que áreas?

Desde a sua fundação que a SEIES tem procurado financiamento para formações que qualifiquem e empoderem nas comunidades mulheres de baixa escolaridade. Ao longo dos anos foram várias as intervenções formativas realizadas em comunidades fora de Portugal e também centradas no Distrito de Setúbal. Nos últimos anos foram realizados vários cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) desenhados para este público, também ações de Formação para a Inclusão, Formação e apoio à criação de microempresas de mulheres, bem como formações para mulheres vítimas de violência doméstica, e de prevenção.

Quais os contributos da formação para a melhoria da situação das mulheres?

Não basta escolarizar com "injeção de conteúdos", é necessário apoiar o desenvolvimento de reflexões pessoais sobre a capacidade que todas as pessoas têm de intervir para melhorar a sua própria vida e a comunidade em que estão inseridas. Esse tipo de formação funciona e impulsiona mudanças.

No desenvolvimento do trabalho em parceria, existem redes de apoio à empregabilidade no território? Quais são? Que balanços faz dessas parcerias?

Em Setúbal existe atualmente e desde há poucos anos o GTES (Grupo de Trabalho para a Empregabilidade de Setúbal). É ainda uma rede em construção. O Programa Incorpora assenta também numa metodologia de rede, de âmbito nacional.

Em termos de apoio à inserção laboral que programas ou projetos existem com esta finalidade? Que balanço faz dos resultados obtidos?

Vários, bastantes até, mas é necessária uma maior articulação entre as várias respostas para que se complementem e cooperem, em vez de competirem por resultados. O foco devem ser as pessoas, uma maior capacidade de suporte em rede que se traduza em percursos de facilitação e empoderamento efetivos.

Como tem sido a experiência na articulação com entidades empregadoras?

Difícil, quando não existem relações prévias de proximidade; mais facilitada quando existem. Há um longo “partir de pedra” para a sensibilização das empresas à integração de públicos vulneráveis. Paga-se o ordenado mínimo, mas pedem-se competências “de astronauta”.

Como descreve a relação com o IEFP?

A SEIES e o IEFP têm objetivos e metodologias de trabalho, contextos e lógicas de intervenção diferentes, numa relação de parceria que está consolidada, através de uma década de GIP, no trabalho da EPAT SEIES, e agora também com a Incubadora.

Que dificuldades identifica no acompanhamento de mulheres?

A interiorização de padrões de género que dificultam a capacidade e o espaço pessoal para se autocentrar e investir em si mesmas; contextos de vida assoberbados, “no fio da navalha”, problemáticos, violentos; histórias de trauma e vitimação; doença mental a aumentar e a agravar vulnerabilidades. Contudo, muitas mulheres com percursos assim têm uma resiliência excecional e forte capacidade de adaptação a mudanças, e esse é o potencial que interessa trabalhar.

Considera que os recursos e os meios de que dispõem são suficientes para atingir os resultados esperados?

Não. São necessárias/os mais técnicos/as nas equipas de apoio; mais técnicos/as com perfil para o trabalho de apoio, com sensibilidade, resiliência e otimismo. Mais trabalho em rede efetiva de cooperação. Mais formação que desconstrua papéis e preconceitos enraizados, desta vez nas equipas técnicas.

Como funcionam os contatos com outras instituições e organizações do território?

Em todos os tons da escala cromática. Alguns em modo arco-íris, outros mais nos tons acinzentados.

Que outras dificuldades identifica no desempenho das suas funções? Por exemplo, em relação à gestão administrativa dos processos burocráticos? O que poderia ser melhorado?

Pouco tempo para o que deve ser mais trabalhado, para reflexões mais aprofundadas sobre práticas profissionais que conduzam a crescimento pessoal e nas equipas; aumento crescente de procedimentos administrativos, de burocracias bloqueadoras, cegas às necessidades das pessoas e pouco flexíveis ou produtivas. Ainda assim, gosto muito do meu trabalho.

Apêndice 5 - Ficha de análise de conteúdo
(Mulheres entrevistadas)

Dimensão A – Percurso de vida

Origens	
Percurso escolar	

Dimensão B – Condições de vida

Composição do agregado família	
Condições de habitação	
Condições de saúde	
Condições face aos rendimentos	

Dimensão C – Situação de emprego/desemprego

Percurso profissional	
Situação profissional atual	
Razões do desemprego	
Vivência do desemprego	

Dimensão D – Formação profissional

Formação realizada	
Contributo da formação para acesso ao emprego	
Necessidades formativas atuais	

Dimensão E – Barreiras ao emprego

Dificuldades de acesso/manutenção do emprego	
Conciliação da vida profissional/pessoal e familiar	

Dimensão F – Relação com a IPSS

Razões para a procura de apoio	
Tipos de apoios recebidos	
Balanço dos apoios	

Dimensão G – Perspetivas de futuro

Perspetiva de vida pessoal/familiar	
Perspetiva de vida profissional	
Apoios que gostaria de ter	

Apêndice 6 - Ficha de análise de conteúdo
(Técnicas entrevistadas)

Dimensão A – Caracterização do público alvo

Sexo	
Idade	
Nacionalidade	
Etnia	

Dimensão B – Tipos de vulnerabilidade

Problemas económicos	
Desemprego	
Doença	
Divórcio	
Violência doméstica	
Habitação	

Dimensão C – Tipos de intervenção no acompanhamento social de mulheres

Apoio psicossocial	
Apoio económico	
Apoio habitacional	
Apoio psicológico	

Dimensão D – Apoio à empregabilidade

Técnicas de apoio na procura de emprego	
Recursos usados no apoio à procura de emprego	
Apoio habitacional	
Apoio psicológico	

Dimensão E – Promoção de formação na SEIES

Tipos de ações de formação	
Principais áreas de formação	
Contributos da formação	

Dimensão F – Trabalho em parceria

Redes de apoio à empregabilidade	
Programas e projetos de apoio à inserção laboral	

Articulação com entidades empregadoras	
Relação com o IEFP	

Dimensão G – Dificuldades no trabalho técnico

Acompanhamento de mulheres	
Limitação de recursos e meios	
Contatos interinstitucionais	
Processos burocráticos	

